



CRIANÇAS E INTERNET EM PORTUGAL

CRISTINA PONTE
ANA JORGE
JOSÉ ALBERTO SIMÕES
DANIEL S. CARDOSO
(ORG.)

MinervaCoimbra

**CRIANÇAS E INTERNET
EM PORTUGAL**

ACESSOS, USOS, RISCOS, MEDIAÇÕES:
RESULTADOS DO INQUÉRITO EUROPEU
EU KIDS ONLINE

TÍTULO

Crianças e internet em Portugal

Acessos, usos, riscos, mediações: Resultados do inquérito europeu *EU Kids Online*

AUTOR

Cristina Ponte, Ana Jorge, José Alberto Simões, Daniel S. Cardoso (org.)

ARRANJO GRÁFICO

MinervaCoimbra / PMP

FOTO DA CAPA

Sofia Machado Ferreira

IMPRESSÃO

Gráfica de Coimbra, Lda

DEPÓSITO LEGAL

????????????????????

ISBN

978-972-798-312-4

1.ª EDIÇÃO

Fevereiro de 2012

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Edições MinervaCoimbra

Rua de Macau, 52 – 3030-059 Coimbra

Telef. 239 717 267 – Fax 239 717 267

www.minervacoimbra.blogspot.com

minervacoimbra@gmail.com

© Copyright Edições MinervaCoimbra.

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

CRISTINA PONTE
ANA JORGE
JOSÉ ALBERTO SIMÕES
DANIEL S. CARDOSO
(ORG.)

CRIANÇAS E INTERNET EM PORTUGAL

ACESSOS, USOS, RISCOS, MEDIAÇÕES:
RESULTADOS DO INQUÉRITO EUROPEU
EU KIDS ONLINE

ÍNDICE

Índices de Gráficos e de Quadros.....	9
Notas biográficas	11
Introdução	13
Cristina Ponte, Ana Jorge, José Alberto Simões e Daniel S. Cardoso	

I Parte: Contextos de acesso, usos e competências

Acessos, usos e competências. Resultados nacionais do inquérito <i>EU Kids Online</i>	21
Cristina Ponte	
Práticas da <i>E-Generation</i> em Portugal. Resultados de estudos e questões contemporâneas.....	41
Rita Espanha	

II Parte: Culturas do quarto e uso *excessivo* da internet

A cultura do quarto e o uso <i>excessivo</i> da internet. Resultados nacionais do inquérito <i>EU Kids Online</i>	57
Daniel S. Cardoso	
Viciados no quarto?.....	75
Tito de Morais	
Um quarto com vista para o ecrã. O que podem os pais fazer?.....	87
Margarida Gaspar de Matos	

III Parte: Riscos e danos

Em risco na internet? Resultados nacionais do inquérito *EU Kids Online*93
Ana Jorge

Reflectindo sobre riscos a partir da experiência no terreno 105
Teresa Montano e Alexandra Simões

Internet e sentimentos de insegurança 111
Jorge Duque

IV Parte: Mediações

Mediações dos usos da internet. Resultados nacionais do
inquérito *EU Kids Online* 121
José Alberto Simões

O *SeguraNet* na Escola..... 145
José Pedroso

Miúdos na *net*, no quotidiano de escolas e famílias..... 151
Daniel Sampaio

V Parte: Perspectivas

Sobre a rápida afirmação das redes sociais: novos resultados e implicações
para políticas 155
Sonia Livingstone e David R. Brake

GRÁFICOS E QUADROS

Gráficos

1.1 – Acesso à internet na sala e no quarto, por estatuto socioeconómico (ESE), idade e género (%).....	25
1.2 – Meios usados para aceder à internet em Portugal e na Europa (%)	28
1.3 – Relação entre o uso diário da internet por crianças e pais, em 25 países (%)	30
1.4 – Auto reconhecimento de competências, por género, idade e estatuto socioeconómico (%).....	36
2.1 – Actividades realizadas no último mês, por local de utilização (%).....	61
2.2 – Tempo de utilização da internet por semana, por local de utilização (%)	63
2.3 – Presença de actividades de mediação parental de uso de internet, por local de uso (%)	64
2.4 – Presença de actividades de mediação parental de segurança, por local de uso (%)	65
2.5 – Presença de actividades de mediação parental, por idade e local de uso (%).....	66
2.6 – Presença de comportamentos de uso excessivo da internet (%)	69
2.7 – Relação entre <i>comportamento de vício</i> e número de horas por semana dispendidas a utilizar a internet (%)	70
2.8 – Número de competências informáticas, por presença de <i>comportamentos de vício</i> na internet (%)	71
4.1 – Mediação activa dos pais nos usos da internet em geral por idade e género (%)..	126
4.2 – Mediação activa dos usos da internet em geral por estatuto socioeconómico do agregado familiar (%)	127
4.3 – Mediação activa dos pais por usos seguros da internet por idade e género (%)..	128
4.4 – Mediação activa dos usos seguros da internet por estatuto socioeconómico (%)..	129
4.5 – Mediação restritiva dos pais sobre usos da internet por idade e género (%).....	130
4.6 – Monitorização dos pais sobre usos da internet por idade e género (%).....	132
4.7 – Monitorização por parte dos pais dos usos da internet por estatuto socioeconómico (%)	132
4.8 – Adopção pelos pais de mediação técnica dos usos da internet (%)	133
4.9 – Mediação activa dos pares sobre os usos da internet em geral, por idade e género (%).....	135
4.10 – Fontes de aconselhamento e informação dos pais sobre segurança efectivas e desejadas (%).....	140

Quadros

0.1 – Riscos relacionados com o uso da internet por crianças e jovens.....	14
1.1 – Actividades na internet, por estatuto socioeconómico (%).....	32
1.2 – Competências na internet por estatuto socioeconómico (%)	35
4.1 – Mediação dos professores por idade e género (%).....	137
4.2 – Fontes de aconselhamento sobre segurança na internet por idade e género (%).....	139

NOTAS BIOGRÁFICAS

Alexandra Simões, Psicóloga Clínica, Coordenadora da Linha SOS Criança Desaparecida, do Instituto de Apoio à Criança entre 2005 e 2011. Ver www.iacrianca.pt.

Ana Jorge é doutoranda em Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, onde investiga sobre *A cultura das celebridades e os jovens*. Investigadora do CIMJ, participa nos Projectos de investigação *EU Kids Online* e *Inclusão e Participação Digital*, do Programa UTAustin-Portugal.

Cristina Ponte é Professora Auxiliar com Agregação no Departamento de Ciências da Comunicação, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Investigadora do CIMJ, coordena a equipa portuguesa do Projecto *EU Kids Online* (<http://fcsh.unl.pt/eukidsonline>) e o Projecto *Inclusão e Participação Digital* (http://digital_inclusion.up.pt).

Daniel Cardoso é doutorando em Ciências da Comunicação, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde concluiu mestrado e licenciatura. Investigador do CIMJ, desenvolve tese sobre os usos sexualizados dos novos *media* pelos jovens portugueses. Professor Assistente na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, participa no Projecto *EU Kids Online* desde 2007.

Daniel Sampaio, Professor Catedrático de Psiquiatria e Saúde Mental da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Tem-se dedicado ao estudo dos problemas dos jovens e das suas famílias, através de trabalhos de investigação na área da Psiquiatria da Adolescência.

David Brake, Doutoramento pela London School of Economics, Departamento dos Media e Comunicação, com uma tese sobre usos de blogues pessoais. Senior Lecturer em Jornalismo e Comunicação na Universidade de Bedfordshire, Reino Unido.

Jorge Duque, Inspector-Chefe da Polícia Judiciária, chefia uma Unidade operacional de investigação do crime informático e tecnológico, onde se insere o combate ao abuso sexual de menores na internet.

José Alberto Simões é doutorado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, onde lecciona. Investigador do CESNova (FCSH-UNL), publicou, recentemente: *A produção das mobilidades: redes, espacialidades e trajectos* (co-organizador, ICS, 2009) e *Entre a rua e a internet: um estudo sobre o hip-hop português* (ICS, 2010). Membro do projecto *EU Kids Online*.

José Pedrosa, coordenador da Equipa Recursos e Tecnologias Educativas, da Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação. Coordenador desde 2008 do Projecto SeguraNet, integrado no Consórcio Internet Segura.

Margarida Gaspar de Matos, Professora Catedrática na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa. Coordenadora nacional do *Health Behaviour in School-aged Children*, da Organização Mundial de Saúde, e coordenadora do Projecto *Aventura Social* (www.aventurasocial.com).

Rita Espanha, Professora Auxiliar do ISLA e Professora Auxiliar Convidada do ISCTE-IUL. Investigadora do CIES-IUL, membro da Comissão Executiva e da equipa de investigação do OBERCOM (Observatório da Comunicação) e Editora da revista *Observatório (OBS*)*.

Sonia Livingstone, Professora de Psicologia Social na London School of Economics, onde coordena o Departamento dos Media e Comunicação. Coordenadora da rede europeia *EU Kids Online*, autora de mais de 15 livros e dezenas de artigos sobre audiências, crianças e internet, usos domésticos dos *media* e literacia mediática.

Teresa Montano, Psicóloga Clínica, Técnica Superior de Apoio à Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Ver www.cnpcejr.pt.

Tito de Moraes, fundador e dinamizador do Projecto MiudosSegurosNa.Net, <http://www.miudossegurosna.net>.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, Portugal assistiu a uma rápida difusão do acesso à internet entre crianças, mas pouco se conhece sobre a sua relação fora da escola. Em que locais acedem, dentro e fora de casa? Que usos fazem para a sua informação, entretenimento e comunicação? Têm práticas de uso seguro da internet? Quando incorrem em riscos, como lidam com eles? Que consequências têm essas práticas? E que influência têm os seus pais, professores, amigos e outras fontes de informação nos modos como usam a internet?

As respostas a estas questões, discutidas neste livro, têm beneficiado da integração do país na rede europeia de investigação do Projecto *EU Kids Online*, desde o seu início, em 2006, a partir da Universidade Nova de Lisboa. Um primeiro levantamento de cerca de 400 estudos sobre crianças e internet em 21 países, produzido por este Projecto - financiado pelo Programa europeu *Safer Internet Plus* e liderado por Sonia Livingstone e Leslie Haddon, do Reino Unido - tinha dado conta da escassez de atenção a questões relacionadas com riscos e segurança. Daqui resultou o interesse em realizar uma pesquisa que perguntasse as mesmas questões e nos mesmos termos a crianças (9-16 anos) de um número alargado de países, a fim de se identificar que padrões de uso se desenham, que competências são desenvolvidas, em que riscos incorrem e que consequências daí resultam, danosas ou não danosas – e o que sabem os seus pais sobre isso. Essa pesquisa comparada permitiria ainda identificar diferenças e semelhanças entre países, proporcionando a cada país um olhar, não só interno mas também num contexto mais alargado, sobre a sua realidade.

Foram assim criados três questionários: um dirigido a crianças que usassem a internet, sobre acessos, usos e competências na rede; outro idêntico, dirigido a um dos seus pais, a permitir uma comparação de respostas; e um terceiro, orientado para riscos na internet e os modos como crianças e jovens lidam com eles. Enquanto os dois primeiros eram realizados por um entrevistador, que ouvia separadamente a criança e um dos seus pais, o último seria um questionário de auto-preenchimento pela criança, selado por si no final a fim de garantir a privacidade e confidencialidade da informação.

A classificação de riscos associados ao uso da internet estabelecida pelo Projecto *EU Kids Online* considera diferentes posições das crianças na internet: *receptores* de conteúdos distribuídos em massa; *participantes* em contactos iniciados por outros, da mesma idade ou mais velhos; e *agentes* de condutas. Nas preocupações de pais, estão mais presentes a recepção de conteúdos indesejáveis ou

as trocas de comunicações com mais velhos. Importa, contudo, ter em conta que as crianças podem ter também papel activo na procura, produção e disseminação de conteúdos nocivos.

Norteados por objectivos de intervenção - na forma de recomendações a entidades responsáveis por políticas e práticas, das indústrias aos governos, passando pelas famílias e a escola - este estudo incidiu sobre os riscos mais proeminentes na agenda pública, e não necessariamente sobre os que mais preocupam as crianças no seu dia-a-dia, muitas vezes relacionados com riscos técnicos, como vírus, e com a invasão de mensagens comerciais na sua navegação na internet. Foram assim tratados riscos relacionados com conteúdos pornográficos, contacto com pessoas desconhecidas que se conheceram *online*, *bullying*, *'sexting'*, conteúdos potencialmente nocivos gerados por utilizadores e abuso de informação pessoal. Assim, foi feito um enfoque nos riscos destacados a negrito no Quadro 0.1.

Quadro 0.1 – Riscos relacionados com o uso da internet por crianças e jovens.

	Conteúdo	Contacto	Conduta
Agressividade	Conteúdos violentos/ macabros	Vítima de <i>bullying</i>, assédio ou perseguição	Exercer <i>bullying</i>, actividade hostil sobre os pares
Sexuais	Conteúdos pornográficos	Conhecer estranhos, exploração ou abuso sexual	Assédio sexual, <i>'sexting'</i>
Valores negativos	Conteúdos racistas, odiosos	Persuasão ideológica	Conteúdos potencialmente nocivos gerados por utilizadores
Comerciais	Marketing integrado	Abuso de informação pessoal	Apostas, infracção de direitos de autor

Fonte: Projecto *EU Kids Online*

Nota: A **negrito** estão os riscos que foram tratados no inquérito europeu.

De referir ainda que a concepção teórica do Projecto *EU Kids Online* abre espaço para uma compreensão contextualizada e ponderada da segurança e dos riscos dos mais novos nos media digitais. Não só se procuram relacionar os riscos *online* com os que acontecem *offline*, como no caso do *bullying* e do contacto com mensagens e imagens de cariz sexual, como também se traça uma distinção entre exposição a riscos e a forma como as crianças lidam com eles. Por conseguinte, o inquérito distinguiu entre *risco* e *dano*, averiguando respostas aos riscos que revelam um *saber lidar* com a situação e respostas que revelam essa incapacidade, fazendo com que a experiência do risco tenha consequências danosas.

O inquérito abrangiu uma amostra representativa de cerca de 1000 crianças e um dos seus pais, em 25 países (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Lituânia, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal,

Reino Unido, República Checa, Roménia, Suécia e Turquia). Construído em inglês, foi traduzido para 19 línguas, garantindo comparabilidade e adaptação com exemplos e linguagens locais; foi ainda alvo de testes cognitivos em todos os países antes da sua versão final, que seria aplicada a uma amostra estratificada aleatória, em casa. Mais pormenores sobre a metodologia, a aplicação do inquérito e resultados finais europeus podem ser consultados no *site* do projecto, www.eukidsonline.net.

Em Portugal, foram inquiridas mil crianças que usam a internet e um dos seus pais, de norte a sul do país, entre Abril e Julho de 2010. São esses resultados, apresentados pela equipa nacional do Projecto *EU Kids Online*, e o seu debate por especialistas em questões de adolescência e entidades com intervenção em matérias de segurança infantil na internet, que ocorreu na conferência nacional organizada em Fevereiro de 2011, na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, que dão corpo a este livro, complementado com uma análise da pesquisa específica sobre redes sociais, de Sonia Livingstone e David Brake.

Na I Parte, *Contextos de acesso, usos e competências*, Cristina Ponte traça os ambientes em que se dão os acessos de crianças e jovens portugueses à internet, integrando-os na paisagem europeia. No país, evidencia-se o paradoxo entre a liderança no acesso à internet por via de portáteis pessoais e uma relativamente baixa frequência no uso diário; ressaltam também diferenças geracionais, de idade, género e estatuto socioeconómico das famílias. Rita Espanha, socióloga, contextualiza estes resultados com outros estudos nacionais, de anos anteriores, traçando uma linha diacrónica que dá conta da enorme difusão da rede no espaço da casa (em especial, nos quartos das crianças), nas escolas e em locais públicos de acesso à internet em 2009 e 2010; reflecte ainda sobre identidades juvenis na era digital, em torno de dois vectores, Educação e Comunicação.

A II Parte do livro, *Culturas do Quarto e Uso Excessivo da Internet* organiza-se em torno de um dos resultados nacionais mais interpelativos, o elevado número de respostas relacionadas com *uso excessivo* da internet que colocou Portugal na segunda posição europeia. Daniel Cardoso parte do conceito de ‘cultura do quarto’ para comparar os usos da internet para diferentes actividades – com graus diversos de risco - realizados dentro e fora dele, tendo em atenção variáveis como a idade e a mediação parental; discute ainda a relação entre tempo e *uso excessivo* da internet, contrariando uma visão linear e negativa ao evidenciar que são os jovens que mais usam os que mais revelam tirar partido das oportunidades da rede. No seu comentário, Tito de Moraes, que tem escutado as preocupações de pais e professores em largas dezenas das acções de formação sobre o tema, pelo país, discute o *uso excessivo* dando conta da sua própria experiência; sublinha ainda a importância da mediação familiar e da promoção de ambientes no lar que favoreçam a comunicação e a partilha de vivências na internet. Por sua vez, Margarida Gaspar de Matos, da área da Psicologia e com larga investigação sobre comportamentos de adolescentes portugueses no contexto internacional, sublinha a necessidade de respeito pela privacidade do adolescente por parte dos

seus pais, evitando a devassa da intimidade. Manter as “portas abertas ao diálogo” começa na infância, sublinha.

Os resultados nacionais sobre riscos, tratados na III Parte do livro, *Riscos e Danos*, são apresentados por Ana Jorge. Caracterizam-se perfis de crianças e jovens envolvidos, como vítimas e como agressores, e assinalam-se disparidades nas respostas de pais e de filhos em riscos sobretudo relacionados com matérias sexuais, com implicações na resolução de situações danosas com eles relacionados. Estes resultados são comentados por membros do Conselho Consultivo nacional do *EU Kids Online*. Teresa Montano, da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, e Alexandra Simões, do Instituto de Apoio à Criança, lêem-nos a partir do seu conhecimento no terreno, sugerindo que alguns deles podem estar abaixo da realidade e fazendo notar a necessidade de definições e procedimentos mais inequívocos na caracterização de vários riscos. Colocando a participação digital sob o prisma dos direitos humanos, Jorge Duque, da Polícia Judiciária, enquadra juridicamente a questão dos crimes na internet, com uma leitura sobre as formas de actuar ao nível da sua prevenção que evidencia a necessidade de ter presente as condutas de crianças e jovens – que podem ser agentes de situações danosas e com custos e impactos de que podem não ter consciência.

Na IV Parte do livro, *Mediações*, José Alberto Simões caracteriza o conceito de mediação da internet e as suas várias modalidades (mediação activa, monitorização, mediação técnica e mediação restritiva), para depois apresentar em pormenor os resultados do inquérito *EU Kids Online* com um enfoque na perspectiva reportada pelas crianças sobre a mediação dos seus pais, tanto na mediação da internet em geral como de usos em segurança; seguem-se resultados sobre mediações de pares, professores e outros agentes. O testemunho do trabalho desenvolvido nas escolas nos últimos anos, no Programa *SeguraNet*, é trazido pelo seu coordenador, José Pedroso, do Ministério da Educação, seguindo-se o olhar do psiquiatra Daniel Sampaio, a salientar como esta matéria diz respeito a toda a comunidade.

O livro encerra com um artigo de Sonia Livingstone, coordenadora do projecto *EU Kids Online*, e David Brake, sobre a rápida difusão das redes sociais entre crianças e jovens e as consequências em termos de políticas. Ainda que as redes sociais mais populares vão mudando de nome, e o *MySpace* ou o *Hi5* tenham sido substituídos pelo *Facebook*, este texto continua actual na sua reflexão crítica sobre um tema que motiva grande interesse por parte de pais, professores e também dos *media*, oferecendo uma perspectiva para além do entusiasmo ou pânico mais imediatos.

Como se pode ver, o tema deste livro convoca a atenção da Psicologia, Estudos dos Media, Educação, Sociologia, Direito e Informática – e a atenção da sociedade. Esperamos que esta obra chegue a todos quantos intervêm na segurança de crianças e jovens na internet: pais, professores, bibliotecários, monitores de Espaços Internet, decisores políticos, Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, ONG, produtores de indústrias de conteúdos digitais, etc.

Os resultados apresentados e a sua discussão favorecem um conhecimento mais sustentado sobre a realidade portuguesa de um fenómeno que faz parte dos modos contemporâneos do crescer, socialmente marcados e marcantes.

Agradecemos a todos os que tornaram esta obra possível, dos comentadores aos editores. Agradecemos ainda à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), à Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC), à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH, UNL) e ao Centro de Investigação Média e Jornalismo (CIMJ) o apoio financeiro que tornou possível a sua publicação.

Cristina Ponte, Ana Jorge,
José Alberto Simões e Daniel S. Cardoso

I PARTE

CONTEXTOS DE ACESSO,
USOS E COMPETÊNCIAS

ACESSO, USOS E COMPETÊNCIAS. RESULTADOS NACIONAIS DO INQUÉRITO *EU KIDS ONLINE*

Cristina Ponte

Nas ruas, as crianças estão hoje mais invisíveis. As suas movimentações com autonomia (irem sozinhas para a escola, brincarem com amigos nas pracetas e jardins) são difíceis de discernir nas zonas urbanas onde vive a maioria. Por outro lado, é cada vez mais visível o espaço que ocupam produtos para crianças nas grandes superfícies comerciais, de brinquedos electrónicos a alimentos e a roupa de marca diferenciada por género e por idades. As crianças pesam nos orçamentos das famílias, nas despesas de educação e de ocupação dos seus tempos livres, numa relação inversa com o seu número decrescente, que faz do viver a infância uma experiência cada vez mais no singular. Desde há quase uma década que estão na linha da frente no uso dos meios digitais entre as famílias portuguesas, e são as que dispõem hoje de mais computadores portáteis pessoais, a nível europeu, como revelam os resultados do inquérito *EU Kids Online*.

Nas condições de ser criança em Portugal, a par dos notáveis progressos na saúde materno-infantil que colocam o país na liderança mundial, persistem marcas de pré-modernidade, como a elevada pobreza infantil que coloca os menores de 17 anos como o grupo de maior risco. Num país de contrastes, as condições de infância das crianças de hoje são muito diferentes das vividas pelos seus pais e avós, marcadas que foram aquelas por uma baixa escolaridade (mais de 60% dos pais não ultrapassa a escolaridade obrigatória de nove anos¹) e por escassez de objectos de lazer que transformava desperdícios e recursos naturais em brinquedos (*fazíamos bolas com de trapos, ou fazia comida para a boneca, com ervinhas, recordam pais e avós de hoje*²). Essas memórias estimulam o desejo de proporcionar a filhos e netos aquilo que não tiveram, tanto a nível de entretenimento como no investimento em meios e actividades que possam facilitar o sucesso educativo.

¹ Valores recolhidos no âmbito de: Rebelo, José, Coord. (2008). *Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social*. Lisboa, ERC.

² Testemunhos recolhidos no âmbito do Projecto “Inclusão e Participação Digital”, do Programa UTAustin|Portugal, coordenado por Cristina Ponte (FCSH, UNL), José Azevedo (Universidade do Porto) e Joseph Straubhaar (Universidade do Texas, Estados Unidos). Ver http://digital_inclusion.up.pt.

Num país que só assegurou a escolaridade universal de quatro anos nos fins da década de 1950 e onde apenas 3% dos seus jovens chegava ao ensino superior no início da década de 1970, o insucesso e o abandono escolar foram uma marca geracional que perpetuou diferenças sociais. Nos últimos anos, programas de combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce andaram a par da introdução da aprendizagem da língua inglesa, do apetrechamento tecnológico de escolas e de programas de incentivo à aquisição de computadores portáteis e de ligação à internet. O país modernizou-se na sua frente educativa, tentando colmatar brechas educacionais que nos distinguiam negativamente no panorama europeu. As preocupações com o sucesso escolar dos filhos estão hoje na linha da frente, identificadas por mais de 90% dos pais portugueses neste inquérito europeu.

As preocupações não são indiferentes ao *ar dos tempos* e às notícias que dão visibilidade a uns temas e ofuscam outros. Em 2008, as principais preocupações parentais (acima dos 80%) iam para a insegurança nas ruas, a possibilidade de a criança poder ser vítima de crime e/ou aceder a drogas³. Em 2011, resultados nacionais do inquérito *EU Kids Online* apontam que ao receio de desastres na rua se juntam o de que a criança seja maltratada por outras crianças – numa popularização do *bullying* até recentemente fora da atenção (ambos na casa dos 75%), enquanto as preocupações com crimes e com o acesso a drogas descem para menos de metade. Firmes continuam as preocupações com conteúdos desadequados dos meios de comunicação social, na televisão ou na internet, e com contactos indesejados na rede, na casa dos 60%.

Os computadores e a internet são assim objectos ambivalentes: por um lado, são valorizados pelo seu potencial educativo; por outro, são receados pelos contactos indesejados com desconhecidos, conteúdos perniciosos e ameaças causadas por pares que podem propiciar.

Entre estes paradoxos e diferenças geracionais, o que marca os ambientes *online* de crianças e jovens portugueses, onde e quando acedem à internet, o que fazem com ela e como avaliam as suas competências? Em que diferem dos resultados europeus? É o que iremos ver nas próximas páginas⁴, juntando também aos números as vozes de pais e de jovens recolhidas em investigações no país, nos últimos anos⁵.

³ ERC, *op. cit.*

⁴ Para o Relatório Final deste inquérito europeu ver Livingstone, Sonia, Leslie Haddon e Anke Gorzig (2011). *Risks and safety on the internet. The perspective of European children: Full findings and policy implications from the EU Kids Online survey of 9-16 year olds and their parents in 25 countries*. London, LSE. Disponível em www.eukidsonline.net.

⁵ Faremos entrar testemunhos de pais e de crianças e jovens recolhidos no âmbito de seminários de mestrado e de doutoramento na FCSH. Um obrigada a Sónia Lamy, Ana Cristina Gomes, Ana Margarida Nunes, João Nunes, Conceição Amaral e Joana Tadeu pelas entrevistas realizadas, que proporcionaram os excertos trazidos para este capítulo.

Crianças entrevistadas e seus contextos familiares

As 1000 crianças inquiridas em Portugal, 500 de cada sexo, distribuem-se por 11 a 13% em cada idade entre os nove e os 16 anos.

As diferenças entre agregados fazem-se notar na caracterização socioeconómica das famílias, que teve como base o nível de instrução e a ocupação do principal provedor financeiro do lar⁶. Em Portugal, a menor escolaridade dos pais terá contribuído para que mais de metade (53%) dos agregados tivesse sido caracterizado como de estatuto socioeconómico (ESE) baixo, um valor só ultrapassado pela Turquia entre os 25 países participantes, para uma média europeia de 19%. Cerca de um terço dos agregados nacionais apresentam-se como de ESE médio, também abaixo da média europeia (42%) e apenas 15% apresentam um ESE elevado (média europeia: 34%). Esta distribuição socioeconómica é semelhante a Espanha.

A estimativa do Eurostat para a percentagem de crianças e jovens utilizadores da internet no nosso país situa-se nos 78%, apontando-se assim para os 22% de não utilizadores. Embora estejam a tornar-se visíveis as famílias imigrantes e de minorias étnicas com crianças, sobretudo na região da Grande Lisboa, apenas cinco dos 1000 agregados não declararam como língua materna o Português. Isto significa que pode ter escapado deste grande retrato alguma da heterogeneidade étnica e da diversidade cultural que compõem a experiência de infância e adolescência no Portugal contemporâneo.

Regressando aos nossos 1000 respondentes utilizadores da internet: a traduzir a infância vivida no singular, 41% são filhos únicos, 43% têm um irmão e apenas 15% têm dois ou mais irmãos. Cerca de dois terços (68%) são os únicos que, entre os nove e os 16 anos, usam a internet em casa. Quatro em cada cinco vivem com pai e mãe e um em cada cinco vive só com um dos pais. Também cerca de 20% vivem com mais de dois adultos no lar.

A larga maioria dos progenitores (3/4 dos quais são mães, numa tendência europeia que confirma que são elas quem mais responde sobre matérias que dizem respeito aos filhos) correspondeu à solicitação de se manterem afastados enquanto decorriam as entrevistas aos filhos. Houve, contudo, “bastante” ou “algum” envolvimento em famílias de ESE médio ou elevado (cerca de 21-23%), mais do dobro do que nas de ESE baixo, onde cerca de 11% dos pais tiveram esse envolvimento.

Locais de acesso à internet

Cada local de acesso à internet implica convenções de liberdade, privacidade, sociabilidade e vigilância. Até recentemente, na Europa, o acesso

⁶ A distinção foi feita em três grupos por estatuto socioeconómico (ESE). ESE elevado corresponde às categorias A+B+C1; ESE médio: categoria C2; ESE baixo: categorias D+E, usadas em sondagens de mercado. Essa distinção, combinando o nível de instrução e a ocupação de um dos membros do agregado familiar, pode comportar erros na “estratificação” que produz, devendo ser lida numa perspectiva comparada.

das crianças à internet em casa era feito sobretudo através do computador de secretária, e os pais eram aconselhados a colocá-lo numa zona comum da casa ou a instalar filtros e *software* de monitorização. Com a expansão dos dispositivos móveis e personalizados, as crianças podem aceder à rede longe da vigilância e acompanhamento parental, quando o fazem no quarto ou em movimento. Vejamos o que caracteriza estes locais, em termos europeus e nacionais.

A casa: a sala e o quarto

As respostas a nível europeu confirmam a mudança: a casa, onde acedem 87% das crianças e jovens, continua à frente da escola (63%), que foi durante anos o principal local de acesso para muitas crianças de famílias com menos recursos. A maioria (60%) das crianças e jovens europeus declara aceder na sala-de-estar (ou noutro espaço comum da casa), cerca de metade responde que pode aceder à internet também no seu próprio quarto e 38% declara que não o pode fazer no quarto, apenas nas áreas comuns. A interdição do quarto como local de acesso à internet é superior a metade dos agregados na Bélgica (65%), Irlanda (56%) e França (54%), enquanto divide a meio a Áustria (50%), numa tendência diferenciadora de culturas na educação dos filhos já sublinhada noutros estudos comparados⁷.

Portugal é um dos países onde mais crianças e jovens declaram aceder à internet nos quartos (67%), muito acima da média europeia (49%). Valores desta ordem ocorrem apenas em mais dois países, ambos do norte europeu (Dinamarca, 74%; Suécia, 68%), com consolidação das tecnologias digitais nos lares e onde os pais acedem diariamente mais do que os filhos (ver adiante Gráfico 1.4). O acesso elevado no quarto está também acima da média europeia noutros países do sul, como a Itália e Chipre (ambos com 62%) e a Grécia (52%), onde as crianças usam mais a internet do que os pais, num contraste com o que se passa no país vizinho, já que em Espanha os valores coincidem: 42% podem aceder no quarto e outros 42% não podem.

Em Portugal, a profusão de portáteis e de redes domésticas favoreceu a mobilidade e a privacidade do acesso à internet. A possibilidade de os filhos acederem à internet nos quartos pode estar também relacionada com a forte associação do computador e da internet a meios auxiliares de estudos, para os trabalhos escolares, bem como a uma menor interferência dos pais num domínio onde não se sentem confortáveis nem seguros. Para muitos, este fosso geracional no uso da internet como meio educativo terá raízes nos baixos níveis de escolaridade e numa relação difícil com os estudos, na sua própria infância e adolescência, que gostariam que os filhos ultrapassassem.

⁷ Por exemplo Livingstone, Sonia e Moira Bovill, Eds. (2001). *Children and Their Changing Media Environment: A European Comparative Study*. Mahwah, Lawrence Erlbaum Associates.

Aderir ou não aos incentivos a comprar portáteis

No início de 2009, no auge da atenção pública aos programas para aquisição de portáteis por estudantes, os pais revelavam sinais contraditórios das decisões de adesão, como estas duas mães que ilustram uma contenção e vontade de controlo do acesso em casa, por um lado, e um entusiasmo impaciente e transbordante, por outro:

- *O meu filho queria o e-Escolas mas não acho que se justifique. A verdade é que temos internet em casa, não há necessidade de ele ter net pessoal. Claro que ele queria para poder estar no quarto sozinho, para falar no Messenger... mas agora é assim, quem quer ir à internet vai à sala comum... Aliás é uma forma de controlo.* (Mãe de um rapaz de 12 anos, 41 anos, com ensino secundário, usa a internet diariamente)

- *Já pedi, não faço ideia, mas sei que é para os meninos das escolas do 1º ciclo. Esta minha filha não vai ter o Magalhães, ele está pedido é para a mais nova que tem seis anos. Também está pedido para esta mais velha um computador do e-Escola, mas também ainda não veio.* (Mãe de duas raparigas, de 13 e seis anos; 43 anos, com ensino básico, usa a internet ocasionalmente)

Como se pode ver pelo Gráfico 1.1, a presença da internet nos espaços comuns e nos quartos está desigualmente distribuída: crianças e jovens de agregados de ESE elevado usufruem de uma maior facilidade de acesso à internet, tanto nos espaços comuns (86%) como no quarto (75%), enquanto agregados com menos meios têm um acesso menor à internet nos espaços comuns da casa (73%).

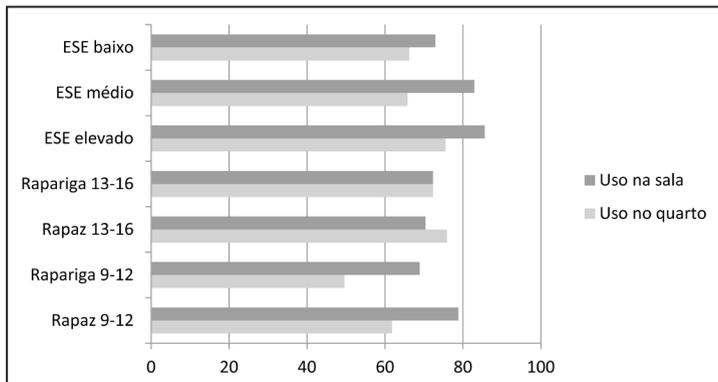


Gráfico 1.1 – Acesso à internet na sala e no quarto, por estatuto socioeconómico (ESE), idade e género (%)

Pergunta: *Neste cartão, diz-me por favor em quais destes locais costumava utilizar a internet?*

Base: Todas as crianças portuguesas que usam a internet

Se as idades marcam, sem surpresa, uma diferença no uso no quarto, a diferença de género é transversal: apenas metade das raparigas entre os nove e os 12 anos acede à internet no quarto, para 62% de rapazes dessa idade, sendo a diferença mais reduzida nos mais velhos (72% para 76%). Será por uma maior reserva por parte dos pais a permitir o acesso à internet no quarto de filhas do que de filhos ou por um menor interesse por parte daquelas?

Em casa de amigos e de familiares

As casas de amigos são um lugar frequente de acesso à internet para mais de metade dos respondentes europeus (53%), bastante acima das casas de familiares (42%). Em Portugal, a diferença é menos acentuada: metade dos respondentes acede em casas de amigos e 48% em casas de familiares.

As distribuições parecem traduzir também as diferenças de contactos sociais. Menos de metade das crianças e jovens de agregados com baixos recursos socioeconómicos (43%) refere aceder à internet em casas de familiares, enquanto em agregados com recursos mais elevados se referem menos as casas de amigos (também 43%), numa sugestão de que se “sentem” auto-suficientes, na sua casa e no seu quarto, ou de que experimentam uma menor sociabilização fora dos círculos familiares. As crianças e jovens de agregados de ESE médio circulam de modo mais equitativo por casas de familiares e de amigos.

Pesam de novo as diferenças de género no acesso em casa de amigos. Nos mais velhos (13-16 anos), enquanto dois terços dos rapazes referem esses espaços, apenas metade das raparigas o faz; nos mais novos (9-12 anos), as diferenças mantêm-se: 45% dos rapazes para 27% das raparigas. Nas de familiares, as diferenças são menores, respectivamente 41% e 30% nos mais novos, e 48% e 42% entre os mais velhos. Também estas variações por género podem sugerir um maior protecționismo para com as filhas ou um menor interesse por parte destas.

Fora de casa: a escola, a biblioteca, o cybercafé

Em Portugal, a escola, referida por 72% de crianças e jovens, e as bibliotecas públicas e espaços afins de acesso gratuito, referidos por 25%, são importantes locais de democratização do acesso à internet, ambas acima da média europeia (respectivamente, 63% e 12%). Por sua vez, os *cybercafés* têm pouca expressão (5%), menos de metade da média europeia (12%).

A referência ao uso da internet na escola e nas bibliotecas é menor entre crianças e jovens de agregados com ESE elevado: apenas 15% declara frequentar bibliotecas e 60% indica a escola. São as crianças de agregados com menos recursos socioeconómicos as que mais referem a escola como lugar de acesso (75%).

Na escola, os grupos etários apresentam valores próximos no acesso e uso da internet: 65% dos rapazes e 67% das raparigas de 9-12 anos, 80% entre os mais velhos. Nas bibliotecas, os valores são também próximos: 19% dos rapazes

e 16% das raparigas, nos mais novos; 30% dos rapazes e 34% das raparigas, nos mais velhos.

Crianças e jovens nos Espaços Internet

De observações em Espaços Internet de bibliotecas públicas, ressaltou essa afluência notória dos mais novos:

Pude observar a utilização maioritária por crianças e adolescentes. Nas utilizações, os jovens pesquisam essencialmente no YouTube, frequentam redes sociais com larga predominância para o Facebook e jogam jogos online. Os phones são um acessório muito utilizado neste local para ouvir música e ver filmes. O ambiente é informal e descontraído. A monitora nunca pergunta o nome aos utilizadores e muitas vezes só posteriormente aponta os seus nomes na folha de presenças. (notas de campo)

A preferência pelo Espaço Internet em detrimento da escola, onde também dispõem de computadores com ligação à internet, decorre da restrição de ali apenas poderem usar a internet para realização de trabalhos escolares. Uma das raparigas afirma: “na escola só deixam pesquisar”. No 1º ciclo, o uso de computadores está limitado ao horário lectivo. Na biblioteca é permitido jogar online mas não utilizar o serviço de mensagens instantâneas. (notas de campo)

Para estes jovens, o Espaço Internet não é apenas um local onde podem fazer os trabalhos escolares ou usar a internet para fins de entretenimento. É recorrente afirmarem que vão com amigos, e uma das raparigas diz preferir ir à biblioteca em vez de usar a internet em casa porque “às vezes não me apetece estar sozinha em casa”. Para dois dos rapazes, o Espaço Internet funciona como uma segunda casa.” (notas de campo)

O arco da procura liga assim a privacidade do quarto ao espaço público de acesso livre, com *wireless*, de convívio e de socialização, onde crianças e jovens se sentem confortáveis e “em casa”, e que é alternativa quando os recursos do acesso à internet escasseiam:

Venho para aqui quando a net em casa acaba. É uma pen e tem limite de tempo. Aqui também posso ver o que gosto, é como em casa. (Rapaz, 15 anos)
Venho aqui mais para conviver. Comecei a gostar das pessoas que vinham cá e comecei a vir mais. (Rapariga, 13 anos)

Em andamento

Os resultados europeus apontam para uma média de 9% de crianças e jovens com acesso à internet por meios móveis, como os telemóveis. Em Portugal, são rapazes adolescentes quem lidera no acesso móvel (7% para 2% de raparigas), sendo ainda mais residual entre os mais novos. Agregados de ESE médio, com 10% de acesso, mais do que duplicam os valores dos restantes.

Por que meios se acede à internet

São hoje muitos os meios de acesso à internet, permitindo mais mobilidade, flexibilidade e combinação, com a sua distribuição a marcar a maior diferença entre o país e a média europeia: Portugal lidera na posse de portáteis pessoais, tanto de acesso pessoal (65%) como partilhado (35%), enquanto na média europeia predominam os computadores de secretária partilhados (58%), não existindo diferenças tão grandes nos restantes meios de acesso (Gráfico 1.2).

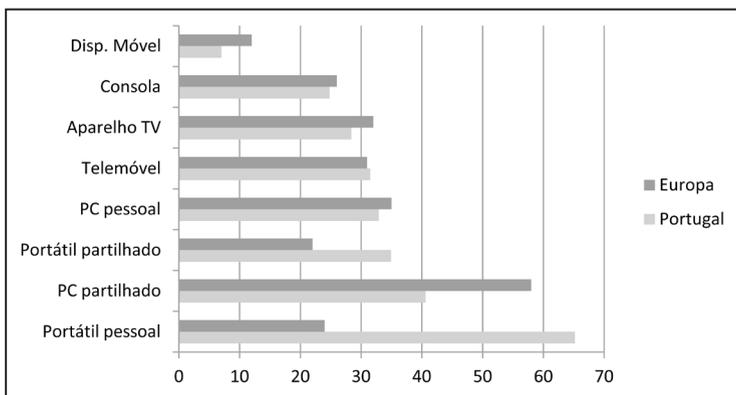


Gráfico 1.2 – Meios usados para aceder à internet em Portugal e na Europa (%)

Pergunta: *Que equipamentos usas para aceder à internet actualmente?*

Base: Todas as crianças portuguesas que usam a internet

A distribuição por agregados ilustra o impacto das medidas de promoção da aquisição de computadores portáteis, que democratizaram a sua posse, ainda que, no caso dos portáteis *Magalhães*, se trate de equipamentos de gama baixa. De facto, são as crianças e jovens de famílias com menos recursos quem lidera nos portáteis, o único meio em que lideram (68%). Parecendo ter vindo ‘do zero’ para o portátil individual, são também as que menos declaram partilhar computadores, portáteis ou de secretária, e ter menos acesso por PC (28%), consola (22%) e dispositivos móveis (5%). Por seu lado, crianças e jovens de agregados de ESE elevado partilham mais os computadores e recorrem mais a consolas para ir à rede, enquanto as de agregados de ESE médio lideram no acesso pelo PC, aparelhos de televisão e telemóvel.

Destaca-se nos mais velhos a liderança masculina na partilha de computadores de secretária e de portáteis, a confirmar a tendência para uma experiência *online* vivida mais em grupo. São quem mais dispõe de telemóvel com acesso à internet e a consola de jogos é também marcada pelo masculino: 30% dos rapazes (9-16 anos) usam-na para aceder à internet, o que decresce com a idade nas raparigas (de 11% para 8%). Os rapazes mais velhos lideram ainda no acesso por dispositivos móveis. Entre os mais novos, o acesso à internet pelo portátil pessoal coincide nos 60-61%, e entre os adolescentes varia entre 70-72%,

com ligeiríssima vantagem para os rapazes. Parece assim reforçar-se a associação entre o masculino e a tecnologia, já notada no local de acesso.

Frequência do acesso

Um maior uso da internet favorece uma maior incorporação das actividades *online* na vida quotidiana das crianças e jovens, em casa, na escola, com os amigos. Por outro lado, se um menor uso da internet pode reflectir uma escolha deliberada, na maior parte das vezes indica exclusão – digital e também social.

O cálculo do tempo passado na internet (como a ver televisão) é das questões mais difíceis de responder por parte de crianças, a que se junta o facto de ser muito desse tempo acumulado com outras ocupações. Por isso, o inquérito procurou medir a experiência e a quantidade de uso de vários modos: a *idade* em que se começou a usar a internet; a *frequência* do acesso; e o *tempo* em que estão *online*, nos dias de aulas e ao fim-de-semana.

A média europeia aponta para um início na internet por volta dos nove anos, com os respondentes mais novos a terem começado a usar por volta dos sete anos, e os mais velhos pelos 11 anos, mostrando assim que se começa a aceder cada vez mais cedo. O género e a posição social não apresentam diferenças significativas mas a idade do primeiro acesso varia com os países e o seu histórico de penetração da internet. No norte europeu começam mais cedo: Suécia (sete anos), Estónia, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Reino Unido (oito anos); no extremo oposto, temos a Grécia (11 anos), e a Itália, Turquia, Roménia, Áustria e Portugal (10 anos).

A frequência do acesso permite averiguar até que ponto a internet se insere no quotidiano das crianças e jovens. Neste sentido foram distinguidos vários níveis de frequência (uso diário ou quase todos os dias; uma ou duas vezes por semana; uma ou duas vezes por mês; mais raramente). Enquanto a média europeia da frequência diária (ou quase) revela diferenças pelo ESE do agregado (baixo: 49%; elevado: 64%), essas diferenças estão atenuadas em Portugal, respectivamente entre 52 e 57%. Por outro lado, a idade e o género diferenciam o acesso, mais frequente entre os mais velhos e entre rapazes.

Apesar da subida, recente e acelerada, do acesso à internet entre os mais novos, o acesso diário à internet por crianças e pais portugueses está entre os mais baixos da Europa (ver Gráfico 1.3). No nosso país, não só as crianças acedem mais à internet do que os seus pais (78% e 66%, respectivamente segundo estimativas do Eurostat, de 2010), como a usam com maior frequência diária, o que também acontece noutros países do sul e centro leste europeu.

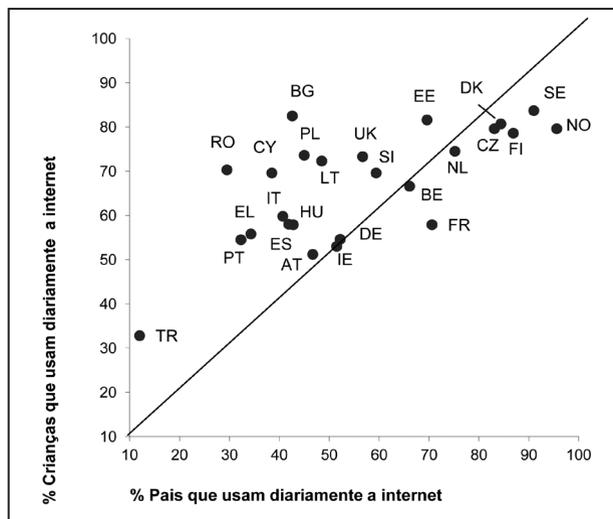


Gráfico 1.3 – Relação entre o uso diário da internet por crianças e pais, em 25 países

Legenda: AT: Áustria; BE: Bélgica; BG: Bulgária; CY: Chipre; DE: Alemanha; DK: Dinamarca; EE: Estónia; EL: Grécia; ES: Espanha; FI: Finlândia; FR: França; HU: Hungria; IE: Irlanda; IT: Itália; LT: Lituânia; NL: Holanda; NO: Noruega; PL: Polónia; PT: Portugal; RO: Roménia; SE: Suécia; SI: Eslovénia; TR: Turquia; UK: Reino Unido

Em Portugal, não há grandes variações por origem social no uso da internet nos dias de escola. Cerca de metade apontou até meia hora e um pouco mais de um terço indicou entre uma a duas horas. Nos dias sem escola, o uso da internet diferencia-se, oscilando mais nos agregados de ESE baixo, entre quem usa menos tempo (até meia hora) e quem usa por mais tempo (mais de duas horas). O género continua a fazer diferença, com raparigas a passarem menos tempo na internet do que rapazes: a *frequência diária ou quase diária*, é referida por 39% dos rapazes e por 30% das raparigas, entre os mais novos, e por 74% dos rapazes e 55% das raparigas, entre os mais velhos.

Actividades

Conhecer as actividades que as crianças e jovens fazem na internet permite identificar o leque de actividades realizadas, geralmente associadas a momentos de prazer. Não só favorece uma visão equilibrada do que a internet pode proporcionar como também mostra que não é fácil distinguir entre actividades que são oportunidades e actividades *arriscadas*, interligando oportunidades e riscos.

Na média europeia, usar a internet para os trabalhos de casa é a actividade mais comum (85%), a confirmar a importância de incorporar esta ferramenta nos contextos educacionais e de serem trabalhadas formas de pesquisar criticamente a informação, de comparar fontes e de identificar a informação recolhida. O grupo seguinte gira à volta de conteúdos disponíveis na rede: jogar (83%), ver *videoclips*

(76%), visitar perfis em redes sociais e comunicar por mensagens instantâneas (ambos com 64%).

A produção própria de conteúdos contrasta com estes valores sendo bastante mais baixa: colocar imagens (39%) ou mensagens (31%) *online*, para partilhar com outros, usar uma câmara (31%). Ainda menos referidas, estão a partilha de ficheiros (18%), estar num mundo virtual (16%) ou escrever um blogue (11%). A meio da escala fica a consulta de notícias na internet (48%).

Nestes resultados europeus não emergem diferenças de género, embora os rapazes realizem mais actividades e dediquem mais tempo aos jogos, sobretudo os adolescentes. Já as diferenças de idade são relevantes: as crianças de nove a 12 anos realizam menos actividades associadas ao entretenimento (ver vídeos, descarregar filmes e música), à informação (seguir notícias) e à comunicação.

No país, a distribuição do leque das actividades segue o padrão europeu, com os trabalhos de casa mesmo um pouco acima da média europeia. Seguem-se actividades relacionadas com conteúdos recepcionados e, por último, actividades ligadas a uma intervenção produtiva, com criação e disseminação de conteúdos.

O que os pais sabem das actividades online dos filhos

Os pais mais familiarizados com a rede apercebem-se mais da diversidade de actividades dos filhos, enquanto os mais afastados ou que não usam a rede têm alguma dificuldade em as descrever e nomear:

- *Jogos, pesquisas para a escola... ah, e claro o Messenger para falar com os amigos, o que até é bom porque assim não gasta dinheiro do telefone nem do telemóvel.* (Pai, 35 anos, ensino secundário, utilizador frequente; filha de 13 anos)

- *Essencialmente para jogos, para o Messenger, para falar e um pouco para pesquisar. Ele fala muito no Messenger mas a maior parte são amigos. Sei que riscos há sempre... mas também não o posso privar de tudo.* (Mãe, 47 anos, ensino superior, uso frequente, filho de 13 anos)

- *Sei que ele ouve música, faz algumas pesquisas para trabalhos! Também passa bastante tempo a falar com os amigos lá num... num coiso que tem o computador, um programa qualquer, não sei o nome.* (Pai, 55 anos, ensino básico, não utilizador; filho de 15 anos)

Ainda que com pequenas variações, os valores mais baixos de dois terços das actividades listadas, na maioria relacionadas com produção e iniciativa pessoal bem como com um universo mais estruturado de leitura e escrita (ver *videoclips*, mandar e receber *e-mails*, seguir notícias, colocar fotos e músicas *online*, usar uma *webcam*, colocar mensagens em blogues e *sites*, visitar mundos virtuais e escrever um blogue) pertencem a crianças e jovens de agregados com menos recursos. Estas lideram apenas no *download* de músicas e de filmes e visitas a salas de *chat* (Quadro 1.1).

Quadro 1.1 – Actividades na internet, por estatuto socioeconómico (%)

Actividades na internet	ESE elevado	ESE médio	ESE baixo
Trabalhos de casa	92	90	89
Ver <i>videoclips</i>	81	74	71
Enviar e receber <i>e-mails</i>	80	68	66
Usar <i>Messenger</i>	73	69	69
Visitar perfil em rede social	56	50	53
Jogar <i>online</i>	50	64	52
Usar uma <i>webcam</i>	43	39	32
Descarregar música, filmes	42	43	44
Ler as notícias	41	38	32
Pôr fotos ou vídeos	33	35	32
Visitar uma <i>chatroom</i>	17	16	21
Criar um avatar	16	25	18
Pôr mensagens em <i>sites</i> e <i>blogues</i>	15	18	11
Partilhar ficheiros	12	15	8
Visitar mundos virtuais	11	14	10
Escrever um <i>blogue</i>	10	10	7

Pergunta: *Para cada uma das actividades que te vou ler, diz-me por favor se a fizeste no último mês, na internet. Se não conheceres alguma destas actividades, não te preocupes - diz-me apenas que não sabes ou que não te lembras.*

Base: Todas as crianças portuguesas que usam a internet (resposta múltipla)

Os trabalhos escolares lideram isolados, na ordem dos 90%, ilustrando as conexões entre oportunidades e riscos da internet. De facto, se a internet facilita a procura de informação constituindo um inesgotável banco de dados, “pesquisas” escolares que se limitam a copiar, colar e imprimir a primeira informação disponível facilitam uma aceitação acrítica de conteúdos, uma rapidez impulsiva na realização da actividade escolar que não transforma informação em conhecimento, a ignorância das questões da autoria e da necessidade de atribuição da origem da informação.

A internet no apoio ao trabalho escolar e à pesquisa de informação de interesse pessoal

Em entrevistas de grupo, jovens de 13-15 anos⁸ que já ultrapassaram a escolaridade alcançada pelos seus pais, dialogam sobre como “pesquisam para os trabalhos de casa”:

Dinis: *Pego num texto, mudo e depois imprimo.*

Filipe: *Eu copio sempre. Uma vez num trabalho sobre os micróbios eu fui a um*

⁸ Ver Candeias, C. (2008). *Crianças e Internet: na balança dos riscos e das oportunidades*. Departamento de Ciências da Comunicação. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em www.fcsh.unl.pt/eukidsonline.

site *que tinha bué trabalhos sobre isso e depois saquei e entreguei assim.*

Entrevistadora: *E então, tiveste boa nota?*

Filipe: *Não, a professora descobriu que aquilo era da net e depois deu-me zero.*

Andreia: *Eu imprimo, faço numa folha à parte um resumo por palavras minhas e depois passo a computador.*

Joana: *Isso dá muito trabalho.*

Andreia: *Ya mas... tem de ser, né?*

A internet oferece também vias para que, em famílias com menos recursos escolares ou onde o diálogo sobre certos assuntos seja difícil, os mais novos possam aceder a informação em condições de privacidade. Para Ana, a internet é ainda um meio de tradução de um léxico que desconhece:

Ana: *Às vezes também uso para pesquisar sobre vários temas que me interessam, ou sobre coisas de que tenho dúvidas e não quero estar a perguntar a ninguém... então vou ao Google e procuro lá...*

Entrevistadora: *E procuras sobre o quê?*

Ana: *Às vezes procuro sobre doenças ou sobre sexualidade.*

Entrevistadora: *E encontras as respostas que procuras?*

Ana: *Sim, quase sempre. E também faço isso quando, por exemplo, numa aula a professora fala de alguma coisa que eu não sei o que é... aponto no caderno e depois procuro a palavra e fico a saber!*

De novo as diferenças de género estão menos apagadas no nosso país do que na média europeia. Entre as crianças de nove a 12 anos, mais de metade dos rapazes realiza cinco das 16 actividades – usar *Messenger* (53%); enviar e receber *e-mails* (56%); ver *videoclips* (61%), jogar *online* (70%) e fazer trabalhos de casa (87%) –, enquanto as raparigas apenas destacam os trabalhos de casa (90%), com as restantes actividades abaixo da metade, embora duas se aproximem: ver *videoclips* (49%) e usar *Messenger* (47%).

Entre os 13 e os 16 anos, as actividades listadas por rapazes e raparigas são mais comuns. A seguir aos trabalhos de casa, aparecem actividades de entretenimento e de comunicação: ver *videoclips*, usar *Messenger*, enviar e receber *e-mails* e visitar perfis em redes sociais. No grupo seguinte, os rapazes diferenciam-se nos jogos, em descarregar conteúdos de lazer, na leitura de notícias e em actividades de partilha, participação e exploração do universo tecnológico da rede: carregar conteúdos pessoais, escrever mensagens em *sites* e blogues, visitar mundos virtuais, partilhar ficheiros. As raparigas lideram apenas – ainda que bastante abaixo da metade – no uso da *webcam*, na criação de personagens virtuais e nas visitas a *chats*.

A internet, o MSN e o imperativo do contacto

As razões das necessidades de contacto e de comunicação com os amigos transbordam das palavras de Isabel e de Andreia (15 anos, famílias com pouco recursos):

Entrevistadora: *Porque é que vocês gostam tanto do MSN?*

Isabel: *Para pôr a conversa em dia... há sempre coisas para dizer.*

Andreia: *Se a gente não consegue falar na escola, dizemos assim: "Olha, vai à net e depois a gente fala".*

Isabel: *Ya... os intervalos são muito curtos e depois é por isso que a gente fala nas aulas e na net.*

Entrevistadora: *E o que é que vocês falam com os amigos?*

Andreia: *Perguntamos se 'tá tudo bem, combinamos cenas.*

Isabel: *Tipo... falamos com eles de manhã, né? Mas à tarde as coisas podem mudar...*

Competências digitais

Para a apreciação da literacia digital foram consideradas três medidas: a variedade e a intensidade da frequência das actividades na internet, na base de que quanto menos se usar a internet menos se desenvolverão as competências digitais; a auto-avaliação da eficiência pessoal (em perguntas de escala como: *eu sei muitas coisas sobre a internet* ou *eu sei mais sobre a internet do que os meus pais*); e competências específicas concretas em matéria de segurança, estas interrogadas apenas a crianças e jovens com mais de 11 anos, que iremos começar por comparar.

No inquérito europeu, a média de auto-reconhecimento das oito competências inquiridas situou-se em 4,2, ou seja, foram identificadas pouco mais de metade. As competências mais respondidas foram: *saber bloquear uma mensagem de alguém com quem não se deseja o contacto* e *saber marcar um site nos Favoritos* (ambas com 64%), e *encontrar informação sobre segurança* (62%). Cerca de metade dos respondentes com mais de 11 anos declarou *saber mudar definições de privacidade* e *saber comparar sites para avaliar a qualidade da informação* (ambas com 56%), *apagar o histórico pessoal* (52%) e *impedir correio e lixo electrónico* (51%).

A Finlândia foi o país onde os inquiridos declararam mais competências (média: 5,8), seguindo-se a Holanda, a Eslovénia, a Estónia, República Checa, a Suécia e a Noruega, todos com elevado uso da internet por parte de crianças e seus pais. Portugal aparece de seguida, em oitavo lugar, uma posição de destaque entre 25 países, com uma média de 4,9.

As competências mais referidas em Portugal estão quase todas acima da média europeia, com as maiores diferenças em *marcar um site nos Favoritos* (76% para 64%) e *mudar definições de privacidade* (62% para 56%) e variam muito entre os 11 e os 16 anos, num processo de acumulação de saberes que se consolida pela adolescência (14-16 anos). Entre os mais novos, metade ou

um pouco mais declara saber registar um *site* nos Favoritos, bloquear mensagens indesejadas, apagar registos e mudar definições de privacidade. Entre os mais velhos, quase todas as competências foram assinaladas por cerca de três quartos dos respondentes. A competência mais ligada à literacia informacional (comparar *websites*) regista, contudo, um dos menores valores, entre mais velhos e mais novos, e mais de metade destes últimos declara não saber encontrar informação sobre segurança.

Observa-se liderança de jovens de agregados com mais recursos em quatro competências, relacionadas com potenciar oportunidades e minimizar aspectos negativos de conteúdos recebidos: *Marcar sites nos favoritos; bloquear mensagens indesejadas; bloquear spam; encontrar informação sobre segurança*. Por seu lado, jovens de agregados com menos recursos lideram em competências relacionadas com a defesa da exposição pessoal: *Apagar registos; mudar definições de privacidade; e mudar preferências* (Quadro 1.2).

Quadro 1.2 – Competências na internet por estatuto socioeconómico (%)

Competências na internet	ESE elevado	ESE médio	ESE baixo
Marcar nos Favoritos	80	75	76
Bloquear mensagens indesejadas	73	66	60
Encontrar informação sobre segurança	66	63	60
Apagar registos	61	63	65
Mudar definições de privacidade	60	56	64
Bloquear spam	65	56	56
Comparar websites	58	60	53
Mudar preferências	38	42	50

Pergunta: *Que coisas destas sabes fazer na internet? Responde por favor sim ou não para cada uma das coisas seguintes... Se não souberes o que é ou o que significa alguma destas coisas, não faz mal.*

Base: Crianças e jovens com mais de 11 anos (resposta múltipla)

Competências nas redes sociais: decidir sobre riscos

Se os valores declarados nas competências parecem traduzir uma percepção de segurança que cresce com a idade, o seu manejo nas redes sociais, nas relações com conhecidos e desconhecidos na vida real, pode revelar diferenças entre o *dizer* e o *fazer*. Na maioria das vezes, histórias sobre situações de risco são contadas em terceira pessoa, casos que aconteceram a *outros*, não aos próprios. Debater este tema permite também conhecer processos de decisão pessoal expressos pelo *nós*, como parte de uma comunidade.

Uma amiga minha teve um problema. Aconteceu com um cota argentino, que tinha uma fotografia de um miúdo de 16 anos. Ela conheceu-o primeiro e depois começou a teclar com ele no MSN e descobriu que ele era muito mais velho. Ela ficou com medo e depois bloqueou-o. Ela não queria correr riscos. (Rapariga, 15 anos)

Eu posso aceitar pessoas sem as conhecer porque gosto do perfil, mas não aceito algumas que conheço porque não gosto delas. (Rapariga, 16 anos)

Quando falamos com quem não conhecemos não podemos dar os nomes verdadeiros. (Rapariga, 14 anos)

Não sabemos se usamos de forma correcta ou segura. Podemos pensar que é e não ser. Quando usamos pensamos que é a forma correcta”. (Rapaz, 16 anos)

As respostas sobre competências pessoais valem também pelo contraste entre essa avaliação e a dos saberes dos seus pais, que variam segundo o ESE do agregado (Gráfico 1.4).

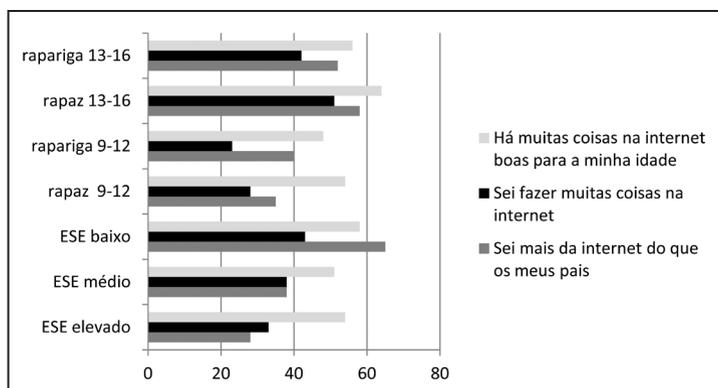


Gráfico 1.4 – Auto-reconhecimento de competências, por género, idade e estatuto socioeconómico (%)

Pergunta: *Até que ponto as seguintes frases sobre ti são verdadeiras?*

Base: Todas as crianças portuguesas que usam a internet

Por idades e entre rapazes e raparigas predomina a concordância com a afirmação das oportunidades da internet, numa consideração partilhada por mais de metade. Nas competências pessoais, os rapazes são mais afirmativos, o que estará em sintonia com as suas actividades, mais variadas. Já na comparação de saberes com os pais, apesar de mais de metade não concordar totalmente com a afirmação (à excepção dos mais velhos), predomina a resposta de que sabem mais sobre a internet do que os seus pais, mesmo entre as crianças mais novas: 54% dos rapazes e 48% das raparigas concordam sem reservas. Para este valor, contribui o peso elevado de crianças e jovens pertencentes a agregados de ESE baixo: 65% de respostas de crianças desses agregados, para 28% de respostas provenientes de agregados com mais recursos.

Quando em casa a internet está interdita

A batalha pelo acesso à internet enfrentando a resistência familiar continua a ser travada por crianças e jovens que enfrentam resistências parentais. Disso dá conta uma rapariga de 11 anos, utilizadora precoce e competente de redes sociais (formalmente interditas a menores de 13 anos) para quem os espaços não domésticos são a sua possibilidade de inclusão digital:

Em minha casa ninguém usa a internet, nem mesmo eu, porque os meus pais não querem, dizem que é perigosa mas eu acho que não. Tem que se ter cuidado mas eu sei usar. Não se fala com ninguém a não ser com os amigos da escola e só se adicionam pessoas que se conhecem. Não tenho morada nem escola no meu Facebook, mas os meus pais não gostam da internet na mesma. Só uso na escola e nas bibliotecas.

A fechar, abrindo...

Os ambientes de acesso e uso da internet em Portugal são marcados por diferenciação social e desigualdade geracional. Sem deixarem de existir bolsas de resistência a esse acesso e uso por parte de crianças e jovens, verificou-se nos últimos anos a sua facilitação e privatização, com a adesão massiva de famílias com menos recursos às políticas de aquisição de computadores e serviços da internet. Como consequência, o país destaca-se na paisagem europeia pelo elevado acesso à internet no quarto, a posse de portáteis pessoais e a maior procura de bibliotecas e de outros espaços públicos de acesso gratuito à internet.

Se a posse de computadores portáteis não é marcada pela diferenciação social, o acesso real à internet continua desigual, porque dependente das modalidades de aquisição e de recursos materiais, sociais e culturais, como as redes de apoio na família e entre conhecidos, os interesses cultivados, os hábitos de leitura.

Neste contexto, bibliotecas e outros espaços de acesso livre são espaços de socialização e de convívio, e certamente também de aprendizagem por pares. Têm potencial para uma intervenção mais pró-activa por parte de animadores/monitores capazes de empatia com os mais novos e de estimulação de outras práticas de uso do meio: procurar criticamente informação, comparar, comunicar ideias, produzir conteúdos para uma audiência alargada, ter consciência de deveres éticos, por exemplo. Contudo o que se observa é que crianças e jovens, os frequentadores mais assíduos desses espaços, em regra não são estimulados para actividades para além das que já conhecem e apreciam (jogos, redes sociais, *Messenger*). Uma outra dinâmica desses espaços, que incluísse actividades para tirar partido do potencial da rede para a expressão da criatividade e para a literacia digital – incluindo direitos, deveres e responsabilidades –, poderia contribuir para uma maior participação e inclusão – digital e social.

Se as actividades das crianças e jovens portuguesas não variam muito relativamente à média europeia, as diferenças em relação à declaração de

competências sugerem a necessidade de conhecer o que os leva a responder desse modo sabendo que a maioria dos ambientes familiares não acompanha o desempenho na internet: têm *mesmo* essas competências? Como as adquiriram? Pela formação na escola? Pela partilha de informações com pares? Por outras formas? Isto implica outro tipo de questões e de métodos de inquirição.

No país, destacam-se diferenças não só por origem social e por idades mas também entre rapazes e raparigas qu estão atenuadas no contexto europeu. Em casa as raparigas mais novas dispõem de menos acessos, tempo e recurso do que os rapazes da mesma idade e realizam bastante menos actividades *online*. Nas mais velhas, a liderança ocorre em actividades de comunicação, com o maior fosso relativamente aos rapazes nos jogos *online*, cujo interesse baixa com a idade.

Crianças e jovens de agregados com mais recursos (um pouco menos de um quinto), com um acesso à internet marcado pelos espaços domésticos (quarto, casa, casa de familiares) valorizam menos a escola, as casas de amigos e espaços públicos, partilham mais computadores, portáteis e de secretária, dispõem mais de consolas com acesso à rede, vêem mais *videoclips*, usam mais o *e-mail*, procuram mais as notícias, usam *webcam* e visitam perfis em redes sociais, sendo ainda os que mais destacam os conhecimentos da internet por parte dos pais. Parecem ser os que têm um acesso menos socializado fora da esfera familiar.

Nas crianças e jovens de agregados com menos recursos (mais de metade), destaca-se o menor acesso à internet em casa (fora do quarto) e nas casas de familiares e uma maior referência à escola como local de acesso; lideram na posse de portáteis individuais, partilham menos computadores e referem menos meios de acesso à internet para além do portátil. As suas actividades têm um leque mais reduzido, declarando mais competências técnicas ligadas à defesa da privacidade. Com perto de dois terços a concordar totalmente com a afirmação de que sabem mais do que os seus pais, serão os que vivem mais as desigualdades da inclusão, digital e social.

Por fim, as crianças e jovens de agregados de ESE médio (cerca de um terço) estão entre estes grupos: com as de ESE elevado partilham lares com mais equipamentos de acesso à internet e mais de metade sublinha as competências dos pais na rede; com as de ESE baixo, sublinham a escola, as bibliotecas e as casas de amigos como locais de acesso. É o grupo que lidera no acesso à internet por meios móveis, nos jogos *online* e em actividades relacionadas com a exploração das potencialidades comunicativas e de partilha da *Web 2.0*. Serão os utilizadores que mais vivem a experiência da internet em conjunto e mediada por um maior leque de dispositivos.

Por fim, regressemos ao contexto social e cultural do país. Como mostra a investigação sobre famílias, hoje valorizam-se mais as funções dos filhos que remetem para dimensões afectivas e expressivas (“os filhos como fonte de alegria”; “bons companheiros para divertimento”) e valorizam-se menos as funções instrumentais, ligadas ao seu contributo para a economia do lar. Os afectos, a sociabilidade e a socialização “às avessas” são funções simbólicas generalizadas

sobre o lugar dos filhos que não deixam à margem nenhuma franja da sociedade portuguesa⁹. Até que ponto as oportunidades trazidas pela democratização do acesso nos mais novos podem favorecer essas relações nas famílias marcadas por diferenças geracionais, entre filhos, pais e avós, em matéria de capital escolar e de inclusão digital? De que formas os processos de socialização em que os mais novos ensinam os mais velhos podem trazer para esta esfera as mulheres, mães e avós, mais arredadas da tecnologia mas também as obreiras dos laços de comunicação familiar?

As respostas exigem mais atenção às mediações familiares por género, aos processos de aquisição de competências técnicas e às condições facilitadoras para o incremento do leque de actividades – e das suas oportunidades. A agenda de pesquisa nesta área, sobre Famílias e meios digitais, está apenas a começar.

⁹ Ver estudos sobre as Famílias em Portugal, entre outros: Cunha, Vanessa (2007). *O lugar dos filhos. Ideais, práticas e significados*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais; Wall, Karin (2005). *Famílias em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais; Almeida, Ana Nunes de e Isabel Margarida André (2004). “O país e a família através das crianças. Ensaio exploratório.” *Revista de Estudos Demográficos* 34: 5-35.

PRÁTICAS DA E-GENERATION EM PORTUGAL: RESULTADOS DE ESTUDOS E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Rita Espanha

Como diversos autores têm vindo a afirmar, não só os *media* mudaram muito nas últimas décadas, mas também os contextos da infância e da adolescência foram palco de mudanças significativas¹⁰. É difícil imaginar a nossa vida sem os *media* e as tecnologias de comunicação que nos rodeiam. Falamos de uma geração que nasceu a partir dos anos 1990 e que se apresenta como uma geração diferente, marcando parte dessa diferença pela utilização que faz dos *media* e também pelo tipo de *media* que tem ao seu dispor.

Este texto vai apoiar-se em projectos de investigação desenvolvidos no âmbito do CIES-ISCTE/IUL e no OberCom (entre 2006 e 2008)¹¹, em dados disponibilizados pelo INE relativos a 2008 (e tratados pela equipa de investigação do OberCom em 2010)¹² e em algumas das conclusões avançadas no relatório de 2010 do projecto *Eu Kids Online*, pretexto para esta breve reflexão. Apresentam-se resultados e conclusões desses estudos, aprofundando e conhecendo melhor os comportamentos específicos dos “consumidores” mais novos de *media* em Portugal, à luz de dados recolhidos desde 2006. Pretende-se apreender os padrões de interacção dos jovens através da utilização dos *media* mais tradicionais, assim como da utilização das novas tecnologias, do telemóvel às diversas formas de comunicação mediada por computador.

¹⁰ Sonia Livingstone, Leen d' Haenens e Uwe Hasebrink (2001), «Childhood in Europe: Contexts for Comparison», em *Children and Their Changing Media Environment. A European Comparative Study*, ed. Sonia Livingstone e M. Bovill, London: Lawrence Erlbaum Associates, pp. 3-30; Sonia Livingstone (2002), *Young People and New Media*, London: Sage; Brian Loader (2007), «Introduction: young citizens in the digital age», em *Young Citizens in the digital age: Political engagement, young people and new media*, ed. Brian Loader, London, Routledge; Gustavo Cardoso, Rita Espanha, e Tiago Lapa (2009), *Do quarto de dormir para o mundo: Jovens e Media em Portugal* Lisboa: Âncora.

¹¹ Estudo *Crianças e Jovens: A sua Relação com as Tecnologias e os Meios de Comunicação* desenvolvido com o SAPO e pesquisa *E-Generation: Os Usos de Media pelas Crianças e Jovens em Portugal*, apoiada pela Fundação PT, em 2006; em 2008 um novo estudo denominado *E-Generation: Os Usos de Media pelas Crianças e Jovens em Portugal*, apoiado pela PT.com e realizado no âmbito do OberCom. A equipa, nos três projectos referidos foi constituída por Rita Espanha, Gustavo Cardoso e Tiago Lapa.

¹² Obercom, *Nativos digitais portugueses: Idade, experiência e esferas de utilização das TIC* (Lisboa, 2010).

No contexto das transformações mediáticas recentes, pretende-se também identificar padrões de oportunidades e riscos no que respeita à apropriação dos *media*, seja a oportunidade de aceder rapidamente à informação e a novos instrumentos didácticos, seja os riscos de exposição excessiva a determinados *media*, a exposição à pornografia na internet ou à violência nos jogos. Outra dimensão relacionada é a análise das representações que os jovens têm dos *media* que utilizam, considerando assim as crianças e os adolescentes como sujeitos activos, capazes de reflectir sobre as suas próprias práticas mediáticas, e como agentes que conferem sentido aos diferentes usos quotidianos dos *media*.

Quem é a E-generation?

A geração que nasceu a partir dos anos 1990, apresenta-se como uma geração diferente, marcando a sua diferença na utilização que faz dos vários *media*. No inquérito de 2006, tínhamos visto que fazia sentido caracterizar essa geração como uma “geração electrónica”, largamente socializada nas novas tecnologias, rodeada de ecrãs, desde o ecrã da televisão e do computador, passando pelos pequenos ecrãs do telemóvel, do leitor de mp3 ou pelo ecrã da consola de jogos portátil. Caracterizam-se também por uma utilização em rede e em regime de multitarefa dos vários *media*. Os jovens querem fazer várias coisas ao mesmo tempo: navegar na internet, ouvir música ou ter a TV ligada, trocar impressões nos *chats* ou no *messenger* sobre os acontecimentos de uma novela juvenil ou o seu quotidiano, comentar as fotos, os vídeos ou o perfil na página do *Facebook* de um amigo ou conhecido.

É igualmente uma geração caracterizada pelo fim da “rua” como espaço de socialização e autonomia. Os jovens apropriam os *media* como espaços onde exercitam a sua autonomia e onde aprofundam e mantêm as suas redes de relações íntimas. Esta realidade é mais evidente na utilização que fazem da internet, nomeadamente dos *chats*, do *messenger*, dos portais de redes sociais como o *Hi5* e o *Facebook* ou dos blogues. O grande sucesso da penetração dos telemóveis entre os adolescentes deve-se, em grande parte, à sua utilização como meio de aprofundar a autonomia e as relações sociais dos jovens, fora da monitorização dos adultos. A internet e os telemóveis constituem igualmente formas de exercitar e sedimentar uma identidade pessoal e social em formação. Além disso, as crianças e os adolescentes de hoje utilizam os *media* de uma forma marcadamente individualizada, reclamando para si a utilização e a posse individual de vários dispositivos mediáticos presentes no seu quarto de dormir. A rede convivial, real e virtual, permitida pela emergência dos novos *media* e das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e a utilização individualizada e personalizada dos dispositivos mediáticos sobrepõe-se à imagem da convivência em família em torno da televisão, a antiga “lareira electrónica”¹³.

¹³ OberCom, 2009; Espanha, Rita, Luís Soares e Gustavo Cardoso, 2006). Do Multimedia ao Wireless: As Dietas Mediáticas dos Portugueses. In *A Sociedade em Rede – Do Conhecimento à Acção Política*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Tendo em linha de conta a articulação entre *media* em função de uma diferenciação de conteúdos e igualmente a especialização dos *media* em diferentes funções de mediação, os jovens apresentam as suas próprias utilizações e representações diferenciadas dos *media*. As novas gerações têm crescido no meio de mudanças no domínio da interactividade da comunicação e no meio de um sistema de múltiplos produtores e distribuidores. As crianças e os adolescentes são, deste modo, particularmente susceptíveis a uma socialização entre várias realidades mediáticas, concorrentes ou complementares, e crescem entre uma multiplicidade de escolhas no que respeita às formas de comunicação, entretenimento e informação. Além disso, novas competências parecem estar a ser adquiridas intuitivamente pelas crianças como a forma de explorar a interligação entre as várias realidades mediáticas e a forma de operar vários expedientes mediáticos simultaneamente¹⁴.

A chegada da massificação da informatização e o advento das comunicações móveis num momento histórico partilhado constituem factores que caracterizam as novas gerações. Nos inquéritos realizados em 2006, face-a-face e *online*, verificou-se que, embora a televisão seja ainda central na vida dos jovens, aqueles que convivem mais intimamente com a internet e com o telemóvel apresentam valorizações mais baixas do interesse conferido à televisão. Os *media* são a conexão entre o vivido e o representando, e é através deles que se constrói muita da experiência das crianças e dos adolescentes. A infância e a adolescência são períodos essenciais na criação de perfis dos *media*, através da definição das expectativas, gostos, preferências, padrões de interpretação e de valorização, etc. Contudo, não podemos caracterizar as dietas mediáticas dos jovens como formas de substituir determinadas práticas mediáticas por outras. Antes, a utilização de vários *media* pode servir como meio de reforço de interesses, como reforço da comunicação e da informação. Os adolescentes conferem bastante importância à música e aos jogos de vídeo. Neste âmbito, a utilização da internet pode reforçar esses interesses através das rádios e das músicas que são disponibilizadas *online* ou pelos sítios que disponibilizam informações sobre jogos, ou jogos propriamente ditos.

Bedroom Culture?

Os resultados obtidos em 2008 vêm corroborar e cimentar muitas das conclusões já apuradas no inquérito presencial de 2006. A aplicação e comparação dos dois inquéritos vêm legitimar a identificação de tendências no que respeita à relação das crianças e dos adolescentes portugueses com os *media*. Na análise dos inquéritos presencial e *online* aplicados em 2006 verificaram-se dois tipos de perfis quanto às práticas mediáticas, em particular, no que respeita à internet. Os adolescentes inquiridos *online* mostraram, sem dúvida, maiores capacidades no que respeita à familiarização e utilização de computadores e da internet. Um

¹⁴ Cardoso, Gustavo, Rita Espanha, e Tiago Lapa (2009), *Do quarto de dormir para o mundo: Jovens e Media em Portugal*, Lisboa: Âncora.

segmento significativo de jovens respondentes a nível nacional evidenciava muito menos competências e conhecimentos no que respeita à utilização da internet.

Um quarto dos respondentes do inquérito de 2008¹⁵ não tem computador em casa e perto de metade (46,9%) tem um computador. Ainda assim, uma fracção apreciável de inquiridos, que corresponde a 28,1%, declara ter dois ou mais computadores em casa. Pode-se presumir que para parte destes jovens o computador já permeia o seu ambiente mediático da mesma forma como acontece com outros *media*, nomeadamente, a televisão e o telemóvel, que são reclamados pelos vários membros do agregado familiar. Em alguns sectores profissionais, em que o computador é uma ferramenta de trabalho, os pais utilizam os seus próprios aparelhos, enquanto os filhos usam o seu próprio computador. Ainda não estamos num cenário em que cada membro do agregado familiar tem o seu próprio computador, ao contrário do que já acontece com o telemóvel, contudo, a médio prazo isso poderá acontecer. Além disso, é nos mais novos que há uma percentagem maior de crianças sem computador em casa (34,9%), em comparação com 18% dos inquiridos dos 16 aos 18 anos. É também entre os adolescentes com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos que há uma maior percentagem de inquiridos com dois ou mais computadores em casa (37,7%), em comparação com 22,3% entre os mais novos.

Para aqueles que têm internet em casa as principais formas de ligação são por cabo (24,3%) ou por ligação ADSL (19,2%), contudo, é já muito próxima a percentagem de inquiridos com uma ligação via placa 3g/USB de operadores móveis (18,4%). Apenas uma minoria de 8,6% afirma utilizar uma ligação antiga via *modem* (linha telefónica). É de notar que 25,4% dos inquiridos com computador afirmam não ter qualquer ligação à internet em casa. Considerando o total dos inquiridos, 18,9% diz não utilizar a internet. No inquérito presencial aplicado em 2008, apura-se que cerca de 54,9% dos jovens têm acesso à internet em casa, o que demonstra que não houve grandes evoluções desde 2006 neste aspecto. É claro o contraste com os dados apurados no inquérito *online* aplicado em 2006, onde perto de 90% dos respondentes possuem ligação à internet em casa, que é o local privilegiado de utilização da rede. No inquérito presencial de 2008, perto de metade dos inquiridos (49,3%) afirmam que costumam aceder à internet na escola. A nível nacional, os dados demonstram que a escola é um local com uma importância estratégica quanto ao desenvolvimento e promoção da info-literacia de sectores da população juvenil que não têm acesso à internet em casa, nem têm hipótese de o obter. Outra forma relevante de utilização da internet é ir a casa de um amigo (em 12,4%) e apenas 4,6% afirmam que costumam utilizar a internet em cybercafés. Somente pequenas minorias de jovens acedem habitualmente à internet em deslocações através do acesso móvel (1,3%), na junta de freguesia ou na câmara municipal (2,7%) ou na biblioteca (1,8%). Verifica-se

¹⁵ Estes dados estão publicados em <http://www.obercom.pt/content/111.cp3>

ainda que há uma maior percentagem de raparigas que não utiliza de todo a internet. A principal razão adiantada para a não utilização da internet é a falta de acesso a uma ligação à internet (12,8%). Apenas uma pequena minoria de jovens que não usam a internet declara que os motivos se prendem com a falta de interesse na sua utilização ou porque não lhe reconhecem utilidade ou porque não têm computador. No total dos inquiridos, 3,8% afirma ainda que não utiliza a internet porque não a sabe usar. A percentagem de crianças ou adolescentes que admitem não saber utilizar a internet é superior entre as raparigas.

Tal como já tinha sido apurado no inquérito presencial de 2006, a grande maioria destes jovens começaram a utilizar cedo a internet: em 2008 a média da idade que os inquiridos recordam quando utilizaram a internet pela primeira vez é de cerca de 10 anos de idade.

Quanto aos conteúdos que as crianças e os adolescentes procuram na rede, os jogos (57,9%) e a música (56,4%) surgem à cabeça, seguidos dos vídeos (41%), das informações desportivas (27,2%), dos conteúdos educativos (26%). Os conteúdos culturais, os blogues, as notícias e os conteúdos relacionados com *software* e informática são menos populares, recolhendo as preferências de menos de 20% mas de mais de 10% dos inquiridos. Os rapazes são os que mais procuram informação na rede sobre desporto, jogos, vídeos e *software* e informática, enquanto as raparigas tendem a procurar mais conteúdos culturais, educativos e relacionados com música, embora tenham um interesse elevado nos conteúdos sobre jogos e vídeos mas menor do que o dos rapazes em termos relativos.

Quase um quarto dos jovens (24,3%) afirma que costuma enviar e receber *e-mails* várias vezes ao dia e 17% afirmam que recebem ou enviam cerca de um *e-mail* por dia. Além disso, 19,2% afirmam que o fazem 2 ou 3 vezes por semana e 8,2% cerca de uma vez por semana. Porém, cerca de 21,1% afirmam que nunca recebem ou enviam *e-mails*. Curiosamente, uma maior percentagem de rapazes em comparação com as raparigas afirma que nunca recebe ou envia *e-mails*. À medida que os inquiridos são mais velhos maior a tendência para o envio e recebimento de *e-mails* ser mais frequente.

Perto de um quinto dos jovens (19,2%) afirma que costuma aceder a *sites* de redes sociais como o *Hi5* ou o *MySpace* várias vezes ao dia e 14,3% afirmam que o fazem cerca de uma vez por dia. Além disso, 12,5% afirmam que acedem a esse tipo de *sites* 2 ou 3 vezes por semana e 6,5% cerca de uma vez por semana¹⁶. As percentagens de jovens inquiridos que o fazem menos frequentemente oscilam entre os 5%. No entanto, cerca de 36,6% afirmam que nunca acedem a *sites* de redes sociais. Há uma maior percentagem de raparigas que acede a esses *sites* e que o faz mais frequentemente. O acesso a *sites* de redes sociais é uma prática bem mais comum entre os jovens internautas dos 16 aos 18 anos (81,4%) e entre os adolescentes dos 13 aos 15 anos (65,4%) do que entre as crianças dos

¹⁶ É importante realçar que os dados foram recolhidos antes de o *Facebook* ter ganho a dimensão e o impacto que viria a ter nos anos seguintes

8 aos 12 anos (39,3%). É na adolescência que se aposta mais no alargamento e aprofundamento das relações sociais e que, concomitantemente, a frequência do acesso a *sites* de redes sociais aumenta e se torna mais frequente, sendo uma prática várias vezes repetida durante um dia ou durante a semana.

Fazer descargas de músicas é uma prática mais ou menos frequente para 46% dos inquiridos e 53,6% afirma que nunca o faz. Quanto a fazer descargas de séries e descargas de vídeos ou filmes, 79,6% e 73% afirmam que nunca fazem esses tipos de descargas, respectivamente. Verifica-se ainda que ver vídeos *online* em *sites* como o *Youtube* é uma prática presente na maior dos internautas inquiridos, nomeadamente, em 68,4% dos casos. Quase um quarto dos inquiridos vê vídeos *online* pelo menos uma vez por dia e 25,6% vê vídeos *online* pelo menos uma vez por semana.

A procura de informação através de um motor de busca é também uma prática enraizada para 76% dos jovens internautas portugueses. Cerca de um terço (33,9%) afirma que o faz pelo menos uma vez por dia e 28,4% pelo menos uma vez por semana. Fazer descargas ou procurar informação em motores de busca são outras práticas *online* que têm mais aderência entre os jovens dos escalões etários mais velhos.

A utilização de outros serviços como a compra *online* de produtos ou serviços ainda é muito rara entre os jovens portugueses e é alvo de vigilância e controlo dos pais. A grande maioria dos jovens inquiridos (80%) afirma que nunca visita páginas na internet com conteúdos para adultos, sendo uma prática mais comum entre os rapazes e os inquiridos mais velhos. Os ambientes virtuais como o *Second Life* são pouco utilizados pela generalidade dos jovens respondentes portugueses assim como a participação em votações *online*. Refira-se que 36,2% dos jovens inquiridos escrevem comentários em *sites* diversos com maior ou menor frequência. E mais uma vez é entre os adolescentes dos 16 aos 18 anos onde se verifica as maiores percentagens de respondentes que utilizam ambientes virtuais, que participam em votações *online* e que escrevem comentários em *sites* diversos.

O domínio e o manejo das novas tecnologias e dos novos *media*, a escolha entre múltiplas ofertas é algo com que os jovens têm crescido, faz parte das suas práticas diárias e está a introduzir-se na racionalidade prática dos jovens. Por outras palavras, esta socialização no sistema mediático contemporâneo tem permitido a aquisição intuitiva por parte dos jovens de novas competências como se pode demonstrar pela maior facilidade de explorar a interligação entre várias realidades mediáticas e métodos de operar vários expedientes mediáticos simultaneamente. Assim sendo, comer, ouvir música, ver televisão ou navegar internet não são práticas que se impõem entre si ou em relação a outras actividades. São antes práticas que se justapõem em regime de multi-tarefa com outras actividades quotidianas ou mais estritamente mediáticas. De facto, 33,8% dos jovens respondentes afirma que ouvem música ou rádio enquanto utiliza a internet e 30,7% admite que come enquanto navega na rede. Além disso, 28,5% estuda ou faz os trabalhos de casa enquanto usa a internet, 17,7% vê televisão e a mesma percentagem fala

ao telefone/telemóvel ou envia mensagens SMS ao mesmo tempo que navega na rede. Apenas 12,3% afirmam que não fazem nada ao mesmo tempo que utilizam a internet. Curiosamente verificam-se maiores fracções de raparigas que ouvem música ou rádio, que vêem televisão e que falam ao telefone/telemóvel ou enviam mensagens SMS (37,2%, 19,1% e 26,2%, respectivamente em comparação com 30,5%, 16,4% e 21% entre os rapazes, respectivamente).

Entre os jovens utilizadores da internet, os programas de mensagens instantâneas como o *Messenger* são, em larga medida, espaços de sociabilidade com pessoas que se conhecem em espaços físicos com a escola, a rua, pessoas que já fazem parte da rede de sociabilidades dos jovens como amigos ou colegas da escola, familiares ou vizinhos. Os programas de mensagens instantâneas tornam-se assim um meio de reforço dessas sociabilidades. De facto, a esmagadora maioria dos jovens (80,2%) utiliza mais esses programas para comunicar com pessoas que conheceram em locais *offline*, dentro dos seus círculos de socialização. Apenas uma minoria de 4,1% utiliza os programas de mensagens instantâneas para comunicar mais com pessoas que conheceram nos *chats*. Entre os jovens utilizadores da internet, 15,7% afirmam ainda que não utilizam esse tipo de programas. Acrescente-se ainda que os utilizadores dos 16 aos 18 anos são os que mais utilizam esse tipo de programas visto que apenas 4,8% dizem não o fazer em comparação com 33,8% dos inquiridos dos 8 aos 12 anos. Uma esmagadora maioria dos inquiridos (86,7%) afirma ainda que se mostra sempre como é quando utiliza os programas de mensagens instantâneas, 8,5% dizem que fingem ser outra pessoa às vezes e 1% admite que finge sempre. Verifica-se maiores percentagens de rapazes e de inquiridos mais velhos que dizem fingir ser outra pessoa às vezes ou sempre (13,1% e 11,4%, respectivamente), em comparação com 5,6% das raparigas e 7,1% dos inquiridos mais novos.

Tal como os programas de mensagens instantâneas, os *chats* constituem igualmente espaços de sociabilidade com pessoas que já fazem parte da rede de sociabilidades dos jovens. No entanto, os *chats* são, hoje em dia, menos populares de que os programas de mensagens instantâneas visto que 44,4% dos jovens afirmam que não utilizam *chats*. Dentro dos utilizadores da internet, perto de metade (48,9%) utiliza mais esses programas para comunicar com pessoas que conheceram dentro dos seus círculos de socialização. Somente uma minoria de 6,7% utiliza os *chats* para comunicar preferencialmente com pessoas que conheceram nos próprios *chats*. Acrescente-se ainda que as raparigas, os adolescentes dos 13 aos 15 anos e os utilizadores dos 16 aos 18 anos são os que mais utilizam esse tipo de programas. Entre os utilizadores mais velhos observa-se ainda uma maior fracção daqueles que falam preferencialmente com “desconhecidos” que conheceram nos próprios *chats* (11,4% em comparação com 6,4% de inquiridos dos 13 aos 15 anos e 1,4% de crianças dos 8 aos 12 anos). Uma larga maioria dos inquiridos (80,5%) afirma ainda que se mostra sempre como é quando utiliza os *chats*, 13,2% dizem que fingem ser outra pessoa às vezes e 1,8% admite que finge sempre. Verifica-se maiores percentagens de rapazes

e de inquiridos dos 13 aos 15 anos que dizem fingir ser outra pessoa às vezes ou sempre (18,3% e 17%, respectivamente), em comparação com 10,9% das raparigas e 11,3% dos inquiridos dos 8 aos 12 anos.

Quanto à informação disponibilizada em *sites* de redes sociais como o *Hi5*, *Facebook*, entre outros, 50,9% disponibilizam o nome, 41,8% a data de nascimento e 41,6% a fotografia pessoal. Este tipo de informações constitui o principal tipo de informação pessoal disponibilizada nesse tipo de *sites*. Além disso, 31,9% preenchem informação relativa à localidade onde vivem e 33,2% disponibilizam informação sobre os seus interesses pessoais. Já é menos comum os jovens colocarem nos seus perfis dos *sites* de redes sociais música (em 24,2% dos casos) e vídeos (15,1%). O número de amigos afectos ao perfil dos jovens em *sites* de redes sociais poderá constituir um símbolo do seu estatuto social e da sua popularidade perante os pares. De facto, verifica-se que a maioria dos jovens inquiridos (60,9%) tem mais de 100 amigos associados ao seu perfil. Entre os jovens com uma conta aberta nesse tipo de *sites*, 22,4% tem entre 20 e 99 amigos e apenas 15% tem menos de 20 amigos associados ao perfil. Como a adolescência é um período de expansão das sociabilidades não é de estranhar que seja nesse período que se invista mais nos *sites* de redes sociais, que servem como estratégia dessa mesma expansão dos círculos sociais. Deste modo, os inquiridos dos 16 aos 18 anos são os que têm mais amigos associados aos seus perfis (em 73,8%), nos inquiridos dos 13 aos 15 anos essa percentagem decresce para 63,1%; entre as crianças dos 8 aos 12 anos verifica-se uma quebra acentuado da percentagem de inquiridos que tem mais de 100 amigos (27,4%). A mesma lógica de privilegiar os círculos sociais mais próximos, os amigos e familiares, entre outros, verificada nos programas de mensagens instantâneas e nos *chats* também é observável nos *sites* de redes sociais. Entre as crianças e adolescentes que usam este tipo de *sites*, 86,5% diz que os amigos associados ao seu perfil são maioritariamente pessoas que conhecem dos seus círculos de socialização *offline*, enquanto somente 13,5% afirma que os amigos adicionados são maioritariamente pessoas que não conhece pessoalmente. O peso dos amigos adicionados que não se conhecem pessoalmente tende a aumentar nos escalões etários mais velhos, em particular, entre os inquiridos dos 16 aos 18 anos.

Quanto a combinar encontros com alguém que se conheceu na internet, uma maioria significativa dos jovens (71%) diz que nunca fez amigos através da internet, 19% assinala que já fez amigos pela internet mas que nunca os conheceu pessoal, 9,4% admite que já conheceu pessoalmente alguns dos amigos que fez na internet e apenas uma diminuta minoria de 0,6% diz que já conheceu pessoalmente todos os amigos que fez na internet. Neste aspecto, os rapazes são mais destemidos visto que 13,7% declara que já conheceu, pelo menos, alguns dos amigos que fez na internet, em comparação com 6% das raparigas. O contacto pessoal com amigos da internet tende também a aumentar com a idade.

Normalmente, a utilização da internet não é uma experiência partilhada visto que mais de metade dos jovens (55,9%) assinala que costuma estar sozinho

quando está a navegar na rede. A companhia mais frequente é constituída por amigos ou amigas (em 19,6% dos casos) ou com vários amigos ou amigas (em 11,9% dos casos). Além disso, os irmãos ou irmãs constituem uma companhia habitual igualmente em 11,9% dos casos. Já a presença do pai ou da mãe é apenas habitual em 5,1% e 5,9% dos casos, respectivamente. Curiosamente, a presença habitual do namorado ou da namorada é bastante diminuta (em 0,7% dos casos) e 4,8% dos jovens afirmam ainda ter como companhia habitual outras pessoas, quando estão a navegar na internet. Além disso, a auto-aprendizagem da utilização da internet, sem ajuda de ninguém, foi uma realidade para 43,6% das crianças e dos adolescentes inquiridos. Os principais agentes dessa aprendizagem para além dos próprios inquiridos foram os irmãos ou as irmãs, em 11,8% dos casos, e um professor ou professora da escola, em 11,4% dos casos. Em 5,5% dos casos foi o pai que ensinou a utilizar a internet e em 4,8% dos casos foi a mãe. Além disso, 5,3% dos inquiridos aponta que aprenderam a usar a internet através dos ensinamentos de um amigo ou amiga e 3% assinala que obtiveram instruções de outras pessoas. Observa-se uma maior percentagem de inquiridos do sexo masculino (47,9%) que dizem ter aprendido a usar a internet sozinhos do que de raparigas (39,3%).

Assim, já em 2008 se observa como a vida dos jovens está a deslocar-se do público para o privado, situação que está relacionada, por um lado, com o declínio da “cultura de rua” em segmentos da população juvenil, em especial, em contextos urbanos, e a conseqüente retirada para a casa ou o apartamento e, por outro lado, com o declínio do convívio familiar tradicional. Os nossos dados demonstram que a casa dos jovens inquiridos, nos vários quadrantes da sociedade portuguesa, é o local privilegiado das actividades relacionadas com os *media*. O quarto de dormir das crianças e dos adolescentes deixou de ser aquele espaço privado onde se dorme, se estuda ou confinado a práticas mais íntimas. É onde se realiza cada vez mais todo um conjunto de práticas ligadas aos *media*. Tudo isto acontece num contexto de autonomia existencial dos adolescentes mas de dependência económica face aos pais o que pode proporcionar tensões dentro do seio familiar. Com a individualização e privatização dos tempos livres, os jovens vão conquistando novos campos de liberdade, novas formas de expressão e consumo. Os *media* podem ser vistos como uma expressão da liberdade, da autonomia e das identidades *juvenis*.

Mundo *online* vs Mundo *offline* ou o “Mundo dos jovens”?

Dos dados e conclusões apresentadas até agora, parece ser possível destacar duas palavras-chave, *Educação* e *Comunicação*, quando falamos de assuntos que relacionam crianças, jovens e Tecnologias de Comunicação e Informação¹⁷.

¹⁷ Rita Espanha, «A nossa vida é o tecido da Internet», *Boletim Público na Escola*, Outubro 2009.

Quanto à comunicação, e no caso concreto da internet e dos jovens, ela é claramente um nó de ligação. Os dados mostram-nos que *comunicar* é aquilo que os jovens mais fazem nas suas utilizações das TIC (especialmente internet e telemóveis).

Manuel Castells, na sua obra *Internet Galaxy*¹⁸, publicada pela primeira vez em 2001, começava por dizer: “A internet é o tecido das nossas vidas!”. Actualmente, podemos dizer que “as nossas vidas são o tecido da internet”. E isto é tanto mais verdade quando falamos nas utilizações feitas pelos jovens, o que nos obriga, necessariamente, a pôr em causa a tradicional dicotomia entre o mundo *online* e o mundo *offline*. Eles são apenas e só “mundo”, neste caso o mundo dos jovens e crianças, o seu contexto, o local, o ambiente onde se desenvolve a sua actividade mais típica, mais relevante, mais significativa, especialmente na adolescência: “comunicar”, preferencialmente entre pares. Os contextos de pesquisa deverão centrar-se, cada vez mais, neste aspecto.

Quanto à educação, há dois aspectos que vale a pena referenciar, considerando os dados existentes. O primeiro diz respeito à crescente importância do *learning by doing* (*aprender fazendo*), aspecto essencial na prática corrente das novas tecnologias, nos seus diversos aspectos e manifestações. O segundo diz respeito às literacias que se adquirem fora do sistema formal de ensino, a chamada “pedagogia oculta”. Ambos estão presentes de forma muito efectiva quando as crianças e jovens utilizam as TIC no seu quotidiano. A “geração Magalhães” merecerá, necessariamente, estudos de referência e evolutivos, pois é algo que vai, inevitavelmente, ter consequências a prazo (e num prazo não tão longo como isso).

As implicações da utilização das TIC, em contexto escolar e não escolar mas com efeitos na aprendizagem, têm sido estudadas e tanto quanto é possível observar, têm efeitos claramente positivos. Mas vale ainda a pena referir as conclusões de um estudo realizado nos EUA, coordenado por Mizuco Ito, denominado *Digital Youth Project*¹⁹, realizado para a Fundação McArthur. Foi um estudo etnográfico que entrevistou mais de 800 jovens e envolveu mais de 5000 horas de observação *online*. E as principais conclusões, relativamente aos usos, dizem respeito, fundamentalmente, às motivações dos jovens para a utilização das TIC.

Essas motivações são de dois tipos básicos para a generalização da utilização:

1. *Friendship-driven*: motivações por amizades, nomeadamente, as redes sociais de todos os tipos;
2. *Interest-driven*: motivações por interesses, jogos, música, cinema, *anime*, etc..., tudo o que de alguma forma leva os jovens para fora da comunidade local/escolar.

¹⁸ Manuel Castells, *A Galáxia Internet*. Lisboa: FCG, 2004.

¹⁹ <http://digitalyouth.ischool.berkeley.edu/>

São novos modelos de socialização e de aprendizagem que conjugam o mundo *online* e *offline* naquilo que é o “mundo dos jovens”. Ao desenvolverem actividades através destes dois canais de motivação, os jovens “ganham” novas formas de literacias técnicas e de *media*, quebrando barreiras sociais e formais (e por vezes também culturais) e fomentando a auto-aprendizagem, fazendo aqui a relação entre as duas palavras-chave: Educação e Comunicação, num contexto de autonomia e liberdade, tão caro para as novas gerações.

Estas novas formas de utilização dos *media* obrigam-nos a todos a recolocar o enfoque nos modelos de socialização e aprendizagem dos jovens, não negligenciando o papel dos adultos (educadores, pais, políticos), neste contexto.

No contexto da sociedade portuguesa e fazendo uso das conclusões destacadas no Relatório do Projecto *EU Kids Online*, vale a pena realçar os dados que marcam a proximidade de Portugal aos outros países em termos europeus e os que marcam a distância de Portugal aos outros países europeus – e avançar com algumas hipóteses explicativas a partir dos dados evidenciados pelo relatório.

Um dos primeiros aspectos a destacar diz respeito à diferenciação social dos agregados, por comparação com a média europeia, ou seja, em Portugal a percentagem de crianças e jovens pertencentes a um Estatuto socioeconómico (ESE) baixo com acesso à internet é 53% enquanto a média europeia é 19%. Além destes dados destaque-se que, em Portugal, 67% é a percentagem de crianças que são as únicas a utilizar a internet em casa, também um indicador interessante relativamente um certo “fosso digital” entre gerações no nosso país, mas esse aspecto vai desaparecer com o tempo, por motivos óbvios de renovação geracional.

Combinado com este aspecto, outro dado que me parece muito interessante destacar é o de que Portugal é um dos países europeus onde mais crianças e jovens declaram aceder à internet nos seus quartos (67%). Assim, reforça-se a ideia já defendida a partir de dados doutras proveniências de que se verifica, entre as crianças e jovens nacionais com acesso à internet, uma lógica de expansão do quarto para o “mundo” permitida pelas TIC, o que pode gerar reconfigurações e mesmo tensões quanto aos significados e fronteiras entre público e privado.

A equipa do *EU Kids Online* acrescenta ainda uma hipótese explicativa muito relevante e que é a ideia de que, em Portugal, muitos pais, por terem eles próprios poucas literacias tecnológicas, associam a utilização do computador e da internet a “meios auxiliares de estudo”, aceitando a utilização dessas tecnologias no quarto de dormir com naturalidade e sem questionamentos de maior, para além, naturalmente, da desmultiplicação de aparelhos portáteis e redes *wireless* em contexto familiar, que promovem a mobilidade também dentro do lar.

Outro aspecto que a destacar é a prevalência em Portugal de diferenciações de género ainda relevantes nos usos e representações da internet junto dos mais jovens. O que é curioso e relevante em termos conclusivos no relatório do *EU Kids Online* sobre Portugal é a hipótese de que é no relacionamento com os pais

que essas diferenciações de género se tornam mais relevantes e que explicam em grande medida uma certa reprodução social dessa mesma diferenciação.

Vejamos os dados apresentados. Apenas metade das raparigas da amostra com idades entre os 9-12 anos acede à internet no quarto (os rapazes da mesma idade são 62%). Ou seja, os pais revelam reservas maiores em permitir o acesso às raparigas e o mesmo acaba por acontecer na aquisição de equipamento, o que, naturalmente é uma decisão dos pais e não dos jovens.

Em termos comparativos com os outros países europeus vale a pena destacar ainda outro aspecto. As crianças portuguesas declaram ter elevadas competências quanto aos usos das TIC, e isso levou a equipa portuguesa do projecto *EU Kids Online* (considerando as diferenças culturais e socioeconómicas entre os países analisados e ainda as baixas competências dos pais) a questionar-se da seguinte forma:

- Como os jovens portugueses adquiriram competências tão elevadas?
- Qual a importância da escola neste contexto?
- Corresponderão as práticas às representações das suas próprias competências?

Estas considerações levaram à conclusão da necessidade de realizar mais pesquisa, mas desta vez orientada para as mediações parentais por género, nos processos de aquisição de competências e literacias, por exemplo, ou seja, pesquisas centradas em dois eixos fundamentais: usos e competências, e os seus significados.

Podemos então reafirmar que, num contexto de individualização e privatização dos tempos livres, os jovens vão conquistando novos campos de liberdade, novas formas de expressão e consumo e os *media* podem ser vistos como uma expressão da liberdade e autonomia juvenil.

Estes processos ligam-se com novas reconfigurações e negociações no significado de juventude e de família num contexto de democratização da vida familiar.

Vejamos ainda outros dados contextualizadores. Num estudo realizado no âmbito do OberCom (2010)²⁰ a partir de dados do INE de 2008 (aproveitando a oportunidade de o INE ter disponibilizado uma base de dados relativa a um conjunto específico de questões dirigidas aos indivíduos com idade compreendida entre os 10 e os 15 anos, com o objectivo de produzir informação relativa à utilização das TIC neste estrato etário), foi possível concluir que:

1. Os jovens revelam maior proeminência das TIC nas suas vidas e à medida que aumenta a idade desce a taxa de utilização. A quase totalidade dos jovens dos 10 aos 15 anos já teve contacto com computador e internet, enquanto na população dos 16 aos 74 a percentagem é inferior a metade da população.
2. No entanto, a fractura entre “nativos digitais” e outros utilizadores

²⁰ OberCom (2010), *Flash Report* - Nativos digitais portugueses: Idade, experiência e esferas de utilização das TIC, (equipa de investigação: Rita Espanha e Maria João Taborda).

(“imigrantes digitais”) é desmentida pela análise de variáveis como a frequência de utilização e as actividades desenvolvidas. A percentagem de utilizadores diários ou quase diários de computador e internet é superior na população dos 16 aos 74 anos, relativamente ao grupo dos 10 aos 15. As actividades desenvolvidas evidenciam um espectro de utilização alargado a várias esferas do quotidiano da população adulta, o que constitui um dos indicadores da naturalização do uso de TIC pelos indivíduos.

3. As assimetrias de género na utilização de TIC são observáveis no grupo dos 10 aos 15 anos, ainda que substancialmente mais esbatidas que no resto da população, e manifestam-se na frequência de utilização, nas actividades desenvolvidas e também nos locais de utilização. No que se refere às actividades desenvolvidas pelo grupo dos 10 aos 15, as assimetrias de género evidenciam em quase todos os casos a masculinização do uso. Os rapazes estão no topo da utilização de jogos em rede e em todas as categorias de *download* (imagens, *software*, jogos, música e filmes). A comunicação por *chat* é também ligeiramente mais masculina. São poucas as actividades tendencialmente mais praticadas pelas raparigas. As mais salientes são a leitura de livros na *net* e a pesquisa de informação sobre saúde.

4. A aptidão digital não é unicamente explicada por diferenças geracionais, como demonstra a análise empírica. Mais do que a idade, o tempo (experiência) e a extensão do uso de TIC são variáveis que ajudam a compreender a facilidade de uso e os modos de integração das tecnologias na vida quotidiana dos indivíduos.

5. A utilização do conceito de nativos digitais sem levar a cabo uma análise da realidade portuguesa corre o risco de mascarar assimetrias de condição (social, económica, geográfica, educacional, cultural), tanto nas camadas mais jovens como na população adulta.

Assim, o facto de a condição socioeconómica ter sido uma das variáveis diferenciadoras da análise aqui apresentada parece muito relevante. É interessante aprofundar esta perspectiva, utilizando classificações teóricas mais profundas e discricionárias do que as classificações tradicionalmente utilizadas nos inquéritos que podem ser redutoras e empíricas, perdendo dimensões essenciais para a compreensão do papel, necessariamente central, da condição social no contexto da apropriação, usos e representações das TIC entre crianças e jovens, em particular na sociedade portuguesa.

II PARTE

CULTURA DO QUARTO
E *USO EXCESSIVO* DE INTERNET

A CULTURA DO QUARTO E O *USO EXCESSIVO* DA INTERNET. RESULTADOS NACIONAIS DO INQUÉRITO *EU KIDS ONLINE*

Daniel S. Cardoso

Introdução

Dá-se o nome de cultura de quarto à tendência crescente que empurra os jovens, cada vez mais, para o espaço do seu quarto. Este empurrão toma várias formas: o do tempo lá passado (a dormir, mas também a socializar com outros jovens) e o do conjunto de tecnologias de mediação que o jovem tem à sua disposição. A televisão no quarto, o rádio no quarto, o leitor de CDs no quarto, o computador no quarto, a consola no quarto – uma série de equipamentos recreativos, de trabalho e mediáticos que são levados (ou, ao nível da casa, replicados) para o quarto. É aí que o jovem pode ter os seus momentos de individualidade – a ombreira da porta marca um espaço diferente, um ponto de alternância na casa, com uma importância não muito diferente daquela que tem a própria porta da rua.

Esse espaço, ou o ambiente de mediações que representa, tem-se vindo a alterar, como se sente ao longo deste livro – a presença de cada vez mais portáteis na casa permite uma mobilidade maior: o computador já não é o objecto que tem que estar em cima de uma secretária, fixo e preso, é algo que se pode levar para a cama, para o sofá, para qualquer parte, mesmo nos casos em que este raramente sai de casa.

Isto traz consigo a sua contrapartida: a intimidade possível entre os jovens e as tecnologias levanta, especialmente em pais e educadores, uma preocupação fundamental – como ser o gestor dessa intimidade, como estar a par das utilizações desses mesmos *media*, especialmente quando se trata de um *novo* meio de comunicação, como o são a internet e os computadores. E com isto vêm os possíveis pânicos morais (neste tópico são comuns, por exemplo, as notícias sobre os ‘efeitos da internet’ ou sobre os ‘perigos da internet’), entre os quais se encontra, muitas vezes, o vício – a internet como um elemento que causa dependência, o que é frequentemente associado ao tempo a que se passa em frente ao computador. Entende-se como a maior mobilidade do computador dentro de casa poderá, até certo ponto, alimentar esse receio – mas pretende-se aqui desmistificar a forma como estes elementos interagem e são tornados relevantes no contexto da vida familiar, num momento em que atravessamos profundas mudanças tecnológicas e sociais.

A cultura de quarto em evolução

Sonia Livingstone, investigadora de há longa data dos usos sociais que os jovens fazem das novas tecnologias, identifica duas grandes tendências a comparar os jovens da década de 1950 com os jovens de hoje em dia: “uma contínua mudança do tempo de lazer fora de portas para [...] o tempo de lazer dentro de casa” e a “multiplicação contínua de *media* em casa” que traz consigo mudanças na forma como se usam esses *media*²¹. Se tem sido identificada uma viragem para a individualização como uma nova espécie de paradigma da subjectividade e da intimidade contemporânea na sociedade ocidental²², essa viragem não exclui os jovens e afecta efectivamente as suas relações com os meios de comunicação, como salienta Livingstone.

Esta individualização pode fazer-se sentir, de forma quase anedótica, no velho *cliché* da luta pelo comando da televisão: a deslocação dos *media* para o espaço do quarto vem surgir como forma de solucionar este problema e vem estimular padrões de consumo mediático que são, precisamente, individuais e individualizados – o inquérito *online* do relatório *E-Generation* aponta para o facto que a maioria dos jovens (60,6%) possui televisão no quarto; a nível nacional, 70,1% dos inquiridos tinham entre duas ou três televisões em casa: “ter mais do que uma televisão em casa é solução para os interesses divergentes dos membros do grupo doméstico”. Mesmo quando a família tenta criar um espaço de convívio comum que seja um espaço de interacção em redor dos *media*, é frequente que esse projecto falhe e se passe a criar um ‘escritório com o computador’²³.

Há também uma componente psicológica e de maturação pessoal que os jovens investem no seu quarto – a ideia de que a porta do quarto (ou o consumo de *media* dentro do quarto) encoraja um fechamento e um isolamento dos jovens face à família ignora qual o objectivo desse suposto isolamento: a experimentação identitária e a descoberta das diferenças e autonomização do *self* face aos outros, a família²⁴. A necessidade desta separação torna-se tanto mais importante quanto a infância e a adolescência são progressivamente mais longas – e com esse alongamento vem o aumento da dependência financeira, a par de uma cada vez maior vontade de autonomia, criando uma aparente contradição geradora de possíveis conflitos²⁵.

Este não é, porém, o único lado da crescente cultura de quarto. Sendo uma questão espacial, ela tem que ver também com a forma como esse mesmo espaço é percebido – e aqui é a rua vista como risco que empurra, mais uma

²¹ Livingstone, Sonia (2002). *Young People and New Media: Childhood and the Changing Media Environment*. Sage, Londres, p. 120.

²² Beck, Ulrich, e Elisabeth Beck-Gernsheim. *La individualización: El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona: Paidós, 2003.

²³ Livingstone, *ibidem*, p. 138.

²⁴ *Ibidem*, p. 153.

²⁵ *Ibidem*, pp. 169-174.

vez, as crianças para dentro de casa (para dentro do quarto) por virtude de uma perspectiva da casa e da proximidade física ou da possibilidade de supervisão como algo seguro. Tem havido uma progressiva exclusão das crianças e jovens dos espaços públicos²⁶ e de convívio, sendo que os espaços públicos que sobram primam pelo elevado grau de controlo exercido. Porém, o discurso emergente dos riscos vindos da experiência *online* ameaça romper a estabilidade desta dicotomia entre o dentro e o fora, ao trazer o “fora” para “dentro” e ao permitir levar o “dentro” para “fora” também.

Mais: este movimento centrípeto não começa nem termina nos jovens. Um dos pormenores interessantes apontados num estudo de recepção realizado para a Entidade Reguladora da Comunicação, em 2008²⁷, tem que ver com as discrepâncias entre actividades mais vezes realizadas por crianças (9-14 anos) da Grande Lisboa (“Ver televisão” vinha à frente, com 95,8%) e as actividades preferidas (aqui ganhou “Praticar desporto”, com 18,4%) – de onde se retira que, até certo ponto, esse desejo de estar em casa, frente a um ecrã, não tem necessariamente que ser um desejo nascido nos jovens, mas antes potencialmente desenvolvido por uma cultura do ‘risco fora de portas’, que exige um fechamento de actividades ao espaço da casa ou a outros lugares igualmente estruturados (como é o caso da escola).

É à luz de todas estas alterações, aqui resumidamente apresentadas, que será necessário ler os elementos seguintes, especialmente na medida em que estes se cruzam – o quarto e o vício, a autonomia desejada e a eficiência pretendida, querer ficar e querer explorar.

O uso no quarto

Como já vimos, o quarto não é o local que domina o *top* de sítios onde os jovens portugueses utilizam a internet, mas sim a casa: só 7% dos jovens portugueses que acedem à internet não a usam em casa.

Desde já, para tratarmos a questão específica do uso associado à cultura do quarto, é importante diferenciar três grandes grupos: os *jovens que utilizam no quarto* e possivelmente noutras divisões; os *jovens que utilizam em casa, mas necessariamente fora do quarto*; e os *jovens que não utilizam a internet em casa*.

Os primeiros são o foco central desta parte do capítulo, os seus padrões e hábitos serão analisados em primeiro lugar, e por comparação com os outros dois grupos. Estes jovens utilizam a internet em vários lugares diferentes (e aqui se compreende a importância da escola e das casas dos seus amigos no cômputo geral do panorama de acesso à internet em Portugal) mas têm uma característica específica: dispõem de acesso à internet num espaço privado, seu (o quarto, regra geral, embora não necessariamente). Os seus usos e práticas *online* não são

²⁶ *Ibidem*, p. 159.

²⁷ Rebelo, José, Coord. (2008). *Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social*. Lisboa, ERC, p. 148.

marcados pela autonomia total nem pela falta de supervisão e estrutura, já que dificilmente estes jovens terão acesso *apenas* no seu quarto (há que recordar o papel da escola no contexto do uso da internet em Portugal). Chamamos de novo a atenção para a questão da portabilidade dentro do espaço da casa, conseguida através do acesso a computadores portáteis e aos números já referidos de posse de portátil pessoal por parte dos jovens portugueses.

O segundo grupo, os que usam em casa mas fora do quarto, constitui o principal ponto de comparação – se o espaço da casa é comum a uns e outros, neste segundo grupo há uma exclusão (propositada ou por motivos socioeconómicos, por exemplo) de uma utilização privada e independente dentro dela. Isto não quer dizer que todos os acessos à internet feitos por estes jovens serão necessariamente supervisionados por algum adulto ou par, ou feitos com acompanhamento – mas é olhando para este grupo que podemos distinguir mais especificamente as diferenças entre uma cultura que poderíamos chamar *do lar* e uma cultura *do quarto*.

Por fim, o terceiro grupo, aqueles que se encontram excluídos de uma utilização no espaço da casa, quase é residual. Não será de surpreender que este seja o grupo que apresenta as diferenças mais radicais: restringidos a utilizações menos autónomas dos novos meios de comunicação, estes jovens acabam por estar, até certo nível, separados de uma série de possibilidades, nomeadamente das de mediação parental, dificultando esse encontro geracional e o decorrer da info-integração, entendido como “*a forma como as pessoas se relacionam com a tecnologia, e como essa relação é considerada pelas pessoas como fazendo parte delas mesmas*”²⁸ ou da sua vida quotidiana.

As diferenças entre estes grupos são muito significativas: a esmagadora maioria dos jovens auscultados em Portugal pelo inquérito *EU Kids Online* utiliza a internet em casa *e também* no quarto – 67% dos jovens diz aceder à internet no seu quarto, contra 25% das crianças e jovens que usam em casa, mas só fora do quarto. Os restantes 8% são o grupo que não tem possibilidade de utilizar a internet em casa, o que não quer dizer que não utilizem a internet – fazem-no em espaços públicos, na escola, em casa de amigos e colegas, mas sem as possibilidades oferecidas por um acesso menos restrito às novas tecnologias.

Uma comparação com dados internacionais põe a questão em perspectiva: na vizinha Espanha são 42% os jovens que utilizam a internet no quarto (uma diferença de 25 pontos percentuais) e a média europeia está nos 49%. Nestas diferenças se pode constatar a já mencionada especificidade portuguesa, que coloca o país sob a influência de factores aparentemente dissonantes, já que estes níveis de penetração de acesso à internet no quarto são, regra geral, mais típicos

²⁸ Ponte, Cristina, e Cardoso, Daniel. «Entre nativos digitais e fossos geracionais. Questionando acessos, usos e apropriações dos novos *media* por crianças e jovens». Lisboa, 2008. <http://www.fcsh.unl.pt/eukidsonline/docs/ComunicacaoCP-DC-Juventude.pdf>.

de países com maior peso de agregados de estatuto socioeconómico (ESE) médio e/ou com uma maior história e tradição de utilização da internet.

Essa especificidade manifesta-se, nomeadamente, em diferenças pouco acentuadas na estratificação por ESE (Ver Gráfico 1.1). Onde podemos encontrar, então, as maiores variações? Na idade. Tal como vimos, os computadores e o espaço do quarto são fundamentais no processo de desenvolvimento dos jovens durante a sua passagem da infância à adolescência, no sentido em que os computadores passam a fazer parte do conjunto de meios de comunicação que o jovem tem à sua disposição para afirmar a sua autonomia. A diferença marca-se maioritariamente entre os 12 e os 13 anos – no grupo dos 11-12 anos a percentagem de utilizadores da internet no quarto chega aos 58%, mas atinge os 71% no grupo dos 13-14 anos.

Será que os espaços usados para utilizar a internet vão alterar a forma como os jovens lidam com as tecnologias, e potenciar ou inibir diferentes usos?

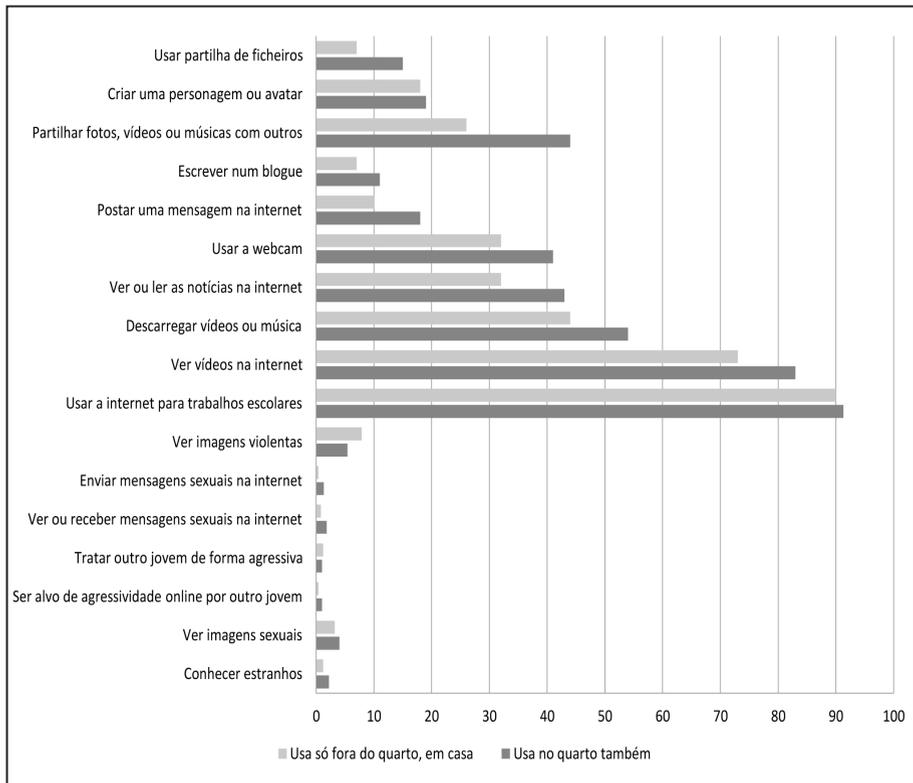


Gráfico 2.1 – Actividades realizadas no último mês, por local de utilização (%)

Pergunta: *Quais das seguintes coisas fizeste, no último mês?*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet

Como podemos ver pelo Gráfico 2.1, a maior parte das diferenças vai no sentido da inibição: utilizar a internet fora do espaço do quarto leva a uma postura de menor dinamismo, embora na maior parte dos casos a diferença entre percentagens não seja significativa. No geral, os utilizadores de internet que podem aceder no quarto têm a sua atenção principalmente virada para o consumo de material mediático nos seus vários formatos (blogues, vídeos, música) e para contextos sociais, desde a partilha de ficheiros até ao uso de uma *webcam* ou o uso de fóruns e outros locais para deixar mensagens *online*; é nestas actividades que encontramos discrepâncias de 10% ou mais. Não deixa de ser curiosa uma espécie de anomalia nestes dados: uma percentagem ligeiramente maior de jovens que só pode utilizar a internet fora do quarto vê imagens violentas, quando comparada com a percentagem de jovens que pode ir à internet dentro do quarto (8% contra 5%).

Essa faceta de experimentação surge claramente quando se pergunta a estas crianças e jovens se, por exemplo, concordam que na internet é mais fácil sentirem-se eles mesmos, ou se conseguem lá falar sobre assuntos privados e se fingem ser uma pessoa que não são – sistematicamente as respostas afirmativas são superiores entre os jovens que utilizam a internet dentro do quarto; por exemplo, 69% dizem que é mais fácil serem eles mesmos na internet, contra 55% dos que utilizam a internet apenas fora do quarto.

As utilizações de tipo mais orientado para actividades formais, como é o caso dos trabalhos escolares, também não apresentam grande variação, pondo de lado a ideia de que o computador no quarto vem diminuir consideravelmente a atenção que os jovens dedicam aos seus estudos. Poderá até ser o contrário: 24% dos jovens que usam a internet no quarto fazem trabalhos escolares, recorrendo à sua ligação *online*, todos os dias ou quase, contra 13% dos jovens que a usam apenas fora do quarto, em casa.

Já o tempo de utilização, um outro factor relevante para pensar as diferentes formas como os jovens interagem com a internet, apresenta diferenças claras. Como é possível ver no Gráfico 2.2 e como seria expectável, os jovens utilizadores que têm acesso à internet a partir dos seus quartos são também os que mais tempo dedicam a esse mesmo acesso.

A proporção de jovens que acede menos de três horas ou até sete horas por semana é bastante inferior no caso dos utilizadores de quarto. No caso das utilizações entre 15-21 horas, a diferença é expressiva, e demonstra como, no geral, as crianças e jovens que acedem também dentro dos seus quartos acabam por obter uma autonomização efectiva pela passagem (temporária ou permanente – pensando aqui no caso dos portáteis, novamente) dos equipamentos para o espaço do jovem. Com este nível ampliado de utilização, é mais fácil compreender que exista a possibilidade de um leque mais diversificado de usos.

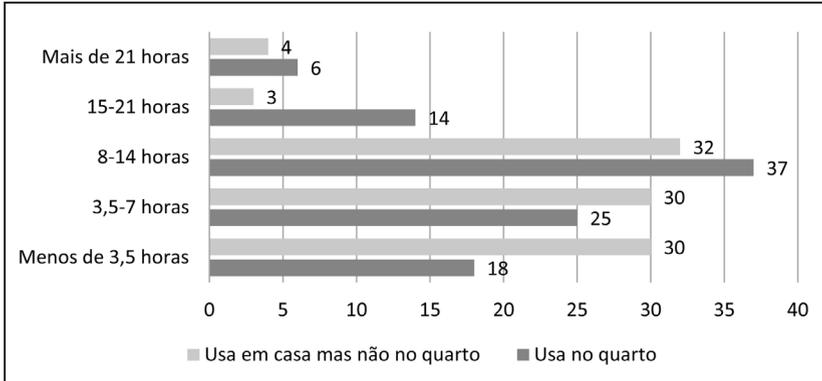


Gráfico 2.2 – Tempo de utilização da internet por semana, por local de utilização

Pergunta: *Quanto tempo passas na internet, normalmente?*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet

A utilização da internet no quarto também se correlaciona com jovens mais seguros de si e das suas capacidades, e com uma maior propensão para correr riscos, embora as diferenças não sejam marcantes. Ainda assim, esta maior propensão psicológica para correr riscos é algo que pode ser visto de duas perspectivas diferentes: por um lado, é o que permite a exploração e incentiva uma utilização mais diversificada; por outro também comporta a possibilidade de uma postura menos reflectida quando chega a altura de ponderar decisões sobre como responder a uma agressão *online*, sobre quem adicionar ou não, sobre que riscos tomar ou não.

A própria localização do computador numa zona pública da casa é algo habitualmente visto como forma de controlo e mediação parental. Que efeitos tem isso sobre as experiências consideradas de risco e sobre o dano efectivamente reportado pelos jovens?

O uso fora do quarto resulta em que 22% das crianças e jovens tenham passado por alguma actividade de risco, contra 31% dos que utilizam no quarto. Há portanto uma maior experimentação da parte de quem consegue usar a internet de maneira mais privada – mas até que ponto isso se pode associar com um maior dano efectivo? Na verdade, dos 1000 jovens entrevistados em Portugal, apenas 27 partilham a característica de terem utilizado a internet em casa e terem sentido dano; destes 27 jovens, 20 eram utilizadores no quarto. Nota-se assim que o isolamento ou a independência que o quarto permite poderão ter algum efeito no aumento de situações desagradáveis para os jovens: estamos, contudo, perante comportamentos residuais de uma minoria que, apesar de merecerem a nossa atenção, não deverão determinar que o uso no espaço do quarto seja necessariamente problemático.

No que toca a comportamentos de risco directamente identificados, como o *bullying* ou a troca de mensagens sexuais, envio de imagens sexuais ou abuso

de informação privada, os dados são novamente demasiado residuais para retirar conclusões definitivas.

Convém não esquecer, porém, a forma como a mediação parental é determinante a influenciar os usos que os jovens fazem. Será que os pais se sentem mais desligados da experiência *online* dos filhos? Será que o computador no quarto representa, automaticamente, a presença do computador fora do alcance dos pais?

Aos pais foi perguntado se sabiam ou não o que os seus filhos faziam no computador, quando estavam na internet e qual a profundidade do seu conhecimento sobre as suas actividades. De acordo com aquilo que os próprios pais relatam, a esmagadora maioria tem *algum* conhecimento do que os jovens fazem na internet, quer o uso seja dentro ou fora do quarto. Porém, os pais de filhos que usam a internet dentro do quarto reportam saber *menos* sobre o que se passa: 70% dos pais com filhos que usam a internet no quarto dizem saber bastante ou muito sobre as suas actividades, contra 82% dos pais que dão a mesma resposta no caso de filhos que só usam fora do quarto. Não obstante, ambos os valores são bastante elevados, o que contraria o mito que vê no espaço do quarto uma barreira de desconhecimento – claramente os pais reportam algum conhecimento do que se passa com os filhos, o que significa que, mesmo com um uso feito num espaço privado, existem estratégias que fazem uma ligação entre as experiências *online* dos jovens e o papel educativo dos pais.

Tendo presente estes cenários, os Gráficos 2.3 e 2.4 mostram, para a mediação dos usos e da segurança, a existência ou não de iniciativas parentais – como se poderá ler na Quarta Parte –, tal como reportada tanto por pais como pelas crianças.

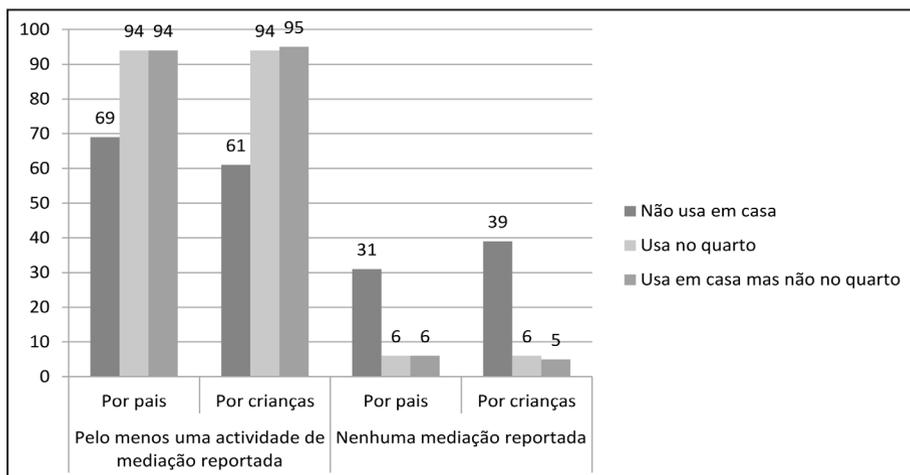


Gráfico 2.3 – Presença de actividades de mediação parental de uso de internet, por local de uso (%)

Pergunta: *Qual das seguintes coisas costuma fazer com o/a seu/sua filho/a?*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet e seus pais

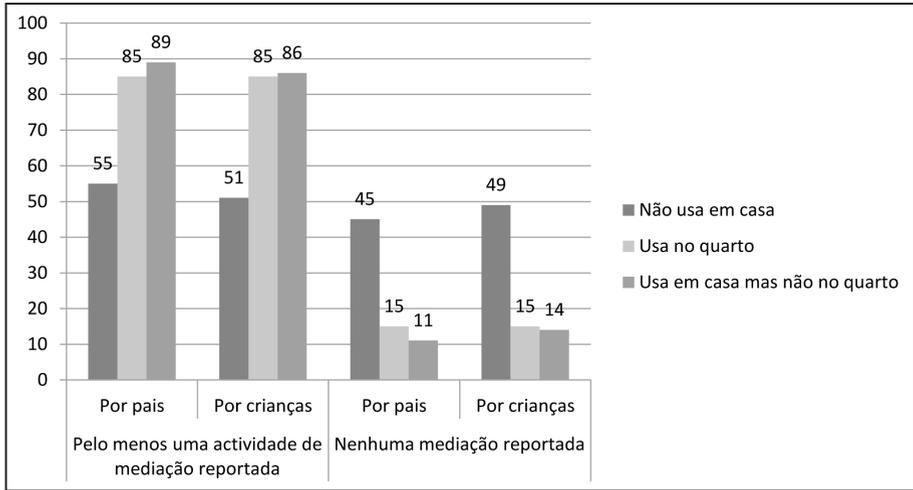


Gráfico 2.4 – Presença de actividades de mediação parental de segurança, por local de uso (%)

Pergunta: *Qual das seguintes coisas costuma fazer com o/a seu/sua filha/o?*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet e seus pais

Em primeiro lugar, há que notar uma quase coincidência de comportamentos reportados entre pais e filhos, o que reforça o peso dos valores apresentados. Em seguida, é importante registar que as diferenças marcam-se entre os que utilizam em casa e os que não podem utilizar em casa. A falta de mediação parental é um dos pontos que mais pode colocar estes jovens em especial risco – ao mesmo tempo que faz notar que manter a internet fora de casa não implica que os educadores se possam ausentar da responsabilidade de mediação e orientação, o que pode ser especialmente complicado pela falta de hábitos de utilização por parte dos próprios pais.

O tema da mediação parental ajuda a pensar de que forma a presença do computador no quarto dos filhos muda a maneira de os pais interagirem com as suas práticas. Afinal de contas, o senso comum diz-nos que, se o jovem está fisicamente separado dos pais, então a potencialidade de estes conseguirem agir de forma produtiva diminui. Na prática, os resultados nacionais mostram que existem poucas diferenças entre os estilos de mediação dos pais cujos jovens usam a internet no quarto, ou apenas fora dele. Tanto num caso como no outro, os métodos mais usados são os mesmos: utilizar um *software* antivírus em primeiro lugar, e consultar o histórico do computador que o jovem utiliza, em segundo – sendo que tanto um como outro são mais usados nos jovens que utilizam o computador apenas fora do quarto. Todas as outras formas de mediação de segurança (ver o *e-mail*, verificar contactos, entre outras) são consideravelmente menos frequentes, sendo o uso de *software* antivírus o que domina.

Ainda assim, das oito medidas de mediação perguntadas aos pais, cinco eram mais levadas a cabo junto dos jovens que usam o computador *dentro do quarto*, mas não se pode dizer que exista um perfil específico de mediação que pertença aos pais cujos filhos utilizam o computador dentro do quarto, pelo menos a partir dos dados disponíveis. Os níveis geralmente baixos reportados pelos pais apontam também para uma fraca variação e complementaridade dos métodos utilizados.

O destaque para a componente tecnológica e para o uso das ferramentas acaba por fundamentar-se numa visão que substitui a presença e o acompanhamento (mesmo que indirecto) das actividades dos jovens por um sistema automatizado de controlo, desprovido de contextualização e de espírito crítico. É quando a dificuldade de aceder directamente ao equipamento cresce (ou seja, quando o jovem tem a liberdade de o utilizar no espaço do quarto) que também crescem os comportamentos relacionados com um acompanhamento das actividades dos jovens, e é aí também que temos a maior diferença entre os pais de jovens que usam no quarto e que não usam – 31% dos pais vêem o perfil do seu filho quando este usa o computador no quarto, contra 26% dos que usam fora do quarto.

Além do mais, o padrão de aplicação das mediações também varia consoante a idade e o espaço de que estamos a falar. De facto, os pais exercem controlo sobre estes dois tipos de espaço de formas semelhantes, mas com uma intensidade desigual, seguindo padrões que acabam por espelhar, até certo ponto, a viagem de amadurecimento e de crescimento que os jovens fazem.

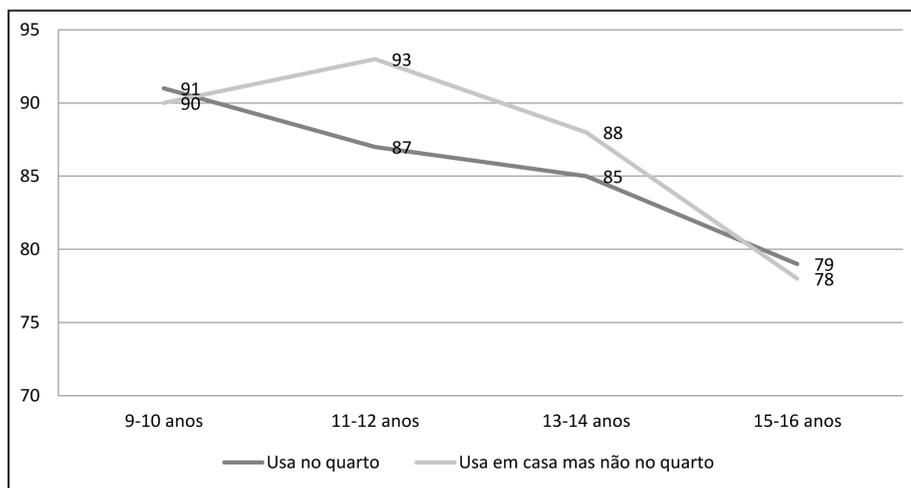


Gráfico 2.5 – Presença de actividades de mediação parental, por idade e local de uso (%)

Pergunta: *Qual das seguintes coisas costuma fazer com o/a seu/sua filho/a?*

Base: todos os pais de crianças portuguesas que usam a internet

O Gráfico 2.5 mostra que quanto mais velhos os jovens, menor a mediação exercida pelos pais, mas não sem ambiguidades. Por exemplo, na passagem para os 11/12 anos, há uma diminuição pouco significativa do nível de mediação junto dos jovens dentro do espaço do quarto. Ao mesmo tempo, o uso fora do espaço do quarto começa também a ser mais fortemente mediado, como que um possível reconhecimento do fim da ‘idade da inocência’ para aqueles jovens, que passam a ser mais fortemente mediados no espaço familiar da casa. No extremo oposto, a mediação dentro e fora do quarto cai consideravelmente face aos valores iniciais – de tal ordem que, afinal de contas e os *níveis de mediação no quarto e fora dele acabam a ficar ao mesmo nível*.

Estes dados reforçam a ideia de que a idade é a principal variável que orienta as diferentes utilizações da internet por parte dos jovens – e também, consequentemente, das suas relações com os seus pais e educadores. A idade marca aqui a mudança no estatuto da criança (e, depois, jovem) dentro da família e do seu grupo de pares, a mudança das suas aspirações, das suas vontades e das competências que lhe requerem que adquira e das que quer adquirir.

Uma outra conclusão é inequívoca: a fronteira do quarto não é uma fronteira de exclusão, apenas uma exploração da própria ideia de que o “Eu” é diferente do resto da família²⁹.

Tempo e vício – problemas e definições

A abordagem que se segue aponta em duas direcções principais: fazer notar que a noção de *vício em internet* ainda não atingiu a maturidade científica necessária para ser utilizada sem ambiguidades; e, ainda que se coloque a possibilidade de existir um vício específico associado à internet, a ligação entre a ideia de vício e o tempo passado a navegar a internet (independentemente da actividade) ser, no mínimo, problemática.

Antes de mais, a ideia de vício tem um contexto psiquiátrico específico. Vijaya Murali e Sanju George publicaram, em 2007, um artigo³⁰ que faz uma recolha dos avanços mais recentes nesta área salientando que esta é ainda uma área sub-investigada e que quaisquer conclusões a que se possam chegar são ainda preliminares. O conceito surgiu em 1998, associado ao acesso à internet durante mais do que 38 horas por semana, mas o vício da internet não é ainda reconhecido por nenhum dos manuais de Psicologia. Os testes que existem actualmente e que procuram despistar este vício baseiam-se nos principais pontos ligados ao vício do jogo (presentes no DSM-IV, o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, da American Psychological Association), já que ambos são de carácter não-químico. No entanto, nenhum destes testes foi ainda submetido a pesquisas de validação extensas o suficiente para transformar qualquer um deles

²⁹ Livingstone, *ibidem*, p. 153.

³⁰ Murali, V., e S. George. «Lost online: an overview of internet addiction». *Advances in Psychiatric Treatment* 13, n. 1 (2007), pp. 24-30.

num *standard* das áreas da Psicologia ou da Psiquiatria. Até mesmo o nome não é consensual: vários autores consideram, de acordo com Murali e George, que se deveria antes falar de “uso excessivo da internet”, ou “uso problemático da internet”, pelo menos até que fique provado que o esquema médico associado ao vício também se aplica a este caso.

A outra questão a abordar é a do tempo. Como foi referido, o tempo foi o primeiro (e rapidamente ultrapassado) marcador do vício, e ainda é comum ouvir-se o controlo do tempo via *software* como forma mais simples de mediação parental (embora, como vimos, não seja sequer das mais utilizadas em Portugal) e, portanto, de evitar o vício. Mas o tempo que se passa na internet é um elemento entre outros, no que toca à avaliação mais recente do vício da internet – o importante é perceber como é que a utilização da internet afecta (tanto positiva como negativamente) a vida da pessoa em questão. É por isso mesmo se vão buscar elementos como a incapacidade de parar de utilizar a internet, a preocupação com o uso, a perturbação dos hábitos rotineiros úteis (dormir, comer, trabalhar, etc.), o uso para além do pretendido. São elementos destes que foram utilizados no inquérito do *EU Kids Online* – entre outras coisas, perguntou-se aos jovens (apenas aos de 11 anos ou mais) se ficavam sem comer ou sem dormir para estar na internet ou se estavam mais tempo do que queriam de facto estar, por exemplo. Isto permite pensar os tempos de uso em coordenação com os tipos de utilizadores, bem como contrastar diferenças entre tempos de uso e marcas de vício ou de uso excessivo.

Em termos práticos, porque é que faz sentido dizer que o tempo de utilização não está relacionado com a ideia do uso excessivo da internet? Portugal será dos melhores exemplos para demonstrar isso mesmo, visto que é um dos países do estudo com maior nível com declaração de comportamentos de adição (49%, em 2º lugar, perante uma média europeia de 30%) ao mesmo tempo que tem um dos valores de tempo de utilização mais baixos de toda a Europa.

Será necessário pensar os efeitos no quotidiano do uso contextualizado da internet em ponderação com as práticas positivas que daí se retiram, e procurar também auscultar até que ponto a ideia que os jovens fazem do seu próprio comportamento (e, portanto, a forma como respondem aos questionários) não é também afectada por representações socioculturais que vão definir o que é usar *bem* ou *mal*, o que é passar *muito* ou *pouco* tempo, o que é ter vontade de usar, bem como outros factores.

A análise estatística procurou relacionar as várias dimensões do comportamento dos jovens (desde o tempo que passam na internet, a variedade dos usos da internet para fins de comunicação, investimento num *self* virtual, até problemas emocionais e de comportamento) com o uso excessivo da internet, procurando entender os elementos que poderiam ser usados para prever esse mesmo uso excessivo. No geral dos 25 países, o tempo que o jovem passa na internet é o que mais facilmente prevê a existência deste tipo de comportamentos

mas em Portugal tal não se aplica. Vejamos então que sentido podemos fazer destes resultados.

O uso excessivo da internet

Como se disse, foram vários os indicadores que o questionário procurou identificar: ficar sem dormir e/ou sem comer; sentir-se incomodado por não estar *online*; estar *online* mesmo quando não se está interessado; passar menos tempo com familiares ou amigos, ou a fazer os trabalhos de casa; tentar e não conseguir passar menos tempo na internet. Como se pode ver, estes tipos de comportamentos variam entre algo mais fisicamente prejudicial (ficar sem comer ou dormir), dificuldades em manter compromissos e deveres (como os trabalhos escolares) ou problemas em o jovem fazer efectivamente o que deseja (como quando tenta deixar de utilizar a internet, mas sem sucesso). Por isso, quando se fala aqui de vício, deve entender-se que se está a falar de todos aqueles que disseram que qualquer uma destas coisas lhes acontece frequentemente.

Tendo em conta que 66% dos jovens reportaram pelo menos um comportamento ligado ao vício com uma ocorrência “muito” ou “bastante frequente”, o Gráfico 2.6 permite ver como é que se distribuem as ocorrências de cada um destes comportamentos.

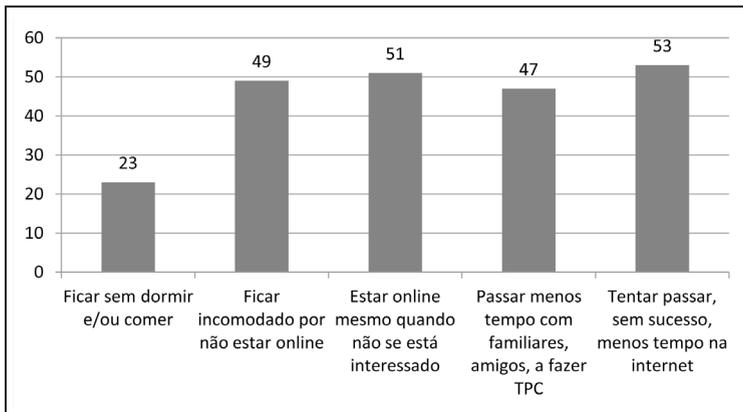


Gráfico 2.6 – Presença de comportamentos de uso excessivo da internet (%)

Pergunta: *Nos últimos 12 meses, quão frequentemente é que cada uma destas coisas te aconteceu?*

Base: todas as crianças portuguesas entre 11 e 16 anos que usam a internet

Como se pode verificar, comportamentos que afectam fisicamente os jovens são mais raros, comparativamente com outros.

Em termos demográficos, as características apresentadas para os resultados sobre a cultura de quarto podem aplicar-se também aqui, já que cerca de 70% dos jovens que utilizam o computador no quarto fazem também parte deste grupo

que refere mais comportamentos relacionados com o uso excessivo da internet. Assim sendo, esse uso manifesta-se mais em rapazes do que em raparigas (36% contra 33%), e mais em jovens mais velhos (dos 35% entre os 11-12 anos para os 54% para os 15-16 anos). Por outro lado, comportamentos de uso excessivo variam pouco consoante a caracterização socioeconómica dos agregados: os jovens de ESE baixo e médio apresentam o mesmo nível (35%), e só os de ESE alto apresentam um valor ligeiramente inferior (31%).

Como se relaciona o nível de utilização com o de comportamentos de vício?

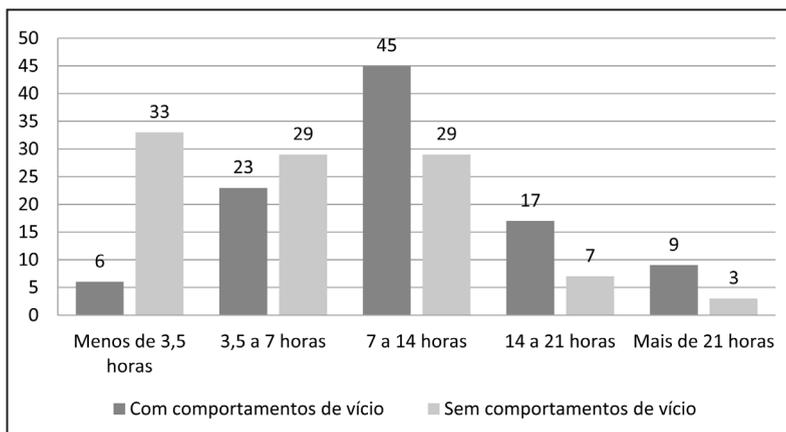


Gráfico 2.7 – Relação entre *comportamento de vício* e número de horas por semana dispendidas a utilizar a internet (%)

Pergunta: *Quantas horas costumava passar na Internet nos dias de escola / ao fim-de-semana?*

Base: todas as crianças portuguesas entre 11 e 16 anos que usam a internet

Como pode ver-se pelo Gráfico 2.7, a relação entre a quantidade de utilização semanal e a presença frequente de, pelo menos, um comportamento ligado ao uso excessivo da internet é ténue – mesmo nestes jovens a resposta mais frequente corresponde a uma média de uso de entre uma a duas horas por dia.

Estes jovens, do ponto de vista psicológico, não apresentam menor auto-confiança nas suas capacidades e competências na internet, embora exista um pequeno aumento de respostas no que toca à busca de sensações face ao grupo de jovens que não diz ter tido qualquer comportamento de uso excessivo. Uma vez mais, isto vai parcialmente contra as primeiras conjecturas da investigação nesta área, onde se pressupunha que seriam os jovens com menor auto-estima os mais propensos a ficarem expostos a situações de uso excessivo. Mesmo a questão da busca de sensações precisa de ser enquadrada: essa busca é também o elemento que está por detrás da vontade de correr riscos, o que permite aos jovens descobrir mais sobre os novos ambientes *online* e, portanto, aproveitar de forma mais eficiente as vantagens da internet e todos os recursos potenciais que esta tem para oferecer.

A relação com a busca de sensações leva a pensar sobre o quanto é necessário integrar a análise dos comportamentos que os jovens têm *online* com o conjunto mais geral dos seus comportamentos – afinal de contas, o espaço “virtual” não é uma realidade “alternativa”. Assim, enquanto 15% dos jovens sem comportamentos de uso excessivo da internet afirmaram ter tido pelo menos um comportamento de risco *offline*, a percentagem duplica no grupo dos jovens que dizem apresentar marcas de comportamento excessivo. Mas um comportamento de risco não é igual a um comportamento danoso – não quer dizer que os jovens em questão tenham sofrido consequências negativas, apenas que se colocaram em situações de onde poderia resultar dano. Isto deve fazer-nos considerar as múltiplas abordagens no que toca à forma como encaramos estes jovens, não colocando os usos dos *media* como uma espécie de experiência à parte da sua vida.

Tal como no caso dos jovens que utilizam o computador no quarto, também estes jovens têm um leque mais variado e intenso de utilizações da internet: 44% dos jovens adictos pratica dez ou mais actividades diferentes *online* (de um total de 17 contempladas), contra 19% do grupo que não apresenta marcas de vício a praticar o mesmo número de actividades (Gráfico 2.8). Algumas das actividades que apresentam as maiores diferenças são a consulta de notícias *online*, o *download* de vídeos e de música e o uso do YouTube.

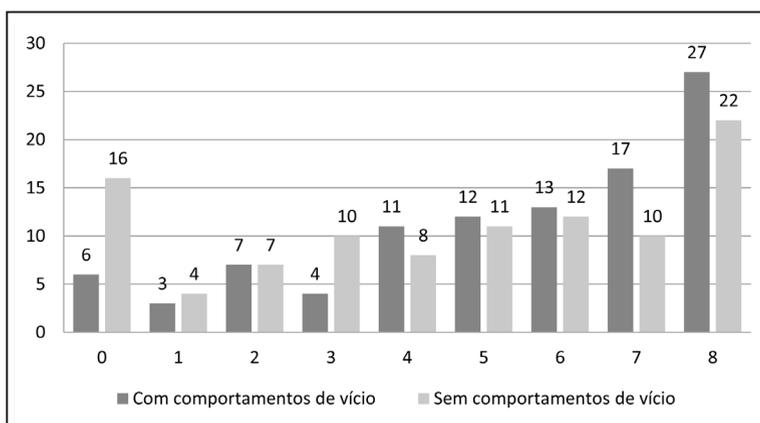


Gráfico 2.8 – Número de competências informáticas, por presença de comportamentos de vício na internet (%)

Pergunta: *Quais destas coisas sabes fazer na internet?*

Base: todas as crianças portuguesas entre 11 e 16 anos que usam a internet

Entre as competências específicas que os jovens dizem demonstrar no uso das novas tecnologias a correlação aponta para um domínio superior das tecnologias por parte dos jovens que estão associados à ideia de uso excessivo – estamos presentes perante factores positivos conotados com o uso excessivo.

No que toca à experiência do risco *online*, as diferenças são diminutas: 96% dos jovens que não apresentam comportamentos de vício disseram nunca se terem sentido incomodados por uma experiência de risco, contra 93% dos jovens ditos viciados que deram a mesma resposta. Se olharmos para a presença declarada de emoções negativas associadas a usos de risco, 82% dos jovens adictos dizem nunca as ter sentido, contra 61% dos jovens não adictos, o que pode mesmo sugerir um maior nível de resiliência nestes jovens considerados viciados nas novas tecnologias.

E será que os pais destes jovens olham para o comportamento dos filhos como algo que necessite de especial atenção? De acordo com o questionário, as diferenças entre estilos de mediação parental são virtualmente inexistentes. As poucas que existem, porém, parecem apontar para um reforço, por parte dos pais que usam o computador: eles encorajam mais esses jovens a explorar a internet e a aprender lá coisas (63% vs. 54%) e, por outro lado, dizem verificar menos o perfil social dos filhos (63% vs. 70%) e usar mais antivírus (60% vs. 53%).

Conclusões

Com as alterações no parque tecnológico, a diminuição do preço relativo de equipamentos e serviços e um papel cada vez mais central do uso da internet na vida escolar tem vindo a desenrolar-se uma mudança no panorama de práticas *online*. O espaço do quarto afirma-se como um local de autonomia dos jovens, como um palco privilegiado para um trabalho de experimentação de identidades e papéis sociais, em que o ecrã do computador (portátil) serve para uma mobilidade digital, que é ao mesmo tempo multitemática (permite circular entre diferentes assuntos, interesses, meios de comunicação) e multiplataforma (permite usar diferentes recursos, equipamentos, redes sociais), mesmo se a portabilidade dos equipamentos acaba por ser limitada aos vários espaços da casa, em bastantes casos.

Uma das principais características observáveis um pouco por toda a Europa é uma certa dissociação entre a percepção que os pais têm dos usos que os filhos fazem dos novos *media* e os usos efectivos que estes relatam. No caso da emergente e cada vez mais representativa cultura de quarto, este fosso alarga-se ainda mais, e a mediação parental parece adaptar-se pouco às especificidades dos jovens que dela fazem parte. As vantagens de uma mediação mais reflectida e mais interactiva entre jovens e pais são diminuídas quando é o espaço físico da casa – mais do que o espaço virtual do ecrã – a separar ou dificultar as possibilidades de comunicação. Por outro lado, esta relativa independência tem vantagens, a maior das quais é a possibilidade de poder experimentar diferentes possibilidades de ser jovem, criança ou adolescente, tomar contacto com diferentes perspectivas, e explorar mais intensamente e com maior variedade outras perspectivas e competências.

Cruzada com a cultura de quarto está a questão do uso excessivo – e esta também tem um elemento profundamente cultural. Fica para reflexão que expectativas são projectadas para os jovens, que limitações ou conjunturas os

levam a exibir este comportamento, e como é que podemos pensar a ideia de “uso excessivo” quando caminhamos para uma info-integração que nos mantém ligados cada vez mais tempo, ou equilibrar essas ligações tecnológicas com outras ligações sociais, físicas, face-a-face, e actividades até de desligamento metafórico (ler um livro podia encaixar-se aqui). A utilização de qualquer meio de comunicação implica consigo uma determinada retórica sobre quem utiliza essa mesma forma de comunicação: pesa a ideia do ‘nativo digital’, o jovem que tem necessariamente que saber usar, ser um especialista nato, e em que as principais preocupações que os pais demonstram (em termos de mediação) são fundamentalmente técnicas ou passam, por vezes, por estratégias em diferido, que nem sempre são colmatadas com um acompanhamento mais proactivo e dialogante com os filhos.

No fundo, duas relações são incontornáveis: Mais uso acaba por estar correlacionado com mais riscos (que nem sempre se ligam a maiores consequências negativas para os jovens), mas também com mais competências e com uma maior diversidade de utilizações, um maior aproveitamento das vantagens da internet. O fundamental é entender como diferentes espaços e diferentes práticas influenciam e são influenciados pelas diferentes literacias envolvidas na dinâmica familiar: o conhecimento e maturidade dos pais, de um lado, e o à-vontade que os seus filhos têm com as novas tecnologias, mesmo quando este à-vontade depois não se traduz em competências técnicas específicas, do outro. Os novos meios de comunicação – que cada vez estão a tornar-se menos *novos* – ocupam papéis específicos na vida destes jovens, que antes não existiam (ou que eram ocupados por outros *media*). Na gestão destas alterações, destes novos lugares e novas funções, é expectável alguma turbulência – e só escutando as experiências dos jovens, e atendendo às suas necessidades de literacia mediática poderemos reduzir a turbulência, melhorar as experiências e aumentar as potencialidades ao mesmo tempo que se gerem os riscos.

VICIADOS NO QUARTO?

Tito de Morais

Sobre os dois tópicos sobre os quais tenho o prazer de me pronunciar - *a cultura do quarto e a adição* -, as achegas que trago para o debate prendem-se com a partilha da minha experiência pessoal e das ideias que tenho cimentado sobre o tema desde 2003, ano em que lancei o Projecto MiudosSegurosNa.Net.

O uso no quarto

A propósito do local onde os jovens usam a internet, não resisto a contar uma história, testemunhada por um familiar meu. Numa entrevista de recrutamento, a candidata desculpa-se por se fazer acompanhar do filho. À última hora deixara de ter onde deixar. Calado e sossegado ao canto da sala durante grande parte da entrevista, o miúdo resolve abrir a boca: “O meu pai joga PlayStation na casa de banho!” A mãe, surpreendida pela intervenção inusitada, respirou fundo e, como que se desculpando perante os potenciais empregadores, lá foi dizendo: “cá está uma oportunidade perdida para ficar calado!”.

O que tem isto a ver com o tema? Este episódio ilustra o que considero um debate que, apesar de importante nos dias de hoje, a prazo encaminha-se para a extinção. Cada vez mais, estamos através de uma multiplicidade cada vez maior de dispositivos. E entre estes, o computador de secretária terá cada vez menor importância.

Curiosamente, como que confirmando a minha afirmação e sublinhando esta história, recentemente a Sega anunciou que, no âmbito de um projecto-piloto no Japão, está a desenvolver jogos para sanitários públicos³¹.

Vem esta história também a propósito da pergunta sobre onde se usa a internet em casa. Sinto faltar a opção “Uso no quarto e noutras divisões da casa”. Pelo exemplo que vejo nos meus filhos, usam na sala, no quarto, na cozinha (enquanto fazem panquecas vão vendo a receita numa página *web* ou um vídeo sobre como fazer panquecas). Pontualmente, um deles também usa a internet na casa de banho! No portátil, consola, telemóvel, etc. Mas a minha geração, na

³¹ Saenz, Aaron (2011, Janeiro 05). “Controlling video games with your pee – Sega brings awkward fun to the restroom”. Singularity Hub, Consultado em 01 de Maio de 2011, em <http://singularityhub.com/2011/01/05/controlling-video-games-with-your-pee-sega-brings-awkward-fun-to-the-restroom/>.

adolescência, também lia “Patinhas” e outro tipo de publicações menos inocentes na casa de banho, ou já nos esquecemos?

Perguntas que talvez sirvam para o debate: porque é que em Portugal a utilização da internet no quarto por crianças e jovens (67%) está tão acima da média europeia (49%) e até da espanhola (42%)? Isso é positivo ou negativo? Quais os benefícios da utilização no quarto? Quais os aspectos negativos da utilização no quarto?

“Se eles percebem muito mais disto do que nós, como os podemos proteger?”. Esta é uma pergunta que pais e professores me fazem, amiúde, pessoalmente nas acções de sensibilização e formação em que participo e através de mensagens de correio electrónico.

No que toca à internet, telemóveis, computadores e tecnologias de informação e comunicação em geral, os adultos de hoje vêem-se confrontados com uma realidade - quiçá única na História de Humanidade - para a qual, no meu ponto de vista, não se encontram preparados. Hoje, os nossos filhos e os nossos alunos percebem muito mais da tecnologia que a generalidade dos seus pais e professores. Tal deixa-nos um pouco perdidos e desorientados, sobretudo no que toca à segurança *online* de crianças e jovens. A este propósito, deixo-vos algumas reflexões e histórias pessoais que constituíram momentos importantes de aprendizagem, contributos decisivos para me abrir os olhos para esta nova realidade.

Em 1995, eu desenvolvia a minha actividade profissional no domínio de *design* gráfico, a trabalhar, como agora, a partir de casa, concebendo catálogos de produtos para empresas industriais portuguesas que pretendiam internacionalizar-se. Funcionando como interlocutor entre clientes, gráficas e outros fornecedores - fotógrafos, ilustradores, redactores de texto, tradutores, etc. - via-me inundado de papel em resultado dos faxes que circulavam por mim. Decidi, então, adquirir um modem fax para eliminar o papel. Os faxes passariam a ser enviados e recebidos no meu computador. Ao aperceber-se que tínhamos um modem em casa, o meu enteado, então com 15 anos, teve a ligeireza de sugerir que, já que tínhamos comprado um modem, podíamos ligar-nos à internet. Sobranceiramente e do alto da minha “sabedoria de adulto”, de quem não fazia ideia do que era a internet - em 1995, para mim a internet era um anúncio que passava na televisão e onde se dizia “Ninguém te liga?! Liga-te à internet!” - respondi-lhe que o modem ‘era para trabalhar! Não para brincar!’. Mas acabei por ser indulgente e como até não era caro, lá subscrevi um serviço de acesso à internet. Contentes da vida, eu lá ia usando o modem para enviar e receber faxes e o rapaz entretinha-se na internet. Até o dia em que me detive no ecrã dele. O que via despertou-me a atenção e resolvi perguntar: “o que é isso?”. “Isto é a internet”, respondeu-me. Diálogo estabelecido, lá fui perguntando e ele lá me foi satisfazendo a curiosidade, clicando aqui e acolá, explicando-me pacientemente como funcionava a internet. Os meses seguintes, passei-os a aprender a fazer páginas web, usando a própria internet como fonte de informação. Estivesse cada um na sua redoma e quem sabe quando teria eu descoberto a internet...

Meses mais tarde, ao visitar a Feira do Livro, no Porto, entrei num *stand* da Telepac. Aí apercebi-me de que inúmeros jovens “falavam” uns com os outros através da internet. Escreviam numas janelinhas no ecrã e logo de seguida aí vinham as respostas de quem “teclava do lado de lá”. Ao contrário do *e-mail*, aquilo era imediato! Hoje, quando quase toda a gente sabe o que é o *Messenger*, isto pode parecer caricato, mas em 1995 ou 1996 ainda não existia *Messenger* ou, se existia, era muito pouco conhecido. O que eu estava a ver era o IRC, Internet Relay Chat, um antepassado do *Messenger*. Lá fiz umas perguntas aos jovens que estavam a usar aquilo e, mal cheguei a casa, não descansi enquanto não comecei a usar também. Curiosamente através do IRC vim a conhecer outros jovens entre os 19 e os 23 anos (eu tinha na altura 34) que também se estavam a iniciar na criação de websites e com quem aprendi imenso e com quem lancei as sementes de duas empresas no domínio das tecnologias. Estivessem o computador e a internet reservados ao quarto dos meus filhos e provavelmente teria passado ao lado destas oportunidades.

Aprender com um “pirralho” de cinco anos?! O “pirralho” tem hoje 20 anos, mas na altura tinha cinco. Ainda não tinha aprendido a ler. Nem a escrever. Estava eu frente ao computador, já a desesperar por não conseguir fazer um efeito num programa de edição gráfica que tinha visto o irmão mais velho do pirralho fazer. Perante o meu aparente desespero, o pequeno pergunta-me qual a causa de tamanha frustração. Quando o pus a par, respondeu-me que era fácil e apontando o dedito indicador lá me ia dizendo “clica ali”, “agora, no outro, esse!” e num instante lá estava o efeito gráfico que eu procurava. Fiquei cilindrado! O programa de edição de imagem era em inglês, idioma que eu dominava, mas o pequeno não sabia ler nem escrever. Nem em português, quanto mais em inglês! Mas aos cinco anos, acabava de me explicar, a mim, o pai, como fazer um determinado efeito gráfico num programa de edição de imagem com *interface* em inglês! Percebi na altura que, de observar o irmão mais velho, havia absorvido, tal como uma esponja, as acções por este empreendidas que produziam um determinado resultado. Para ele, a *interface* do programa tanto podia ser em grego como em chinês! Hoje, aos 20 anos, lá vai tendo paciência para ensinar ao “cota” como se faz isto ou aquilo no telemóvel ou noutras *gadgets* tecnológicos. Mas tenho de lhe suplicar que me mostre e explique tudo passo-a-passo. “Como se eu fosse muito burro!”. Fossem o computador e a internet ferramentas que os meus filhos usassem apenas no quarto e certamente eu não teria tido esta e outras oportunidades de aprender com eles.

Estes casos abriram-me os olhos. Hoje, procuro proceder da mesma forma com o meu filho mais novo - actualmente com 14 anos - e a quem vou colocando as minhas perguntas e de quem vou ouvindo as explicações. E com quem vou aprendendo.

Recentemente, partilhava esta e outras histórias com um casal amigo a propósito do facto de os pais e professores de hoje terem muito a aprender com os miúdos, mas para que tal aconteça é necessário que os adultos percebam e aceitem

essa mudança de realidade. Para muitos não é fácil. Implica uma mudança radical do modelo a que estavam habituados e segundo o qual foram educados. Implica que os pais aprendam com os filhos, os professores com os alunos e vice-versa. E não apenas o contrário. Na realidade, se os miúdos percebem muito mais de tecnologia do que a generalidade dos seus pais e professores, estes têm uma série de competências que os miúdos ainda não desenvolveram. E é do assumir desta interdependência colaborativa que nasce a segurança *online* de crianças e jovens. Sugiro que assumam essa interdependência. Será um passo decisivo para a segurança *online* dos nossos filhos ou alunos.

Curiosamente, em 1995, quando me liguei à internet pela primeira vez, o computador estava não no quarto dos meus filhos (então com 15 e cinco anos – o mais novo só nasceria no ano seguinte), mas no meu quarto. A razão era simples. À época, trabalhava a partir de casa e trabalhando no domínio da publicidade e do *design* gráfico, era habitual ter de fazer noitadas a trabalhar. Como a minha mulher detesta dormir sozinha, esta localização do computador ajudava-me a fazer-lhe companhia. Em 1999 começo a trabalhar no primeiro operador privado de internet em Portugal e é então que o computador passa a estar localizado no quarto do meu filho mais velho, então com 19 anos. E assim permaneceu até 2007, apesar das mudanças verificadas em termos familiares e profissionais. Em 2003 volto a trabalhar a partir de casa e em 2005 o filho mais velho “saiu do ninho”. Mas em 2007 dá-se a mudança. Aproveitando uma mudança de casa e a adopção de uma rede sem fios, os computadores – a “torre” e o monitor “tipo-caixote” foram substituídos por dois portáteis e passaram para a sala. E assim permanecem. Por vezes três portáteis, outras vezes quatro, todos na sala, ligados à internet por uma rede sem fios. Apesar de portáteis, em nossa casa os computadores são fixos. Usam-se no mesmo espaço que se vê televisão, se joga ou até onde o mais novo ensaia toques de guitarra, clássica ou eléctrica. Os *headphones* foram uma invenção maravilhosa! Apesar de os portáteis serem “fixos”, tal não quer dizer que por vezes não possam ser levados para outros locais da casa. Mas por princípio, o seu lugar é na sala. E é isso que faz com que a utilização da internet seja uma experiência partilhada por toda a família. Incluindo a minha sogra de 83 anos, que não usa computadores. Mas quando os netos ligam através do *Messenger*, não resiste a uma “vídeo-conversa” com os bisnetos que vivem geograficamente mais afastados.

Como illustrei, a decisão de colocar os portáteis e restantes dispositivos multimédia na sala não foi tomada como uma medida de controlo parental, mas no sentido de suscitar o envolvimento familiar. Numa casa em que praticamente todos têm o seu portátil ligado à internet por uma ligação sem fios, se cada um usasse o seu portátil no quarto, pura e simplesmente deixávamos de ter vida familiar. E as oportunidades e benefícios que se perderiam!

“No geral, gostarias que os teus pais se interessassem mais ou menos pelo que fazes na internet, ou que se interessassem da mesma forma?” A resposta afirmativa a esta pergunta será, porventura, a melhor notícia deste estudo! Esta é

uma verdade que se aplica não apenas à utilização da internet, mas à vida *online* e *offline* dos nossos filhos. Esta é a razão que, como pai, me leva a promover a utilização ética, responsável e segura da internet por crianças e jovens. Sei que a segurança é uma preocupação dos pais, logo não há melhor pretexto para incentivar e estimular o envolvimento parental e familiar.

Se a mesma pergunta fosse feita mas substituindo a internet por outra actividade preferida da criança ou jovem, da música ao futebol, da dança ao karaté, etc, não tenho muitas dúvidas que as respostas não seriam muito diferentes.

Perante as tecnologias de informação e comunicação, temos duas opções: ou queremos ou não queremos fazer parte da vida dos nossos filhos. E quando grande parte da vida dos nossos filhos é *online*, como pais, temos a obrigação de “lá” estar. Como temos a mesma obrigação *offline*. Por conseguinte, interessarmos-nos mais por aquilo que os nossos filhos fazem na internet é também inteirarmos-nos também mais da sua vida *offline*.

No entanto, um alerta: este desejo poderá não significar - e no meu ponto de vista não significa certamente - um maior desejo de:

- Que lhes verifiquem o histórico
- Que lhes verifiquem o *e-mail Instant Messaging*
- Que lhes verifiquem o perfil *online*
- Que lhes vejam os amigos adicionados
- Que adoptem controlos parentais de bloqueio
- Que adoptem controlos parentais de histórico
- Que adoptem limitações de tempo por serviço
- Que adoptem *anti-malware*

A chave parece-me ser um maior envolvimento familiar e não um maior controlo parental. E as perguntas a fazer, na minha perspectiva são outras:

- Partilhou algum *site* ou aplicação com o seu filho(a)? E ele consigo?
- Algum vídeo?
- Alguma música?
- Algum texto?
- Alguma imagem?
- Algum jogo?
- Alguma actividade *online*?
- Ajudou-o, ou ele a si, a fazer algo no computador, no telemóvel, na consola?

E o envolvimento não deve ser apenas parental, mas familiar. Para mim, envolvimento parental e familiar não são as medidas de mediação do uso ou mediação de segurança. Se há coisa que a internet faz é acabar com intermediários. E isso aplica-se, e de que maneira, a nós e aos nossos filhos. No meu ponto de vista, se o que queremos é intermediar, então espera-nos a mesma crise dos outros intermediários tradicionais (editores discográficos, cinematográficos, livreiros, etc.): estamos condenados à extinção. Se há coisa que a internet faz com eficácia, é *des-intermediar* processos. O crescimento das crianças para a adolescência também

des-intermedia os pais. Assim, se queremos “sobreviver” e desempenhar um papel importante como pais e educadores, no meu ponto de vista, mais do que mediar, temos de nos envolver. E esse envolvimento não se pode restringir aos pais. Antes, deve alargar-se a toda a família.

Vem a este propósito outra história, mais recente, passada com o meu filho mais novo. Uma noite, como por vezes acontece, eu e a minha mulher fomos tomar café e dar “dois dedos de conversa” a casa de uma das minhas irmãs e do meu cunhado. A certa altura da conversa, diz-me o meu cunhado: “Viste o que o Afonso publicou hoje no mural dele?!”. Expliquei-lhe que tinha estado o dia fora e ainda não tinha ido ao *Facebook*. Explicou-me então que o Afonso tinha publicado algo no seu mural que era ofensivo para uma das suas amigas. Que a rapariga se masturbava enquanto via o canal Panda. Fiquei surpreendido, pois era algo que achava não condizer com a forma de estar do Afonso, mas que iria averiguar. O meu cunhado, no entanto, não resistiu a largar um “pois, em casa de ferreiro, espeto de pau!” Não vi o facto como tal. Na realidade, perante este incidente considereei que o “sistema” funcionou. Senão vejamos. Nenhum pai ou mãe consegue acompanhar os seus filhos 24 horas por dia. Na internet ou fora dela. Aliás, este tipo de situações acontece muito mais vezes no “mundo real” e, na maioria das vezes, delas não temos conhecimento nem temos possibilidade de as transformar em oportunidades. Neste caso, o facto de a família estar no *Facebook* dá-nos a possibilidade de usar estes incidentes como oportunidades de aprendizagem. Quando um incidente semelhante acontece no “mundo real” e é presenciado por um familiar, esperamos que intervenha ou que nos dê conhecimento do mesmo. No caso, foi o que o meu cunhado fez e agradeço-lhe por isso. Como tio, essa era, no meu ponto de vista, a sua obrigação. Na internet ou fora dela. Ao dar-me conhecimento da situação, deu-me a oportunidade de trabalhar o assunto com o meu filho. Foi o que fiz. Respondeu-me que não fora ele que publicara, mas uma aplicação no *Facebook* que cria e espalha rumores. Escolhe um rumor e associa-o a um amigo ou amiga da nossa lista. Referi-lhe que as aplicações dão-nos geralmente a possibilidade de aceitar ou recusar a publicação e que ele tomara a decisão errada ao aceitar publicar. Desculpou-se referindo que o havia feito com o conhecimento e autorização da amiga que estava com ele na altura, acrescentando que fora uma brincadeira. Referi-lhe que provavelmente o pai ou a mãe da amiga não achariam piada à brincadeira, como eu também não acharia se fosse com ele. Acrescentei que a percepção geral das pessoas, porventura mais dos adultos que dos jovens, seria a de que tinha sido ele a proferir a afirmação e não a aplicação. Com ou sem a sua autorização, até porque acontece amiúde aplicações suspeitas publicarem conteúdos em nosso nome, sem a nossa autorização. Concordou que o melhor seria eliminar a publicação e que em circunstâncias semelhantes seria melhor pensar nas potenciais repercussões antes de publicar. Nenhum pai ou mãe tem o poder de garantir que os seus filhos tomarão as decisões certas. O máximo que podem fazer é trabalhar nesse sentido. Mas ninguém está a

salvo de uma má decisão. E não é o facto de incidentes como estes acontecerem que fazem de nós maus pais. Mau seria não aproveitar estes incidentes como oportunidades para fazer de nós melhores pais e dos nossos filhos melhores cidadãos.

Mais recentemente, tive oportunidade de ver como o Afonso se esforça por usar a sua “massa cinzenta”. A tragédia do terramoto seguido de um tsunami e fuga de radioactividade de uma central nuclear tinha acontecido há dias no Japão. No *Facebook*, vi no mural de outras pessoas e partilhei a seguinte frase:

日本人にポルトガルからの抱擁

Copia esta frase para o teu mural para chegar ao Japão. Diz: “Um Abraço para todo o povo japonês vindo de Portugal”

Instantes depois de ter publicado a frase, ao meu lado, no seu portátil, o Afonso sai-se com esta: “Ui! Pai, tens a certeza que aquilo que publicaste quer mesmo dizer o que julgas?!” “Fiz-me de luas” e perguntei-lhe porquê. Respondeu-me que havia pessoas a congratular-se com a tragédia, vendo-a como a retribuição do ataque japonês a Pearl Harbour e que aquela frase em japonês podia na realidade querer dizer uma barbaridade qualquer. Resolvi testá-lo e perguntei-lhe como me poderia certificar que assim não era. Sugeriu-me copiar a frase, ir ao tradutor do Google e verificar a tradução dessa frase. Continuando a farsa, pedi-lhe que o fizesse. Confirmou-me que a tradução estava genericamente correcta. Aí perguntei-lhe: “Então achas que eu publicava esta frase para as quase 5000 pessoas que me acompanham no *Facebook* sem fazer essa verificação?!”. O episódio encheu-me o peito. O miúdo mostrou-me que pensa pela sua cabeça. Afinal, eu também me posso enganar. Não tomou a coisa por certa só porque a publicação fora feita por mim. Contrariamente ao episódio anterior, pensou. E acho que o facto de partilharmos a utilização do computador e da internet no mesmo espaço cria um ambiente propício a este tipo de resultados. Facilita a troca de experiências. Estivesse cada um com o seu portátil no seu espaço e tal seria muito mais difícil. Como diz o povo, “longe da vista, longe do coração”.

Nas acções de sensibilização sobre segurança na internet em que participo como orador ou formador e que se destinam a pais e encarregados de educação, professores e educadores ou outros profissionais que lidam ou que têm crianças a seu cargo, costumo dizer que a internet pode unir famílias mas também as pode dividir. A localização do computador num espaço comum da casa pode ajudar a uni-las. E aí, cada família é um caso. A zona da casa onde uma família passa mais tempo varia. Por essa razão, conheço até o caso de uma família que me referiu ter optado por colocar os computadores na cozinha. A decisão sobre o local é não é minha, mas espero que ao partilhar a minha experiência esteja a ajudar a uma tomada de decisão informada.

Os efeitos da adição

Num estudo como este, surpreendeu-me a utilização da palavra adição. Mesmo explicando o que se entende por adição. Adição é uma palavra muito forte e que, no meu ponto de vista, tem sido usada abusivamente. Se não acautelarmos a sua utilização, enquadrando-a cientificamente, ela perde significado. Tornamos todos dependentes. Disto ou daquilo. Por isso nunca é demais lembrar:

- A expressão *Internet Addiction Disorder* (IAD) foi proposta em 1995 por Ivan Goldberg³². No entanto, várias fontes referem que tal foi feito com propósitos satíricos. Declarações atribuídas a Goldberg referem “acredito tanto na existência da desordem/perturbação da dependência da internet, quanto na dependência do ténis, do bingo e da televisão. As pessoas podem fazer qualquer coisa em excesso. Chamar-lhe desordem ou perturbação é um erro”³³.

Acresce que os principais documentos de referência no domínio da saúde mental não referem a dependência ou a adição à internet:

- DSM-5 - o *draft* dos Critérios de Diagnóstico da 5ª edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* da *American Psychiatric Association* (APA) - que se espera seja publicado em Maio de 2013 - foi recentemente publicado e, entre outras, inclui a seguinte referência³⁴: “Criação de uma nova categoria de ‘adições comportamentais’, na qual os jogos de azar serão o único distúrbio/perturbação. A adição à internet foi considerada para esta categoria, mas os membros do grupo de trabalho decidiram que havia dados de investigação insuficientes para tal, recomendando que fosse antes incluída no apêndice do manual com o objectivo de encorajar estudos adicionais”.

- ICD 10 - a 10ª revisão (2007) do *International Classification of Diseases*³⁵, uma publicação com o aval da Organização Mundial de Saúde, dedica o seu capítulo V a “Perturbações mentais e comportamentais”³⁶. Também aí figura o jogo patológico, mas não a internet.

Resumindo, em virtude de estes dois documentos de referência não

³² Goldber, MD, Ivan. (1995, Março, 16). Internet-addiction-support-group for those with acute or chronic internet addiction disorder [Mensagem em lista de correio electrónico]. Consultado em 01 de Maio de 2001, em <http://web.urz.uni-heidelberg.de/Netzdienste/anleitung/wwwtips/8/addict.html>.

³³ Federwisch, Anne. (1997, Agosto, 08). Internet addiction?. *Nurseweek/Healthweek*, Consultado em 01 de Maio de 2011, em <http://www.nurseweek.com/features/97-8/iadct.html>.

³⁴ American Psychiatric Association. (2010). APA Announces Draft Diagnostic Criteria for DSM-5 New Proposed Changes Posted for Leading Manual of Mental Disorders. News release. Consultado em 01 de Maio de 2011, em <http://www.dsm5.org/Newsroom/Documents/Diag%20%20Criteria%20General%20FINAL%202.05.pdf>.

³⁵ World Health Organization. (1990). *International Classification of Diseases (ICD)*. Consultado em 01 de Maio de 2011, em <http://www.who.int/classifications/icd/en/>.

³⁶ World Health Organization. (1990). *International Classification of Diseases (ICD10)*. Chapter v mental and behavioural disorders (f00-f99). Consultado em 01 de Maio de 2011, em <http://apps.who.int/classifications/apps/icd/icd10online/index.htm?gf60.htm+F630>.

reconhecerem a adição à internet, pessoalmente prefiro usar o termo ‘utilização excessiva’, que não tem as conotações com doença, perturbação ou distúrbio mental, situação clinicamente diagnosticada que está geralmente associada à adição, dependência ou uso patológico.

Dito isto, não quer dizer que a adição à internet, às consolas, aos telemóveis e outros dispositivos ou serviços tecnológicos não seja algo que, não sendo ainda reconhecido e não existindo hoje critérios clínicos de diagnóstico internacionalmente aceites pela comunidade científica, não exista e não venha a ser reconhecida como tal futuramente. Na realidade, as doenças existem antes de serem cientificamente reconhecidas como tal. Mas, no meu ponto de vista, para sermos rigorosos, até tal acontecer, parece-me preferível usarmos outra expressão. Pessoalmente, prefiro ‘utilização excessiva’ se bem que reconheça também as limitações da mesma. Feito o reparo, partilho mais duas histórias pessoais com ligações a este tópico.

Conforme referi, em 1996 descobri o IRC numa Feira do Livro. O fascínio foi grande e lembro-me de o ter levado longe demais. Recordo-me de fazer noitadas, não para trabalhar, mas para estar à conversa com um grupo de pessoas que conheceu através do IRC. Muitos desses contactos “virtuais” passaram a contactos “reais”. Com alguns deles criei empresas e com muitos outros criei laços de amizade que ainda perduram. Era um grupo engraçado. Incluía jovens com vinte e poucos anos e avós nos 60/70 anos de idade. Pontualmente encontrávamo-nos para passeios, almoços ou jantaras. Mulheres, maridos, namorados, namoradas, filhos e netos, por vezes acompanhavam-nos. Recordo-me também de, por vezes, serem sete da manhã e ainda estar “agarrado” ao computador, quando era suposto estar a levantar-me para levar o meu filho à escola. Lembro-me dos atritos que tal criou na relação com a minha mulher. Recordo-me que um dos amigos com quem habitualmente conversava, engenheiro de profissão, casado e com filhos, tinha arranjado um “esquema”. Chegava a casa ao fim de um dia de trabalho e deitava-se. Acordavam-no para jantar. A seguir ao jantar dormia até cerca das 23h. A essa hora acordava, ligava-se e era IRC até de manhã. Olhando para trás, se houve período em que fui “dependente” de algo para além do cigarro, foi nessa altura. Com o tempo, a novidade foi passando e fui perdendo o interesse. No entanto, acho que determinante foi um dia, algures em 1998 ou 1999, ter tido um problema no computador e ter necessitado de o formatar. Na altura tomei a decisão de não instalar nenhum programa que me permitisse aceder ao IRC. E assim tem sido até hoje. Mas sem suores frios nem tremores.

A outra história é mais recente. Passou-se com o meu Afonso. Por ser o mais novo e por não ter o seu próprio portátil, nunca tinha grande tempo para usar o computador e a internet. Só acedia quando todos os outros não tinham coisas “importantes” para fazer. Ele, por outro lado, entretinha-se a estudar e a praticar na sua guitarra clássica. Curiosamente, ao contrário do que por vezes acontecia com uma ou outra disciplina, nunca tivemos de o mandar estudar guitarra clássica. Era algo que fazia de livre e espontânea vontade e isso reflectia-

se nos resultados que a professora de guitarra nos ia comunicando. Até o dia em que teve o seu próprio portátil, em Dezembro de 2008, tinha ele 12 anos, ao abrigo do programa *e-escola*. Durante as férias no Natal, “foi um fartote”. Fechámos os olhos, porque os seus resultados escolares do 1º período tinham sido francamente bons. E a nossa condescendência continuou. Até à “chamada de despertar”. Na avaliação intercalar do 2º período, a professora de guitarra não conseguia perceber o que se passava e os planos de recuperação levaram-nos a “pôr os pés no chão”. Como pudéramos ser tão ingénuos ao ponto de acreditar que um jovem de 12 anos conseguiria auto-regular o uso do computador e da internet?! Então sim, estabelecemos regras. Mas a recuperação não foi fácil. Foi mais lenta do que gostaríamos. Exigiu muito “braço-de-ferro”. Olhando retrospectivamente acho que o problema ficou resolvido no fim do 2º período do ano passado. Ao fim de quase dois anos. A partir dessa altura, o seu rendimento escolar inverteu-se. Não está ainda ao nível anterior e o tempo que dedica ao estudo não é o mesmo que era. Mas atingiu um equilíbrio mínimo. Mas ainda temos caminho a percorrer. Desta história confirmei algo que tenho vindo a dizer: se, como pais ou encarregados de educação, não ocuparmos o tempo disponível dos nossos filhos com actividades diversas, tais como a música, o desporto, as artes, etc., no sentido de lhes darmos perspectivas diferentes da vida, eles irão ocupar esse tempo disponível com o que têm à mão. E hoje, o que têm à mão são os telemóveis, as consolas de jogos, os computadores e a internet.

Olhando para estes episódios, não os considero como casos de dependência ou adição ao uso da internet. No entanto, quer num caso quer no outro, a utilização excessiva da internet teve repercussões negativas nas nossas vidas.

À luz destas histórias, uma questão interessante, era saber há quanto tempo os “adictos” tinham começado a usar a internet. Acredito que um período de fascinação inicial, que na minha experiência pode durar um a dois anos, pode ter um papel importante.

Por outro lado, pode-se argumentar que os comportamentos aditivos não se relacionam com o tempo de utilização. Mas aí, regresso ao ponto de partida: não existem ainda critérios de diagnóstico cientificamente aceites para classificar o fenómeno. E muito menos, terapias para o mesmo. É necessária mais investigação sobre o tema. Até lá, prefiro ir falando de “utilização excessiva”. É que, essa, tenho a certeza que existe. E conheço, por experiência própria, as potenciais consequências.

A terminar, entre os mais de 300 artigos que tenho escritos sobre o tema da segurança *online* de crianças e jovens, permito-me sugerir que pensem como a internet pode ser usada para levar crianças e jovens para actividades ao ar livre. Sobre o tema escrevi o artigo “*Geocaching: TIC e Actividades ao Ar Livre*”³⁷,

³⁷ De Moraes, Tito. 29 de Setembro de 2009. Geocaching: TIC e Actividades ao Ar Livre. Consultado em 01 de Maio de 2011, em <http://www.miudossegurosna.net/artigos/2009-09-29.html>.

no início do qual se incluem ligações para outros artigos que escrevi sobre esta problemática.

Por fim, a pergunta fundamental: “Como chegar aos pais?”. Como fazer-lhes chegar informação não só sobre os benefícios, mas sobre os riscos a que crianças e jovens podem estar expostos *online*, sobre os erros mais comuns que os adultos cometem ao tentar mitigar esses riscos e sobre as soluções de que dispomos para minimizar esses riscos para que os nossos filhos possam maximizar as oportunidades e os benefícios que a internet tem para lhes oferecer.

No Eurobarómetro de 2008³⁸, os pais cujos filhos acediam à internet foram questionados sobre as suas fontes de informação e conselho sobre ferramentas de segurança e sobre a utilização segura da internet. A maioria dos pais portugueses (73,5%) referiam a família e os amigos como principais fontes de informação, contra a média de 71,2% dos pais dos 27 países da União Europeia (UE). Acresce que 62,4% dos pais portugueses referiam a TV, rádio, jornais e revistas, contra os 61,8% dos pais da UE.

No Eurobarómetro de 2005³⁹, os pais cujos filhos acediam à internet foram questionados sobre de que fontes gostariam de receber informação sobre como usar a internet de uma forma mais segura. 36% dos pais dos 25 países da UE referiam a escola que, por sua vez, era referida por 48% dos pais portugueses. Por outro lado, 21% dos pais da UE referiam a televisão, rádio e jornais, enquanto estes eram referidos por 33% dos pais portugueses. Quando questionados sobre como gostariam de receber essa informação, 41% dos pais portugueses referiam “por carta” e 39% “através da televisão”, contra os 47% e 29% da média europeia. Os dados da edição de 2004⁴⁰ apontam igualmente a escola e os meios de comunicação social como as duas fontes de informação dominantes através das quais os pais esperam receber informação sobre uma utilização mais segura da internet. Ora, são conhecidas as dificuldades de levar os pais à escola. Assim, perante estes números, resta-nos esperar que recebam essa informação através da comunicação social. Sobretudo através da televisão. Nos intervalos do futebol e telenovela não será com certeza. Mas essa seria a altura ideal.

Por fim, resta-nos a família e os amigos. Hoje, vejo o *Facebook* como um potencial canal. Hoje, no *Facebook*, existem mais de três milhões de utilizadores

³⁸ The Gallup Organization. (2008). Flash EB Series #248. Towards a safer use of the Internet for children in the EU – A Parents Perspective. Annex tables and survey details. Consultado em 01 de Maio de 2011, em http://ec.europa.eu/information_society/activities/sip/docs/eurobarometer/annexanalyticalreport_2008.pdf.

³⁹ European Commission. (2005). Special Eurobarometer N° 250. “Safer Internet”. Consultado em 01 de Maio de 2011, em http://ec.europa.eu/information_society/activities/sip/docs/eurobarometer/eurobarometer_2005_25_ms_annex.pdf.

⁴⁰ The Gallup Organisation Hungary. (2004). Eurobarometer EB60.2 – CC-EB 2004.1. Illegal and Harmful Content on the Internet. EU-25 Comparative Highlights. Consultado em 01 de Maio de 2011, em http://ec.europa.eu/information_society/activities/sip/docs/eurobarometer/eurobarometer_2004_eu25_highlights.pdf.

com idade superior a 18 anos. Mas estes são aqueles que usam a internet. E os pais que não usam? Resta-nos esperar que sejam os que vão às escolas. Resta-nos esperar que vejam televisão, ouçam rádio, leiam jornais e revistas. E resta-nos também esperar que o tema seja abordado por estes, não apenas na perspectiva noticiosa dos riscos mas também na das soluções. Infelizmente, os meios de comunicação social mostraram preferir focar-se em títulos do tipo “66% das crianças e jovens portugueses dependentes da internet”, esquecendo por completo o facto de 95% das crianças e jovens portugueses desejarem maior interesse dos pais pelo que fazem na internet. Lá está, o foco nos problemas e não tanto nas soluções.

Conclusão

Sou de opinião que se deve favorecer o uso da tecnologia num espaço comum da casa em detrimento do uso no quarto, não por favorecer a mediação parental ou de segurança, mas porque favorece, estimula e incentiva o envolvimento parental e familiar. E esse, no meu ponto de vista, é chave para uma utilização ética, responsável e segura da internet. Por outro lado, considero que o envolvimento parental e familiar é também chave para atenuar a utilização excessiva e os potenciais aspectos negativos que daí podem resultar.

UM QUARTO COM VISTA PARA O ECRÃ: O QUE PODEM OS PAIS FAZER?

Margarida Gaspar de Matos

Apesar da constatação de que a internet e sua divulgação são mesmo “sinal dos tempos” e de que a *internet veio para ficar* e desenvolver-se a cada dia que passa, a sua utilização pelos mais novos fica sempre associada a um debate aceso e nem sempre informado.

A minha admiração pelo trabalho da Cristina Ponte e da sua equipa é que rejeitam as análises superficiais e acaloradas e tomam a atitude de investigadores (muito próximo da problemática e da população-alvo), cientes de que a verdadeira mais-valia para o aprofundamento de uma problemática é mesmo o desassombramento, o rigor e isenção na análise dos dados. Desta equipa não chegam “velhos do Restelo” assustados com papões e criaturas míticas com propriedades aterrorizadoras, mas também não chega o encantamento dos “novos tecnológicos” (ainda) deslumbrados com as tecnologias.

Neste momento praticamente todos os portugueses em idade escolar têm computador e acesso à internet. Usam o computador para trabalhar (fazer os trabalhos de casa e as suas apresentações, procurar informação) e para se recrear (jogam, escrevem aos amigos, comunicam em tempo real, participam em redes sociais). Alguns já comunicam assim com os seus professores, e mesmo com os seus terapeutas (psicólogos, médicos) – sendo já bastantes os profissionais de saúde que se servem deste meio para contactar com os seus alunos ou pacientes. Aliás, a internet pode aproximar tanto as pessoas e facilitar a convergência da sua actuação que há uma rede de profissionais de saúde (que eu integro) na América Latina onde, justamente, há uns meses se debateu a questão de partilhar o *e-mail* e o *Facebook* com os doentes adolescentes para lhes possibilitar um acesso simples e rápido aos seus terapeutas.

Vou comentar uma parte do estudo, relativa ao que chamam a *cultura do quarto*.

Desde sempre o quarto foi, para os adolescentes, um reduto de privacidade, dessa necessidade de isolamento. Uma “marcação de território” e de “tempo consigo”: a leitura de livros proibidos, a releitura de bilhetes de amor, a descoberta e exploração do seu corpo, a escrita e leitura seu diário, as cartas escritas enviadas ou não, os pensamentos perdidos a olhar pela janela, ou a queda desamparada para cima da cama fixando os olhos no tecto... Sempre houve conflitos à volta

dessa necessidade de recolhimento: uns pais irritados por esse “bater com a porta” ou “fechar-se à chave”, outros preocupados porque “passa os dias nisso” e “já não o(a) conheço”.

Agora eles fecham-se mas o computador fica com eles, e com o computador fica o mundo todo e todos os perigos (pelo menos nos pavores secretos de muitos pais) que assim podem entrar pela casa sem autorização. É ainda difícil estabelecer os contornos deste novo desafio, sendo que, já todos sabemos, braços de ferro com adolescentes “não dá”.

A possibilidade de diálogo, concertação e negociação com os adolescentes não pode começar quando eles começam (nos discursos dos pais) a exigir espaço e a criar entropia. É tarde! Esses espaços de partilha podem ser preparados desde sempre, na vida entre pais e filhos, para estarem prontos e ágeis para ser utilizados, quando chega a adolescência.

É um mito dizer-se que “funciona” os pais “exagerarem” e meterem “medos”, para que os filhos tenham cuidado. Também “não dá”. A maior parte dos filhos é mais informada e competente do que a maior parte dos pais nestas matérias, pelo menos em 2010... e os pais arriscam-se a ser catalogados como uns “obsoletos” bem-intencionados. É que não é por acaso que se chamou a estes jovens a “geração digital”- eles são em geral muito competentes a usar as novas tecnologias da informação e da comunicação e a defender-se. Até têm programas na escola com essas informações. Se não se defendem é porque por qualquer motivo das suas intimidades profundas não conseguiram, e aí voltamos à adolescência e as suas idiossincrasias e não ao “papão da internet”.

Em função de cada situação e de cada filho(a), se o computador agora faz parte da família (como aliás nos anos 60-90, a televisão), então pode pôr-se na sala pelo menos numa primeira fase. Mas a partilha do espaço de utilização não pode confundir-se com invasão de privacidade. Consultas ao histórico? Usurpação da palavra-passe para consulta de mensagens privadas e até íntimas? Tratando-se de menores, essa acção é provavelmente legal mas pessoalmente acho lamentável – lamentável na ordem do arrepiante.

Essas coisas conversam-se, e de preferência, começam simbolicamente a conversar-se com as primeiras palavras, para não dizer com os primeiros olhares.

E se é importante que os pais se interessem, monitorizem e se disponibilizem para ouvir e para ajudar se for necessário e se souberem, não são mesmo nada úteis “braços de ferro”, conflitos onde se diz acaloradamente o que se quer e o que não se quer, filhos desesperados e impotentes face a pais (indevidamente) assustados com alegados perigos que um uso competente da internet (não) tem, e muito menos pais desesperados e impotentes que violam os espaço privados dos filhos, com a desculpa da sua minoridade e os deixam sem “roupa”, despidos e envergonhados com a exibição pública das suas fantasias mais íntimas, indizíveis e inconfessáveis.

Temos de ajudar os filhos a proteger-se para melhor usufruir este excelente progresso civilizacional, mas temos também que ajudar os pais a não ter atitudes

desesperadas: não faz bem à saúde dos filhos, nem ao seu desenvolvimento saudável.

Actualmente grande número de jovens que consultam os serviços de saúde mental para estudantes, maioritariamente por problemáticas depressivas ou anedónicas, utiliza muito a internet mas a sua história pessoal ilustra que a internet, em geral, minora o seu isolamento e sofrimento e não que foi causa deles. O que causa mesmo dor em alguns destes jovens é a “falta de respeito dos pais pelas suas pessoas” e o modo como se sentem “embaraçados e forçados na sua privacidade”, quando os pais lhes gritam que leram no seu perfil trechos brejeiros (leia-se ordinários) ou trechos com alguma intenção erótica. Referem que se sentem revoltados, despidos e devassados em “algo que até a si lhes custava confessar”.

O meu apelo? Manter uma porta aberta ao diálogo mas não entrar com uma retro-escavadora na privacidade de ninguém.

III PARTE
RISCOS E DANOS

EM RISCO NA INTERNET? RESULTADOS NACIONAIS DO INQUÉRITO *EU KIDS ONLINE*

Ana Jorge

A massificação da internet tem motivado nos discursos públicos dois tipos de perspectivas: por um lado, uma celebração das suas potencialidades sem fim, de uma forma optimista e fascinada; por outro, numa perspectiva pessimista, um pânico sobre os perigos em que enreda os que dela se aproximam⁴¹. Aliás, a declinação deste tipo de discursos para o caso dos utilizadores mais novos parece extremá-los ainda mais. Contudo, a contradição entre os dois tipos de discurso mostra por si só a sua insustentabilidade, que deriva de uma abordagem bastante linear e simplista. Na verdade, os usos da tecnologia são mais complexos e matizados do que uma abordagem deste género permite vislumbrar. As reacções de pânico em torno da utilização da internet pelos mais novos, de resto, replicam processos históricos que acompanharam a introdução de novas tecnologias e meios, normalmente adoptadas de forma pioneira pelos mais novos⁴². Nestes discursos, portanto, estão em causa visões sobre o poder de crianças e jovens na sociedade, bem como sobre o poder da própria tecnologia para o alterar.

O projecto *EU Kids Online* pretende atender à complexidade do fenómeno da utilização dos *media* digitais pelos jovens europeus procurando caracterizar os usos e riscos em que os mais novos podem incorrer, em contexto social e psicológico. Assim, não cede à tentação de considerar as crianças como necessariamente vítimas *ou* agressoras na internet, mas procura compreender as características, padrões e relações dessas (e entre) posições. Esta perspectiva abre a possibilidade de compreender que tipos de jovens se envolvem ou são envolvidos nesses riscos, e também de dissociar o risco de consequências necessariamente negativas. Através da dissociação dos conceitos de ‘risco’ e ‘dano’, exploram-se as formas em que as actividades na internet de crianças e jovens os envolvem em aspectos negativos e/ou positivos. Por conseguinte, a exposição ao risco pode também gerar oportunidades, construindo utilizadores

⁴¹ Buckingham, D., Ed. (2007). *Youth, Identity, and Digital Media*. John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning, <http://mitpress.mit.edu/catalog/item/default.asp?type=2&tid=11394>.

⁴² Drotner, K. (1992). “Modernity and media panics”, in *Media Cultures: Reappraising transnational media*. M. Skovmand e. K. C. Schroder. Londres, Routledge, pp. 42-62.

mais experientes e com capacidade de avaliar a eficácia das suas acções para lidar com os riscos.

A escolha dos tipos de riscos sobre que incidiu o questionário prende-se directamente com a atenção que a esses riscos é dada na agenda pública, a necessitar de evidências que sustentem as políticas públicas, como apresentámos na Introdução. Se para os jovens os riscos mais comuns podem ser os vírus ou riscos comerciais, considerou-se que era necessário olhar para aqueles que podem ter mais impacto junto destes utilizadores: ver imagens de cariz sexual (pornografia), receber ou enviar mensagens de cariz sexual (*'sexting'*), *bullying*, encontros com pessoas que foram conhecidas através da internet, exposição a conteúdos potencialmente nocivos criados por utilizadores e abuso de dados pessoais (estes dois últimos e o *'sexting'* apenas questionados a jovens acima dos 11 anos). Procurou-se caracterizar o envolvimento dos mais novos, seja como agressores, seja como vítimas, e saber que outros padrões inerentes a práticas *online* potenciam os riscos e/ou oportunidades para os mais novos. Assim, os papéis de agressor e de vítima são relativos àquilo que se consideraram práticas susceptíveis de acarretar consequências negativas para as crianças, muito embora a gravidade e a duração do *dano* possam variar consoante o tipo de risco e as características individuais de crianças e jovens.

Portugal foi um dos países com mais baixa incidência declarada de risco entre os países estudados: apenas 7% das crianças e jovens inquiridos declarou ter ficado incomodado por um ou mais dos riscos abordados, contra uma média europeia de 12%. Isto significa que a larga maioria das crianças declarou não ter tido qualquer experiência perturbadora *online* no último ano, parecendo sentir-se confortável em actividades na internet que alguns adultos consideram arriscadas. Este resultado motivou especial interesse por parte dos órgãos de comunicação social⁴³ pois parecia contrariar a imagem dominante, também induzida pelos próprios *media* através de casos extremos mas isolados, de que as crianças portuguesas correm muitos riscos na internet. Não devemos deixar de ter presente que estes valores podem decorrer de respostas defensivas por parte das crianças e jovens (pelo receio, por exemplo, de ficarem privadas de acesso à internet), apesar das condições de anonimato que se procuraram assegurar.

Nos seus baixos valores, este resultado não é por si só tranquilizador, uma vez que está ligado ao relativamente baixo uso que ainda é feito pelas crianças, fruto de uma penetração ainda recente da tecnologia entre este grupo. Com efeito, a média de idade com que as crianças e jovens portugueses inquiridos começaram a utilizar a internet situa-se nos 10 anos, entre as mais elevadas, ao contrário de países como a Dinamarca ou a Suécia, onde se situa nos sete. Por outro lado, são

⁴³ Por exemplo, "Internet: Portugal é um dos países com menor incidência de riscos *online* para crianças", in Expresso.pt (21/10/2010), in <http://aeiou.expresso.pt/internet-portugal-e-um-dos-paises-com-menor-incidencia-de-riscos-online-para-criancas=f610582>.

55% os que utilizam a internet diariamente ou quase, perto do fim da tabela europeia, liderada por 84% das crianças suecas.

Assim, debruçamo-nos de seguida sobre a caracterização dessa minoria de jovens que mais directamente se envolvem em riscos na internet, como vítimas ou como perpetradores. Essa caracterização será de ordem sócio-demográfica, através de idade, género e estatuto socioeconómico (ESE); e também ao nível das utilizações da internet a que estes riscos estão ligados e através de que dispositivos eles ocorrem.

Imagens de cariz sexual

Entre cerca de um quarto (24%) das crianças e jovens que afirmam ter visto imagens de cariz sexual, *online* ou *offline*, no último ano, há uma ligeira predominância masculina: 81% das raparigas afirmam não as ter visto no último ano, contra 72% dos rapazes. Com a idade, os valores daqueles que viram essas imagens aumentam, havendo 37% de jovens de 15-16 anos que as viram no último ano, representando o maior grupo, mas também 14% dos jovens de 13-14 anos as vêem esporadicamente. Nota-se uma maior prevalência dos jovens de famílias de ESE médio, enquanto nos de alto há uma maior utilização esporádica (16% diz ver imagens sexuais menos do que mensalmente).

A internet é a fonte de imagens de cariz sexual para cerca de metade destes jovens que as viram *online* ou *offline*, ou seja, para 13%, a par da televisão ou de filmes. As crianças mais novas vêem mais este tipo de imagens em revistas ou livros, ou através de televisão ou filmes. Pelo contrário, o telemóvel, através de SMS ou MMS, ou o *Bluetooth* são os veículos mais populares entre os mais velhos (24% e 21% dos jovens com 13-14; e 18% e 20% dos de 15-16, respectivamente), o que denuncia quer uma procura mais activa quer uma maior partilha entre pares. Ou seja, apesar de uma certa dramatização sobre o contacto com conteúdos pornográficos através da internet, continua a haver outras fontes destes conteúdos, numa cultura crescentemente sexualizada, que também tem as suas manifestações entre a cultura juvenil.

No que diz respeito apenas à internet, a preferência aumenta com a idade, com 64% dos adolescentes com 15-16 anos e 60% dos de 13-14 anos a referir ter a internet como fonte de imagens sexuais. Também em termos de género se detecta um uso maior por parte dos rapazes, tanto entre os mais novos como os mais velhos, com 72% de rapazes de 13 a 16 anos que vêem imagens deste tipo a constituir o maior grupo utilizador deste meio. Sublinhando o que dissemos, entre os mais novos (9-10), apesar de menos frequente, o contacto com imagens sexuais parece involuntário: acontece sobretudo através de *pop-ups* (70%), mas também através de *sites* de jogos e pornográficos (40% em cada); para o grupo de 11-12 anos, os *pop-ups* são referidos por 40%, mas já há uma procura destes conteúdos, com os *sites* pornográficos e de alojamento de vídeos (30% em cada); os mais velhos parecem procurar estas imagens activamente, já que o maior acesso é através de *sites* pornográficos (54% dos jovens com 13-14 anos, e 48%

dos de 15-16), seguidos pelos *pop-ups* para os primeiros e de *sites* de alojamento de vídeos para os segundos. Ainda que com valores residuais, são os jovens de agregados de ESE elevado que mais contactam com imagens sexuais através da internet: (5% dos jovens desse grupo), seguidos pelos jovens de ESE baixo (4%) e médio (2%).

O conteúdo das imagens de cariz sexual com que contactaram foi sobretudo imagens de pessoas nuas (65%) ou a terem relações sexuais (64%), seguido por imagens de genitais (37%) e apenas residualmente de sexo violento (9,8%) (resposta múltipla).

Portugal está entre os países com maior discrepância entre as práticas declaradas de ver imagens sexuais *online* pelos filhos (13%) e admitida pelos pais (4%). Se acrescentarmos a este dado que os pais portugueses assumem um grande desconhecimento sobre esta matéria (43% dos pais de crianças que tiveram esta experiência optam pela resposta ‘Não sei’), e que sobreavaliam o contacto com imagens pornográficas quando se trata de um filho rapaz e subavaliam-no no caso de ser uma filha, completamos um quadro em que o contacto com as imagens sexuais *online* parece ainda ser objecto de tabu nas famílias, o que pode ser complementado com o tipo de apoio social depois da exposição ao risco, como veremos.

Avaliando o dano da experiência de contacto com estas imagens, um quarto das crianças e jovens que viram imagens sexuais através da internet declarou ter-se sentido incomodados depois disso, ou seja, 3% das crianças e jovens inquiridos ficaram incomodados com essas imagens. Como acontece a nível europeu, apesar de serem menos as crianças mais novas que vêem imagens de cariz sexual *online*, são as que têm maior probabilidade de se sentir incomodadas com isso (55% com 11-12 anos, contra apenas 15% com 15-16 anos); também as raparigas parecem sentir-se mais incomodadas do que os rapazes (30% das primeiras contra 19% dos segundos); há maior tendência a que sejam os jovens de ESE médio (23%) ou baixo (25%) a ressentir-se mais do contacto com estas imagens, apesar de, como vimos, serem os de ESE alto os que têm um pouco mais de contacto com elas (destes, 14% dizem-se incomodados).

Quanto ao impacto desse contacto, apenas uma minoria se declara perturbada com a experiência: para a maioria, a perturbação passou imediatamente e apenas três jovens se sentiram perturbados durante alguns dias. Quanto ao modo como lidaram pessoalmente com esta questão, a reacção foi praticamente inexistente, mas metade deles falou com alguém sobre essa experiência, surgindo os amigos como o principal apoio social. Os pais não se constituem como uma figura a quem os jovens recorram em caso de exposição a este risco, o que poderá estar relacionado quer com questões culturais em que a sexualidade é objecto de constrangimento no diálogo entre pais e filhos, quer com o facto de a maioria dos jovens não se ter sentido muito afectada pela experiência.

Mensagens de cariz sexual: ‘sexting’

Esta questão não foi perguntada a crianças de nove e 10 anos, mas apenas aos jovens de 11 a 16 anos. Os resultados portugueses indicam que apenas 3% reportou ter enviado ou colocado *online* mensagens (imagens, fotos, vídeos ou texto) de cariz sexual no último ano e 15% tê-las visto ou recebido, o que coincide com a média europeia. O facto de serem poucos os jovens que declaram terem colocado *online* mensagens deste tipo pode dever-se a uma expectativa social, apesar dos procedimentos da investigação para garantir privacidade e anonimato; mas também pode espelhar o baixo nível de uso, e particularmente de usos em termos de produção de conteúdos, dos jovens portugueses, seguindo, de qualquer forma, o padrão geral de baixo risco.

Se no contexto europeu o contacto com mensagens de cariz sexual, sob a forma de envio ou recepção, se acentua à medida que avançam na adolescência, e se revelam poucas diferenças a nível de género ou de ESE, em Portugal também se verifica o mesmo: menos expressivo entre os de 11-12 anos, é mais de metade dos de 15-16 anos que declara ter tido esta experiência.

Esta tendência varia com os tipos de mensagens: aumenta com a idade para os casos de receber uma mensagem sexual na internet ou ver pessoas a ter relações sexuais na internet, mas tem maior expressão entre os mais novos, de 11-12 anos, quando se trata de ter sido convidado a falar de coisas sexuais na internet ou a ter visto uma mensagem sexual na internet em local de acesso público; quando a ter sido solicitado a mostrar foto ou vídeo das zonas genitais, são os jovens de 13-14 anos que têm maior expressão. Ainda que os valores sejam muito baixos, isto indicia que os mais novos têm mais solicitações de outrém para partilharem imagens ou mensagens de cariz sexual, enquanto os adolescentes mais velhos estão sobretudo numa posição de recipientes de mensagens ou imagens desse tipo.

Quanto às formas *online* através das quais estes jovens foram expostos a mensagens de cariz sexual, as mais recorrentes são os serviços de mensagens instantâneas, o *e-mail* e as redes sociais, o que remete para a partilha entre pares. Os *pop-ups* e os *chats* foram também origem deste tipo de imagens para cerca de um em cada cinco jovens que viu estas imagens, enquanto os *sites* de jogos são menos expressivos. Não há um padrão de idade, nem diferenças significativas de género ou ESE.

Quanto ao impacto que esta experiência teve nos jovens, 22% daqueles que tiveram contacto com este tipo de mensagens manifestaram-se incomodados (a média europeia situa-se nos 25%). As raparigas têm maior probabilidade de se sentir incomodadas com a experiência do contacto com mensagens de cariz sexual (41% das que viram estas mensagens vs. 7% dos rapazes); os adolescentes de 13-14 anos são os que mais se incomodam (39%), seguidos pelos mais novos (30%) e os mais velhos incomodam-se muito menos (18%); os jovens de ESE baixo são os mais incomodados pela experiência (33%, para 13% dos de ESE médio e 11% dos de alto) – padrões que se verificam também a nível europeu.

Contudo, a experiência incomodou apenas ligeiramente esses jovens: a maioria, 64%, considera ter ficado um pouco perturbado, 13% bastante e 14% muito perturbado, números pouco expressivos porque referentes a uma baixa incidência. As raparigas e os jovens de famílias de ESE baixo parecem estar entre os que mais ficam perturbados; quanto à idade, os jovens de 15-16 anos são os que mais declaram ter ficado muito perturbados. A perturbação com a experiência das mensagens de cariz sexual tende a ter um efeito não muito prolongado, com 60% dos que se declaram incomodados a dizer que pensou nisso durante alguns dias, e 37% a dizer que o ultrapassaram imediatamente; não houve quem referisse um impacto ao longo de semanas ou meses. São rapazes, jovens entre 11 e 14 anos e sobretudo de ESE alto quem mais se mostra perturbado durante mais tempo (*i.e.*, durante alguns dias) pela experiência.

As estratégias para lidar com o problema passaram sobretudo por o tentar resolver (36%), mas também por uma atitude passiva de ‘esperar que o problema se resolvesse por si próprio’ (18%); cerca de 5% sentiram-se culpados com o que aconteceu e outros 5% tentaram que a outra pessoa o/a deixasse em paz; contudo, mais de um quarto (27%) não fez nada. Quatro em cada cinco jovens falaram com alguém sobre o sucedido, sobretudo com outros jovens: a maioria (76%) falou com amigos; 29% falou com irmãos; os adultos (pais, professores e outros adultos) surgem muito abaixo (12%, 6% e 12%, respectivamente). A maioria (64%) apagou as mensagens que lhes causaram incómodo, enquanto menos foram os que bloquearam a pessoa que lhes enviou essas mensagens (40%) e deixaram de usar a internet durante algum tempo (36%); apenas uma minoria reportou a situação tecnicamente ao ISP (18%) e ainda menos mudaram as configurações de privacidade e contactos (9%).

A posição marginal dos pais e outros adultos ao nível do apoio social quando os jovens encontram esta experiência e se sentem perturbados por ela é consistente com o nível de subestimação que os pais portugueses manifestam em relação ao contacto dos seus filhos com este tipo de mensagens: se 15% dos jovens com 11-16 anos revelam ter visto ou recebido mensagens de cariz sexual, apenas 2% dos pais de jovens com essas idades consideram que o seu filho já teve essa experiência, estando novamente entre os que menos o declaram a nível europeu. Este cenário parece completar o que traçámos relativamente ao da exposição a imagens de cariz sexual, o que poderá estar relacionado com factores culturais (nomeadamente religiosos) vigentes em Portugal e a dificuldade de abordar estes riscos em família.

Bullying

Se, no panorama europeu, ocorre mais *bullying offline* (19%) do que *online* (6%), Portugal é dos países europeus com menor incidência de *bullying online*: embora 9% das crianças e jovens refiram ser vítimas de *bullying*, apenas 2% dizem tê-lo sido através da internet. Como a nível europeu, a frequência do *bullying, online* ou *offline*, é ocasional: 1,3% mais do que uma vez por semana, 1,5% uma

ou duas vezes por mês e 5,1% menos do que mensalmente. As raparigas são mais vítimas de *bullying*, *online* ou *offline*, o fenómeno tende a acontecer mais nos jovens mais velhos e ligeiramente mais nos jovens de ESE baixo. O *bullying* cara-a-cara ocorre mais em jovens mais novos, ao contrário do que acontece através dos telemóveis e da internet. Nestes casos, entre a minoria que declarou ter sofrido algum tipo de *bullying* são os mais velhos que dizem terem sido maltratados por alguém através do telemóvel.

Quanto às formas em que aconteceram práticas de *bullying* na internet, a mais frequente é a dos serviços de mensagens instantâneas, normalmente o *Messenger* (para mais de metade dos casos), seguida pelas redes sociais e *chats*; o e-mail e os *sites* de jogos foram menos expressivos. Estes dados remetem para a ideia de as vítimas serem assediadas por pares ou outras pessoas que estão nas suas redes de contactos habituais.

O conteúdo desta agressão é também variável, ocorrendo sobretudo sob a forma de mensagens maldosas enviadas à vítima (cerca de metade dos casos), mas também com mensagens maldosas sobre si enviadas a terceiros (um em cada três jovens). Entre os pré-adolescentes, surgem formas de exclusão de actividades de grupo, enquanto entre os adolescentes predominam as mensagens enviadas à vítima ou a terceiros, seguidas por ameaças. Isto prefigura um quadro em que o *bullying online* parece aumentar em agressividade à medida que a idade dos adolescentes aumenta.

Olhando para os jovens que admitem terem exercido *bullying* sobre outros, se 12% dos jovens europeus admitem ter exercido esta prática *online* ou *offline*, são cerca de 5% os jovens portugueses que se encontram nesta situação. A prática é sobretudo ocasional e não assume diferenças relevantes em termos de género, nem de idade ou de ESE. Essas práticas ocorrem muito mais cara-a-cara (72%) do que através de telemóveis ou da internet (22% e 4%, respectivamente; resposta múltipla). Através destes meios, são sobretudo os adolescentes mais velhos que o fazem. Além disso, 25% dos agressores foram ou são também vítimas de *bullying* através da internet por outra pessoa, com ligeiramente maior tendência para acontecer entre os jovens de ESE baixo.

O nível de consciencialização dos pais segue o padrão europeu de subestimação, embora em níveis mais aproximados. Entre os pais dos jovens que se declararam vítimas de *bullying online*, apenas 4% reconhece esse facto, enquanto 65% o negam e 30% dizem desconhecer a situação, encontrando-se entre os que, a nível europeu, menor reconhecimento e maior desconhecimento revelam nesta matéria.

Quanto ao impacto do *bullying* nas vítimas, metade reportou ter-se sentido um pouco incomodadas, 24% bastante incomodadas e 20% nada incomodadas; apenas 7% se mostraram muito incomodadas. Os jovens de ESE mais baixo tendem a ficar mais perturbados por esta experiência. Essa sensação de incómodo ou perturbação parece ser ultrapassada imediatamente por 40%, enquanto 35% dizem ter-se sentido assim durante alguns dias. Esse impacto parece aumentar nos

adolescentes mais velhos, nas raparigas e nos jovens de ESE baixo, o que coincide com a percepção dos pais.

Estas vítimas lidaram com o risco de formas diferentes: uma em cada três não tomou qualquer acção, um número semelhante tentou resolvê-lo, um em cada cinco esperou que o problema desaparecesse por si e um em cada sete ficou com sentimento de culpa. Três em cada quatro jovens falaram com alguém sobre o que aconteceu, surgindo a figura do amigo novamente em destaque, com 59%, seguido pelos pais (15%) e pelos irmãos (12%); o professor aparece de forma residual (4%). A reacção das jovens vítimas é sobretudo apagar as mensagens (54%), bloquear o agressor (50%) ou deixar de utilizar a internet por uns tempos (21%), mas menos a de mudar as definições de privacidade ou de contactos (8%) e nenhuma vítima recorre ao botão de relato de abusos. Parece, assim, limitada a capacidade, quer social quer técnica, das vítimas de *bullying* para pôr termo a uma situação que lhes é lesiva.

Encontros com pessoas conhecidas *online*

Conhecer pessoas através da internet é uma das situações em que a fronteira entre risco e oportunidade se torna mais difícil de traçar: se, por um lado, a internet pode servir para aproximar jovens e pessoas com os mesmos interesses (como antes acontecia com os amigos por correspondência), ou até dar a conhecer amigos e possíveis namoradas ou namorados, por outro, pode expor as crianças e jovens ao risco de serem abordadas por alguém com intenções maldosas e cujo contacto pode resultar em dano, físico e/ou psicológico. Como comenta um rapaz de 13 anos quando questionado sobre que tipo de riscos considerava existirem para as pessoas da sua idade:

«Os *chat* [sic] com pessoas desconhecidas são um enorme erro por parte dos jovens da minha idade, isto pode prejudicar pois não sabemos a intenção das pessoas, conversamos com elas, tanto podem tornar-se em grandes amigos como provocar coisas desagradáveis nas nossas vidas» (rapaz, 13)

As crianças e jovens portugueses estão entre os que menos declaram que se envolvem no contacto com pessoas desconhecidas *online* (16%, contra média europeia de 30%) e se encontraram presencialmente com alguém que conheceram primeiro *online* (5%, contra 9% a nível europeu), no pólo oposto de países do Báltico, Estónia, Lituânia e Suécia.

Entre os 16% que conhecem pessoas através da internet, estão sobretudo os mais velhos, ligeiramente mais raparigas e ligeiramente mais jovens de ESE baixo. Embora haja poucas diferenças de ESE nos contactos *online*, os encontros *offline* são sobretudo empreendidos por jovens de famílias de ESE mais baixo (33%, descendo para 26% nas de ESE alto e 21%, de médio) e por raparigas (32%, contra 26% dos rapazes).

Além de residual (estamos a falar de 22 respondentes em mil), esta parece ser uma prática pontual: a maioria dos que se encontraram *offline* com pessoas que conheceram *online* encontrou-se com uma ou duas pessoas no último ano. Os jovens que conheceram cinco ou mais pessoas nesse período foram mais raparigas, jovens entre 11 e 14 anos e de ESE médio e baixo. Este retrato pode estar relacionado com o facto de os encontros terem expectativas de relacionamentos amorosos, na adolescência. Por outro lado, o facto de existir nas diversas faixas etárias pode denunciar as diferentes idades de iniciação na internet entre a amostra, ou seja, vai-se tornando uma prática que é acessível a crianças mais novas, mas que também pode ir perdendo interesse para os adolescentes à medida que crescem.

A maioria (dois em cada três) dos jovens que tiveram encontros desta natureza diz ter conhecido pessoas que eram amigas ou familiares de alguém que já conheciam pessoalmente, enquanto um terço conheceu uma pessoa completamente desconhecida do seu círculo social (resposta múltipla). Os encontros com pessoas relacionadas com alguém que já conheciam atraem ligeiramente mais as raparigas, os mais velhos e os jovens de ESE alto. Os encontros com pessoas sem ligação à sua esfera social são mais populares entre rapazes, adolescentes de 13-14 anos e jovens de ESE médio e baixo. Este padrão pode prenunciar uma maior cautela por parte das raparigas, jovens mais velhos e jovens de famílias mais favorecidas e colocar em maior vulnerabilidade o primeiro grupo, que é também o que se encontrou com mais pessoas.

Em termos do modo como o contacto foi iniciado através da internet, as formas mais comuns foi o *e-mail* (42%) e as redes sociais (36%). Os *sites* de jogos e *chats* parecem levar menos a encontros *offline* (8% e 5% deste grupo). As redes sociais parecem mais populares entre os adolescentes mais velhos e o *e-mail*, entre os de 11-12 anos.

Cerca de 15% dos jovens que declararam ter-se encontrado com pessoas que conheceram *online* sentiram-se incomodados por essa experiência: sobretudo raparigas, crianças mais novas e jovens de ESE médio. Entre os que se declararam assim, metade conhecera uma pessoa da sua idade. A maioria (três em cada quatro) fora acompanhado para o encontro, sobretudo por uma pessoa da sua idade; nenhum referiu ter levado um adulto. O incómodo da experiência teve sobretudo que ver com o facto de a outra pessoa ter dito coisas ofensivas (três casos) e um caso de ofensa sexual, mas dois casos preferem não dizer a causa.

A maioria (cinco entre os seis casos) falou com alguém sobre a experiência, sobretudo com pessoas da sua idade, mas dois também falaram com um adulto ou um jovem mais velho (resposta múltipla).

Este retrato parece indicar que entre as raparigas e os jovens de ESE mais baixo é mais comum que se marquem encontros com pessoas que se conheceram inicialmente através da internet, embora se façam acompanhar de amigos para esses encontros. Além de menos frequentes, os encontros de jovens rapazes de ESE mais alto têm menos probabilidade de resultar em dano.

Conteúdos nocivos e abuso de informação pessoal

Debruçamo-nos ainda sobre o contacto dos jovens portugueses (11-16 anos) com conteúdos potencialmente nocivos criados por utilizadores e abuso de informação pessoal. Em ambos os casos, seguindo o padrão que temos vindo a observar até aqui, Portugal demonstra uma menor incidência destes riscos: 15% dos jovens com 11-16 anos declarou ter visto conteúdos daquele tipo no último ano (contra uma média europeia de 21%) e 6% confessou-se vítima de abuso de informação pessoal (a média europeia situa-se nos 9%).

O contacto com conteúdos potencialmente nocivos gerados por utilizadores ocorre mais entre os adolescentes mais velhos (19% dos jovens com 14-16, contra apenas 11% dos de 11-13 anos) e entre as raparigas, que têm mais representação nos vários tipos de conteúdos. Assim, os *sites* mais vistos são os de promoção de anorexia e bulimia, seguido por *sites* que incentivam a auto-mutilação; os conteúdos com mensagens de ódio a certos grupos ou indivíduos e de consumo de drogas são menos expressivos e as mensagens de promoção do suicídio são praticamente marginais. Em termos de ESE, as diferenças são pouco significativas, mas há uma ligeira predominância de jovens de famílias mais favorecidas entre os que mais vêem conteúdos pró-anorexia e bulimia.

A mesma tendência ocorre relativamente aos jovens que experienciaram abuso de informação pessoal: são sobretudo as raparigas, os jovens de ESE mais baixo e (ao contrário de outros riscos anteriores) adolescentes mais velhos; novamente, as raparigas a partir dos 13 anos estão entre o grupo mais representado entre as vítimas deste risco. É esse o caso da experiência de ter sido usada a sua palavra-passe para aceder a informações pessoais ou para se fazer passar pela pessoa, que ocorreu a 4% dos jovens com 11 a 16 anos; e da utilização abusiva da sua informação pessoal por outrem, de uma forma que os jovens não gostaram, que aconteceu a 3% deste grupo. Os jovens portugueses que perderam dinheiro ou foram vítima de fraude na internet, apesar do número pouco expressivo de 4%, ultrapassam a média europeia sobretudo por contributo dos mais novos. Assim, os jovens mais velhos, com outro tipo de utilizações ao nível das redes sociais e dos serviços de mensagens instantâneas, podem incorrer mais naqueles tipos de riscos, enquanto os jovens mais novos, ainda que com usos mais estritos, podem mais facilmente ser vítimas de fraude. Estes dados devem ser vistos em coordenação com as capacidades para controlar as definições de privacidade nos perfis de redes sociais (por exemplo, 7% dos jovens portugueses disponibiliza a sua morada ou número de telefone).

Conclusões e recomendações: o futuro é agora

O projecto *EU Kids Online* empenha-se em extrair recomendações específicas para a acção e políticas públicas a partir dos resultados encontrados. Algumas das recomendações a nível europeu podem ser encontradas em relatórios com recomendações, que foram discutidas com *stakeholders* de todos os países participantes e acessíveis no *site* do projecto, em www.eukidsonline.net.

Portugal manifesta algumas especificidades: por um lado, a adopção da internet é mais recente do que noutros países europeus, tendo vindo a idade de acesso pelas crianças a baixar nos últimos anos e prevendo-se que tal continue a acontecer; por outro lado, e associada a isto, a incidência de riscos é das mais baixas entre os países europeus inquiridos. Assim, o desafio parece ser o de equilibrar o acesso tendencialmente mais frequente e de utilizadores mais novos com o uso seguro da internet, ao mesmo tempo que se promovem as oportunidades desse uso e se desenvolvem as competências que suportem essas oportunidades. Se os dados indicam a tendência para que o risco cresça à medida que os jovens avançam na adolescência e também fazem utilizações mais variadas da internet, pode considerar-se que os riscos crescem ao mesmo nível das oportunidades. Assim, a exposição ao risco pode até constituir uma forma de levar o jovem a lidar com esse risco e construir mais confiança na sua utilização da internet. O caminho é o da capacitação dos pequenos utilizadores da internet e não a sua excessiva protecção, que os privaria das oportunidades, estratégia cada vez mais insustentável com a crescente mobilidade dos equipamentos e dos acessos.

Os mais novos, apesar de terem uma utilização um pouco mais limitada da internet, são os que se sentem mais afectados pelos riscos que encontram. Este facto, bem como a tendência para que a idade da primeira utilização da internet seja cada vez menor à medida que o país tem cada vez maior penetração desta tecnologia, torna premente uma maior atenção das políticas aos utilizadores mais novos. Nomeadamente, deve encorajar-se um maior acompanhamento por parte das famílias, que passe tanto pelo manejo de dispositivos técnicos que tornem a experiência da navegação mais segura e confiante, como por um diálogo e uma consciencialização sobre os possíveis riscos. Também importa uma publicitação dos agentes profissionais e dos mecanismos de intervenção e apoio em caso de risco e dano. No apoio às famílias deverão estar as escolas, mencionadas como importante fonte de mediação tanto por jovens como por pelos pais. Contudo, as escolas parecem também necessitar de capacitação para se constituírem como agentes confiáveis para os jovens em caso de riscos. A segurança na internet merece, assim, uma inclusão nos currículos escolares em todos os níveis de ensino, e também um maior investimento ao nível da preparação de todos os agentes da escola: não basta ter professores formados se os funcionários que lidam com os acessos de crianças à internet só souberem controlar o tempo em que estas o fazem.

Estas recomendações assumem especial importância entre os jovens de ESE mais baixo, que parecem ficar mais perturbados com as consequências da exposição a riscos, apesar de a sua utilização ser mais limitada. Ainda que o acesso à internet esteja mais democratizado, este grupo reclama maior intervenção e acompanhamento que compense a desigualdade que existe em termos de acesso por parte dos pais. Isto torna premente uma maior capacitação de técnicos de acção social que lidam com jovens, bem como de técnicos de acesso à internet, como bibliotecários. O facto de se encontrarem, alguns deles, em situações liminares

de risco em outras esferas das suas vidas não deve diminuir, mas pelo contrário reforçar, a perspectiva sobre o risco em que podem incorrer através da internet, que pode contribuir para estender e agravar outros tipos de vulnerabilidade.

Assim, incentiva-se a autonomia dos jovens ao longo do seu avanço na experiência da utilização da internet, estratégia que passa pelo diálogo entre famílias sobre questões como onde se acede à internet ou os tempos de utilização; passa também pelo reforço de competências técnicas, relativamente a filtros, botões de reportar abusos ou guardar mensagens ofensivas que possam constituir prova e passa ainda pela publicitação do apoio social, não só das linhas de ajuda, mas também do apoio imediato de pais, pares, professores, técnicos de acção social. A segurança das crianças na internet concerne a toda a comunidade.

REFLECTINDO SOBRE RISCOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO TERRENO

Teresa Montano e Alexandra Simões

A participação da Comissão Nacional para a Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR)⁴⁴ e do Instituto de Apoio à Criança (IAC)⁴⁵ no Conselho Consultivo da equipa portuguesa do Projecto *EU Kids Online* tem-se revelado fundamental para o conhecimento de aspectos centrais no que toca à segurança das crianças no mundo da internet, dando-nos importantes pistas para a prevenção de potenciais riscos e perigos e para a promoção da sua utilização segura. Relativamente aos dados nacionais deste projecto europeu, aprez-nos salientar alguns dos seus resultados positivos, nomeadamente no que diz respeito à menor incidência de risco nas nossas crianças relativamente à média europeia, às competências técnicas dos nossos jovens, acima dessa média, à maior autonomia e novas oportunidades que os jovens podem ter através da utilização segura da internet e da boa gestão dos próprios riscos.

Contudo, para a CNPCJR e para o IAC, os dados obtidos alertam para algumas áreas de eventuais riscos e perigos para as crianças e os jovens, que poderiam beneficiar, num futuro próximo, de maior reflexão, aprofundamento e investigação. Vejamos então.

Pornografia, imagens e mensagens de cariz sexual

Os dados nacionais do projecto europeu indicam que, recordemos: actualmente o acesso a estas imagens e conteúdos está muito facilitado pelos vários meios de comunicação (ex: telemóvel, *smartphones*); a maioria das crianças e jovens (64%), apesar de se sentirem perturbados com essa experiência, não recorre às estratégias que asseguram maior eficácia na eliminação da situação e na sua própria segurança, nomeadamente, bloquear a pessoa que enviou a mensagem, reportar a situação tecnicamente ao ISP e alterar as configurações de privacidade; existe uma tendência para o aumento de consumo deste tipo de imagens com a idade do jovem e com o estatuto sócio económico (ESE), podendo essa relação reflectir, ou não, alguns sinais de possível dependência ou futura dependência no

⁴⁴ www.cnpcjr.pt.

⁴⁵ www.iacrianca.pt.

consumo da internet; alguns jovens (5%) sentem-se culpados e 27% não fez nada relativamente ao seu “mal-estar”.

Estes resultados alertam para a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre as crianças e jovens que parecem ser mais vulneráveis, designadamente pelo seu próprio estatuto socio económico. Por outro lado, o facto de serem os jovens de ESE mais baixo, as raparigas e os mais novos os que têm maior probabilidade de sofrer danos com riscos *online* chama a atenção para factores de vulnerabilidade específicos associados a estas variáveis e para a necessidade de esses factores serem integrados no desenho e planeamento de programas de prevenção, em vários contextos, para esses grupos específicos e respectivas famílias, bem como integrados em acções de formação para os profissionais de intervenção social que trabalhem com estas populações. A utilização, por estas crianças e jovens, de diferentes meios tecnológicos de comunicação (redes sociais/jogos/*chats*/SMS, etc.) requereria compreender se os riscos são, ou não, diferentes de acordo com os meios utilizados e se os impactos das situações de perigo se revelam igualmente distintos.

Os dados referidos remetem ainda para a necessidade de se reflectir sobre o tipo de informação e de formação que estas crianças e jovens receberam relativamente à utilização segura da internet e sobre a supervisão e monitorização das suas actividades pelos adultos mais próximos.

De facto, os resultados europeus, ao evidenciarem que os jovens, apesar de terem mais competências técnicas, não dominam aquelas que têm directamente a ver com a sua segurança na internet ao nível da sua privacidade e dos seus contactos, reforçam não só a pertinência da supervisão mas também da responsabilidade das empresas, e da necessidade de se garantir a efectiva concretização dos documentos sobre segurança nas redes sociais, assinados no Dia da Internet Segura, em 2010⁴⁶. A este respeito, parece ser necessária, e cada vez mais, a responsabilização das empresas pela promoção da segurança das crianças garantindo, de imediato, os seus perfis como privados e os seus relatos de abuso como de tratamento urgente.

Sabe-se também que a supervisão e monitorização desejáveis para uma utilização segura da internet só serão válidas até uma certa faixa etária, o que interpela qualquer adulto relativamente ao que pode e de que forma deve transmitir até essa fase de maior autonomia, de modo a que a criança fique suficientemente capacitada para se defender com eficácia dos perigos que se lhe possam deparar na utilização da internet. A este respeito, como sugestão refram-se as formas como habitualmente as crianças são preparadas noutras áreas da sua vida, como a segurança rodoviária.

Numa perspectiva sistémica e ecológica, os aspectos referidos chamam ainda a atenção para questões de outra natureza, igualmente importantes e, possivelmente, interligadas ou associadas à segurança na internet: a comunicação

⁴⁶ Documento Principles for Safer Social Networking, Ver em http://ec.europa.eu/information_society/activities/social_networking/docs/sn_principles.pdf.

intra-familiar, o tempo de qualidade dispendido pelos pais com as suas crianças, a conciliação da vida familiar com a vida profissional, os rituais familiares, os valores e princípios éticos transmitidos nas interações entre pais e filhos. Todas estas dimensões da vida familiar beneficiariam de aprofundamento nos seus eventuais *links* com uma utilização (mais ou menos) segura da internet pelas crianças e jovens. Não obstante a necessidade destes conhecimentos, os dados obtidos, por si só, parecem alertar para a necessidade de políticas que promovam uma parentalidade positiva, que fomentará certamente as condições necessárias para uma infância e adolescência mais seguras no mundo real bem como no virtual.

Especificamente no que diz respeito às imagens de cariz sexual e atendendo à sua notória banalização na sociedade actual, os resultados nacionais não são surpreendentes. A maior parte dos anúncios na televisão, em especial os *videoclips* que preenchem qualquer canal de música destinado a jovens, e filmes e telenovelas que diariamente “entram” nas nossas casas são exemplos dessa banalização e contribuirão possivelmente para explicar os dados obtidos.

A Psicologia do Desenvolvimento ajuda, em parte, a compreender melhor a curiosidade e o aumento de consumo deste tipo imagens. A curiosidade sexual faz parte de qualquer etapa do desenvolvimento infantil, manifestando-se de diferentes formas de acordo com a fase de desenvolvimento, atingindo o seu exponencial na adolescência. Os resultados do estudo reflectem, estamos em crer, essas mesmas etapas do desenvolvimento. Se nos mais pequenos, estas imagens surgem inadvertidamente sob a forma de *pop ups* e lhes causam perturbação (uma vez que o seu aparelho psíquico não possui ainda os mecanismos de defesa necessários), a procura por essas mesmas imagens vai aumentando proporcionalmente com a idade, e a internet é apenas mais um meio, fácil, atractivo, acessível e dinâmico.

Por outro lado, os dados nacionais, ao evidenciarem a perturbação que essas imagens originam na maioria das crianças e jovens (64%) e a sua impotência para as bloquear ou eliminar, salientam, mais uma vez, a necessidade de promover medidas ao nível da formação, supervisão e segurança das crianças e jovens na utilização da internet.

Um dos aspectos inquietantes revelados pelos resultados portugueses prende-se com a discrepância entre as práticas declaradas por parte dos pais e a sua incapacidade em “filtrar” essas imagens e que mereceria, em nossa opinião, maior reflexão e aprofundamento. Refira-se que para esta situação poderá contribuir a iliteracia digital, que espelha a iliteracia alfanumérica que caracteriza Portugal, especialmente se atendermos aos dados da PORDATA⁴⁷ que apontam, ainda hoje, para 10% da população portuguesa como analfabeta e 29% detentora do 1º ciclo de ensino básico, ou seja, a antiga 4ª classe. São resultados reveladores da necessidade e urgência de informação e de formação de todos os agentes de educação, quer professores, quer pais e famílias.

⁴⁷ www.pordata.pt.

Bullying

Com base na experiência nacional do IAC, nomeadamente ao nível do número das solicitações recebidas na Linha SOS Criança (116 111 grátis), do trabalho desenvolvido no âmbito da Mediação Escolar e do trabalho nas comunidades e bairros, os resultados nacionais sobre este risco parecem estar subvalorizados. Também o número de sinalizações por parte das escolas às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJR) relativamente a casos de *bullying* parece apontar no sentido dessa subavaliação. Recorde-se, ainda, a este respeito, o caso do jovem de 14 anos falecido em 2010, vítima de *bullying* ou a recente discussão parlamentar sobre a criminalização deste comportamento face aos distintos acontecimentos que tiveram lugar em diferentes estabelecimentos escolares do país.

Os resultados do presente estudo, ao salientarem 25% dos agressores como tendo sido ou serem vítimas de *bullying* parecem, pelas razões apontadas, não espelhar a real dimensão da situação, pelo que urge o seu diagnóstico preciso. Para que tal seja viável, torna-se necessário a adopção de medidas e estratégias como a definição de uma tipologia homogénea de situações de perigo consideradas como *bullying*, bem como a construção de indicadores precisos, que discriminem ao nível de todas as entidades responsáveis pela protecção das crianças, quer em Portugal, quer a nível europeu, as situações de perigo de que são vítimas pela utilização não segura da internet através dos vários meios tecnológicos utilizados (telemóveis, *smartphones*), o que no futuro facilitaria a comparação de dados a nível europeu.

Os dados apresentados realçam ainda a importância de programas e de estratégias de prevenção do *bullying* e o seu desconhecimento por parte dos pais e famílias portuguesas, o que por sua vez alerta para a importância da (in) formação e educação dos pais e familiares nestas matérias. Por outro lado, e tendo em conta a gravidade de algumas situações nacionais ocorridas e a necessidade da sua detecção precoce, a formação nestas novas matérias por parte de todos os profissionais que trabalham com crianças e jovens, designadamente entidades escolares, surge como imperativa no panorama nacional.

Nesta linha de pensamento e a este nível, urge criar e divulgar respostas e espaços físicos e emocionais especificamente destinados a crianças e jovens, para poder falar em segurança sobre o seu processo de “vitimização” ou simplesmente expor as dúvidas ou questões que as assaltam. Também as famílias e todos os agentes da comunidade escolar devem ser alvo de atenção e formação específica, para que as situações possam ser entendidas e contextualizadas e as questões surgidas possam obter respostas orquestradas e planeadas.

Relativamente aos agressores e vítimas, os dados suscitam curiosidade aliada à necessidade de se identificarem os factores de risco e os factores protectores destas crianças e jovens e das suas famílias, o que contribuiria, em muito, para ajudar a delinear intervenções preventivas mais eficazes.

Encontros *offline* com pessoas conhecidas *online*

À semelhança dos dados relativos ao *bullying*, parece existir a este nível uma subvalorização do fenómeno, o que pode estar, eventualmente, associado ao efeito de “respostas socialmente desejáveis”.

O IAC, por ser responsável pela operacionalização das linhas *SOS Criança* (116 111) e *SOS Criança Desaparecida* (116 000) - linhas telefónicas anónimas e gratuitas, disponíveis no território nacional desde 1988 e 2004, respectivamente - possui estatísticas anuais relativas aos contactos telefónicos recebidos e aos casos acompanhados. Esses dados estatísticos revelam novos casos onde a internet e os “amigos virtuais” ocupam um lugar de destaque gradual. Revelam ainda uma tendência crescente relativamente aos casos de crianças e jovens que fogem de casa ou da instituição em que se encontram acolhidas, para irem ao encontro do seu “príncipe encantado” ou da “grande oportunidade” de realizarem o seu sonho de serem artistas, modelos ou, simplesmente, para “viver a aventura”.

Tendo em conta a natureza e especificidades das características destes encontros (natureza *secreta*, desafio, aventura), bem como a fase de desenvolvimento em que mais frequentemente ocorrem, na pré-adolescência e adolescência, os dados parecem não espelhar a realidade, colocando-se a hipótese de muitas outras situações idênticas não terem sido e/ou não serem ainda relatadas e/ou denunciadas.

Apesar de a maioria destas situações ter um final mais ou menos feliz e sem “cicatrizes” de maior, os casos de vítimas que se recusam a denunciar o abusador/agressor com quem se cruzaram alertam-nos, por si só, não apenas para a necessidade de um estudo mais aprofundado e de um maior conhecimento sobre estas situações, nomeadamente no que diz respeito ao perfil destas crianças e suas famílias, mas também para a necessidade de medidas e estratégias para a sua prevenção.

Os dados nacionais do estudo, ao evidenciarem os jovens de ESE mais baixo e as raparigas como sendo quem tem maior probabilidade de sofrer danos com os riscos *online*, coincidem com os do IAC relativamente ao perfil das crianças e jovens em fuga (maior categoria nacional no fenómeno das Crianças Desaparecidas) e reforçam a nossa atenção sobre a importância da prevenção primária destas situações e da necessidade do conhecimento destas famílias.

Por outro lado, também nos indicam que os jovens falam mais com os amigos do que com os pais sobre as questões e “contratempos” com que se deparam na internet. Este aspecto, associado à crescente necessidade de privacidade inerente à fase da adolescência, permite colocar a hipótese sobre a eventual subvalorização das respostas obtidas e a possibilidade de terem existido respostas socialmente “adequadas” e desejáveis.

De novo, os dados nacionais evidenciam o desconhecimento por parte dos pais portugueses relativamente a este tipo de actividades dos seus filhos, promovendo a necessidade de um maior conhecimento destes jovens, para além de outros aspectos já mencionados, relativamente aos objectivos, expectativas e

benefícios que pretendem obter destes encontros, apesar dos riscos e eventuais perigos a que podem ficar sujeitos.

Assim sendo, e à semelhança do que foi referido para o *bullying*, para além de formação específica nesta área para diferentes grupos-alvo, seria igualmente importante uma definição estabilizada e homogénea do conceito, a criação de uma terminologia e de indicadores comuns a todas as entidades com responsabilidades na área da protecção à infância e juventude, bem como o cruzamento de dados com entidades policiais e judiciárias de forma a obter-se um “retrato” próximo desta realidade, ainda enublada pelas lentes do desconhecimento e pelo embaraço e vergonha de quem é vítima.

INTERNET E SENTIMENTOS DE INSEGURANÇA

Jorge Duque

A Polícia Judiciária, ao participar com diversos parceiros na promoção da literacia digital (que agradece ao Projecto *EU Kids Online* e à sua equipa em Portugal), procura contribuir, como lhe compete, para a promoção não só do uso seguro da internet como dos Direitos Humanos. É mais uma via a explorar para a qual as instituições e sociedade civil têm que congregiar esforços.

Da apresentação dos resultados deste Projecto, infere-se que a internet tem sido incorporada no quotidiano dos cidadãos, sobretudo dos mais jovens, e de diferentes níveis sócio-económicos que se associam conforme os interesses. A rede criou novas e surpreendentes possibilidades para o internauta comunicar, estudar, jogar, educar, relacionar-se e aceder agilmente a informações variadas, tornando-se por vezes vítima ou autor de ilícitos criminais.

Contudo, se, em tempos idos, as comunicações não serviam mais do que para trocar informação de uma forma rápida, hoje o que circula no canal das comunicações é algo mais, que transformou não só a forma de comunicar como a forma de as pessoas interagirem entre si.

A informação com toda a complexidade que hoje encerra adquiriu uma nova dimensão, a de ser possível adicionar-lhe som, imagem, dados ou programas, podendo, por força do seu conteúdo, tornar-se bastante prejudicial. Os dados transmitidos já não são só informação de consumo, são programas (para o bem ou para o mal), incluem conteúdos criminosos, dados que violam direitos, uns da personalidade, outros comerciais e até autorais.

Assim, quando alguém se liga ao mundo virtual, no conforto de sua casa, protegido por uma porta blindada e a coberto de uma identidade fictícia, e explora à razão de um clique as virtudes e potencialidades da internet esta transforma-se numa “arma” tecnologicamente avançada, passível de ser utilizada para uma ampla actividade criminógena, protegida por leis que lhe conferem o direito à privacidade no seu domicílio e ao sigilo das suas comunicações.

É também claro que a internet é um espaço onde a vida acontece e onde os mais novos se confrontam no seu dia-a-dia, no retiro do seu quarto, com imagens, vídeos ou informação negativa para a qual não estão preparados.

Importa, como novo espaço público e para que as suas potencialidades sejam aproveitadas, promover não só o uso seguro da internet, como também

o reconhecimento dos direitos de todos quantos navegam. Importa, ainda, questionar se os pais costumam abordar com os filhos essa realidade.

A internet não pode ser identificada como um espaço sem lei, e onde “tudo vale e ninguém me encontra”, porque se está a coberto do domicílio, de um *cybercafé* ou de uma empresa.

A delinquência emergente no espaço das tecnologias da sociedade da informação e a sua repercussão universal são uma realidade que tem conduzido à produção de diversos estudos sobre os fenómenos que assomam do uso de novos meios de comunicação e informação em rede, à produção de diplomas legais e a recomendações com vista a minimizar as consequências no mundo real dos actos cometidos no mundo virtual.

Após a transposição da Resolução nº 9 (1989) do Conselho da Europa que deu origem à lei da criminalidade informática, diversos casos se sucederam, num crescendo até aos dias de hoje, com maiores ou menores repercussões, uns praticados por jovens, outros com recurso ao seu *know-how*, em resultado da sua aptidão para explorar as novas tecnologias e dos estudos nas universidades técnicas.

O advento do computador associado às novas formas de comunicar e ao multimédia passou, deste modo, a permitir novos crimes e novas formas de cometimento de velhos crimes.

Por outro lado, as tecnologias de informação deslocizaram o agressor e as vítimas e vieram dar uma nova dimensão à criminalidade. O potencial de vítimas é agora à escala global e a chantagem nos crimes sexuais já não reside só no segredo do acto: ganhou expressão na prova do crime. Tem que haver consciência de que as imagens de cariz sexual, uma vez na internet, se perpetuam no tempo, para gozo de pedófilos e outros, e a todo o tempo podem ser reavivadas junto da comunidade onde a vítima reside ou refez a vida.

É, portanto, muito importante que os pais, educadores e professores estejam conscientes desse processo para que possam intervir e proteger de facto a criança, antes que ela seja vítima (de abuso sexual mesmo que *online*), autor de um crime (devassa da vida privada, dano informático, etc.), ou de que a família também o seja em consequência do uso do mesmo computador por parte de vários elementos.

Os pais precisam de se familiarizar com os computadores e a internet, para monitorizar o acesso à rede e o contacto pela *web*, especialmente se o computador pertence a uma criança com menos de 12 anos de idade ou está mais no quarto dela do que acessível a toda a família. Evidentemente, não é apenas a tecnologia da internet fixa que coloca o jovem ou a criança em risco mas também o aumento das novas tecnologias móveis – como os telemóveis 3G.

A percepção dessa realidade também aliciou um conjunto de novos indivíduos, conhecedores ou não das tecnologias da informação e da comunicação, para a prática de actos ilícitos (clássicos ou novos) como seja a exploração e comercialização daquilo que a internet trouxe de mais negativo – a pornografia de menores.

Contudo, os jovens delinquentes predominam em determinado tipo de crimes como sejam os acessos ilegítimos, a violação dos direitos de autor ou, mais recentemente, crimes de devassa da vida privada, fotografias ilícitas, ameaças ou difamação e injúrias via internet, mas dos quais os jovens (nomeadamente do sexo feminino) também são vítimas. Este panorama não é muito diferente de outras realidades europeias.

Neste domínio criminal, apesar de nem sempre estar presente a vertente organizada do crime, o facto é que os custos sociais e monetários envolvidos são, em termos absolutos e em cada ano, consideráveis. Trata-se de uma criminalidade que mina a própria “sociedade da informação” e aquilo que dela mais se espera: o desenvolvimento económico e cultural e uma forma de combate exclusão social.

No entanto, surge com frequência como justificativo dos actos o arquétipo clássico nesta área, o jovem *hacker*⁴⁸ que testa os seus conhecimentos, fazendo-o sem consciência de estar a praticar um ilícito. O que nos leva a equacionar: que delinquente é este, quais os seus valores e motivações, de que meio provém e se desenvolveu aptidões para a prática do crime devido ao meio e/ou se teve oportunidades para o cometimento de tais crimes?

Avaliemos, pois, da importância que os jovens dão às tecnologias de informação e comunicação nos dias de hoje, através de alguns dados extraídos do Projecto *EU Kids Online*, referentes ao inquérito de 25.142 crianças entre os nove e 16 anos de idade realizado no ano 2010, em 25 países europeus.

Aí é possível verificar, entre vários dados, que o uso da internet está totalmente integrado na vida quotidiana das crianças: 93% dos utilizadores dos nove aos 16 anos acedem pelo menos uma vez por semana (60% usam todos os dias ou quase todos os dias). A internet é mais usada em casa (87%), ou seja, num reduto que pensam ser seguro ou que lhes oferece segurança para praticar actos ilícitos⁴⁹, seguindo-se a escola (63%). As crianças e jovens portugueses estão entre as crianças europeias que acedem mais à internet nos seus quartos (67%) do que noutros lugares da casa (26%), uma diferença mais acentuada do que a média europeia (respectivamente 49 e 38%).

Mas o acesso à internet está a diversificar-se.

Por outro lado, as crianças têm muitas actividades *online* potencialmente benéficas: as crianças dos nove aos 16 anos usam a internet para o trabalho escolar (85%); jogam (83%); vêem *clips* de vídeo (76%); e trocam mensagens instantâneas

⁴⁸ *Hacker* – indivíduo que comete ilícitos com recurso a meios informáticos ou em sentido mais lato indivíduo capaz e disponível para penetrar, explorar ou contornar barreiras de segurança para atingir um qualquer fim.

⁴⁹ Estima-se pelos dados da Polícia Judiciária, entidade com competência reservada para a investigação da criminalidade informática, que cerca de 80% dos actos ilícitos sejam praticados a partir do domicílio, com tendência para um aumento a nível de actos praticados a partir de *cybercafés* e da rua, dada a mobilidade a nível comunicacional.

(62%). São menos as que publicam imagens (39%) ou que partilham mensagens (31%), as que usam uma webcam (31%), sites de partilha de ficheiros (16%) ou blogues (11%). No entanto, 59% das crianças e jovens têm um perfil numa rede social. Destas, 34% tem até 10 contactos e 25%, até 50. Entre os jovens utilizadores de redes sociais, 59% tem o perfil público, enquanto 7% partilham a morada ou número de telefone (estão entre os que menos o fazem em comparação com as crianças europeias).

Quanto mais as crianças e jovens de um país usam a internet todos os dias, mais dizem já ter encontrado um ou mais riscos. Portugal é um dos países com menor incidência de riscos, abaixo da média europeia (12%): apenas 7% das crianças e jovens declarou já se ter deparado com riscos como pornografia, *bullying*, mensagens de cariz sexual, contacto com desconhecidos, encontros *offline* com contactos *online*, conteúdo potencialmente nocivo gerado por utilizadores e abuso de dados pessoais.

Daí que se pergunte: como é que Portugal está no quadro inferior nas oportunidades e riscos, quando é um dos países onde mais crianças e jovens declaram já ter sentido bastantes vezes que estavam a fazer um uso excessivo da internet? Será que os jovens portugueses se dedicam aos jogos e programas de comunicação e que estes reduzem esses riscos e oportunidades?

Mas Portugal é simultaneamente o país da Europa em que o nível de consciencialização do risco por parte dos pais é menor e em que é maior o desconhecimento do risco. Donde, importa promover uma maior consciencialização pública, confiança e facilidade de uso, como também uma maior atenção para com os jovens que ficam incomodados ou perturbados com determinados actos de que foram vítimas de modo a minimizar traumas.

Na década passada, o perfil destes jovens era o de um jovem acima dos 14 anos de idade, do sexo masculino, estudante, introvertido, arrogante ou agressivo, com conhecimentos de informática, sem antecedentes criminais e proveniente da classe média⁵⁰. Hoje, constata-se (através da mesma fonte) que o perfil se alterou

⁵⁰ Recorrendo à Psicologia, autores como Ventura (1998) caracterizam os jovens urbanos, socializados, oriundos das classes mais favorecidas, diferenciadas e bafejadas, como sendo produto de uma sociedade feroz e implacável em que, paulatinamente, os valores individualistas se foram sobrepondo – com êxito, assinala-se – aos desígnios comunitários. Sociedade em que impera o primado do êxito pessoal e da corrida desenfreada ao sucesso económico, sem limites éticos ou deontológicos, onde a competitividade interpessoal e a intolerância se impõem como impiedosas regras. E, certamente mais grave e preocupante, todos os meios ameaçam ser bons, legítimos e admissíveis para atingir tais desideratos.

Em certa medida, os sentimentos de marginalização e exclusão social – que também vêm prosperando – constituem um subproduto desta realidade, que marca indelevelmente as sociedades contemporâneas, em que não há lugar para os fracos, nem para os vencidos, na batalha pela conquista de um lugar ao sol. Alcançar a realização financeira e o conforto material é um fim em vista que justifica a utilização de todos e quaisquer meios disponíveis.

Por outro lado, à afirmação dos valores económicos e materialistas e, bem assim, da

ligeiramente: o leque de idades foi alargado dos 11 anos de idade em diante, já não são só elementos do sexo masculino, é também possível encontrar reincidentes, e a origem abarca diferentes classes sociais face à penetração da internet e dos telemóveis numa grande maioria de lares onde haja jovens.

A protecção da infância ganhou assim outra dimensão com as tecnologias de comunicação e informação, não só porque estas disponibilizam conteúdos lesivos como propiciam a prática de crimes a partir de qualquer lugar com acesso à internet. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança⁵¹, já quase universalmente reconhecida, refere a necessidade de «favorecer a elaboração de princípios orientadores adequados à protecção da criança contra informação e documentos prejudiciais ao seu bem-estar».

Ficou de igual forma patente que olhar o tema numa perspectiva de prevenção criminal é olhá-lo numa perspectiva de “prevenção social” e obriga a considerar os diferentes intervenientes (vítima, agente criminal, investigador, examinador, Procurador do Ministério Público, cuidadores de crianças e, finalmente, o julgador), o tecido legislativo *local*⁵² e internacional, os meios disponíveis e os desejáveis, a formação dos que assistem os agregados familiares, os que reprimem a criminalidade em causa e também considerar as tendências de política criminal nacional e estrangeira, com principal interesse para a europeia, sem perder de vista as considerações que se podem extrair das várias ciências.

Para o efeito, há que considerar, por parte dos decisores políticos, os estudos científicos como o levado a cabo pela rede europeia *EU Kids Online*, sem perder de vista os estudos das áreas como a criminologia e ciências jurídico-criminais, de forma a serem mais bem decididas políticas de prevenção e legislativas. Da mesma forma que é preciso congrega e coordenar o apoio não só do Estado como preferencialmente dos ISP, companhias que operem com meios de pagamento

competição social, tem correspondido um fenómeno de esbatimento quase completo dos valores humanistas tradicionais. Os valores culturais, designadamente, há muito que foram relegados para plano subalterno, de nada valendo a cultura do mérito que se procurou introduzir e implantar nalguns sectores de actividade juvenil. Não vale a cultura do mérito e muito menos o mérito da cultura. São soberanos e poderosíssimos os ditames da sociedade de consumo e os sentimentos de felicidade e de realização pessoal, dependem, cada vez mais, do poder ou da capacidade de realização financeira. E já houve quem, aludindo à juventude, inaugurasse uma nova patologia: os jovens são apelidados de “psicóticos do consumo”, na sua incessante luta – sem tréguas – para aplacar o desejo, através de objectos substitutos. In “Revisitar a delinquência juvenil: dos factores precipitantes ao sistema sancionatório”, *Temas Penitenciários*, II (1), pp. 55-63.

⁵¹ «Os Estados Partes reconhecem à criança o direito de ser protegida contra a exploração económica ou a sujeição a trabalhos perigosos ou capazes de comprometer a sua educação, prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social» — Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, 1989, nº 1 do artigo 32º.

⁵² Na senda dos últimos defensores de que a legislação nacional dos países que compõem a União Europeia se torna legislação local, por contraposição a outros grandes espaços geográficos federados.

online, produtores e distribuidores de *software* e de *hardware* e de grupos de segurança na internet.

As tecnologias da comunicação e da informação configuram, para além dos seus reais benefícios, um novo conjunto de oportunidades para o crime. Com recurso a estas tecnologias, delinquentes motivados por sentimentos de ganância, inveja, poder, aventura ou simples desejo praticam actos ilícitos. Nenhuma destas motivações é nova. O elemento de novidade reside na facilidade intrínseca à capacidade tecnológica para actuar dentro destas motivações.

A vulnerabilidade e acessibilidade dos alvos, a perspectiva de lucro fácil, os riscos físicos inexistentes, a grande probabilidade de não ser descoberto, a transnacionalidade do indício do crime e a necessidade de pouco tempo para o cometimento de um qualquer acto ilícito tornaram a internet num ambiente apelativo para a prática de muitos crimes, entre os quais se inclui, naturalmente, a pornografia de menores.

Esta ponderação sobre a oportunidade para a prática de crimes a coberto do domicílio, do controle por parte de quem tem o dever de educar, da definição de princípios, orientações e regras para a utilização de um computador ou telemóvel, da constatação dos potenciais riscos que os jovens correm quando utilizam a internet ou outros meios tecnológicos, reflecte, inevitavelmente, a complicada natureza destas questões.

A eficácia da dissuasão, no entanto, pressupõe: (1) que o acto seja racional; (2) o conhecimento prévio, da parte do indivíduo predisposto a cometer o crime, da pena a que está sujeito para esse tipo de crime; e (3) que este considere a pena “pesada” e muito provável de ocorrer. Sem estas três condições não existe efeito dissuasor⁵³.

Ora, relativamente à criminalidade informática, grande parte dos delinquentes ou desconhecem a moldura penal dos actos que praticam ou consideram muito pouco provável a sua aplicação. Porque escolhe alvos em países distantes, ou porque efectua o ataque a partir de sistemas em países sem legislação aplicável, ou ainda a coberto de uma falsa identidade, o criminoso informático pensa sempre que não vai ser “apanhado”.

Assim, a conjugação de dois factores - por um lado, o crescimento dos alvos e, por outro, o fraco poder dissuasor - configura uma possível explicação para o aumento da prática de actos ilícitos com recurso às redes de comunicação e informação.

Daí que, no caso em concreto da criminalidade informática ou com recurso a esta, nos pareça⁵⁴ que a publicidade do armazenamento dos “dados de tráfego e

⁵³ Taylor, Robert W. et al. (2006). *Digital Crime and Digital Terrorism*, Upper Saddle River, N. J.: Pearson Education, p. 39.

⁵⁴ Duque, Jorge, “A Prova digital e o *Phishing* como caso de estudo”. Relatório da cadeira de Processo Penal do mestrado em Ciências Jurídico Criminais. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006/2007.

de localização” (com respeito pelos direitos elementares) por parte dos operadores de telecomunicações por um lado, e a educação dos jovens para uma cultura de segurança informática visando a promoção de uma utilização esclarecida, crítica e segura da internet com formação para os valores que emanam das leis (através de acções de prevenção junto de Universidades e de Escolas Secundárias), por outro, consciencializariam o cidadão (jovem) de que o risco é grande e forte a “probabilidade de condenação”.

Relativamente ao papel da comunicação social na instalação do referido alarme social, ele porventura existe. Não colocando em causa a importância de que se reveste a comunicação social no que a este assunto diz respeito, importa salientar, sem dúvida, que com a repetição da mesma situação criminal pelos diferentes meios de comunicação e em alguns casos, com a repetição continuada pelo mesmo meio de comunicação social, poder-se-á criar na sociedade uma imagem de um número de situações que não existirá, e um efeito de *copy cat*.

É certo que o número de alvos e de oportunidades tenderá a crescer exponencialmente, tal como é certo esperar um aumento na cibercriminalidade. Diferentes grupos de delinquentes surgirão enquanto outros desaparecerão, mas a reincidência tenderá a ser cada vez maior. Assim, torna-se necessário um constante acompanhamento do fenómeno de *hacking* na internet e dos vários intervenientes. A compreensão destes comportamentos, assim como do contexto em que eles se desenvolvem, é imprescindível para uma eficaz prevenção e combate ao cibercrime. *Só pelo conhecimento se pode evitar a criminalidade*⁵⁵.

Resultou deste estudo de igual forma que é necessário promover a literacia mediática, fazendo parte do processo de desenvolvimento comunicativo mundial. Quando analisamos a literacia mediática de um povo, estamos a analisar a sua capacidade de compreender e avaliar, de modo crítico, os diferentes meios de comunicação social e os seus conteúdos, e de criar comunicações em diversos contextos mediáticos.

Nos últimos tempos, Portugal tem vindo a mostrar um clima favorável à literacia mediática, favorecendo a sociedade da informação e a organização da comunicação social. O uso do computador e da internet tem sido incentivado e têm sido criadas novas práticas pedagógicas com vantagens ou desvantagens num sistema de ensino⁵⁶, ligadas à imprensa, às tecnologias educativas, à cidadania,

⁵⁵ Cusson, Maurice (2006), *Criminologia*, Lisboa: Casa das Letras.

⁵⁶ Como refere Robin Mason no seu estudo *The Globalisation of Education*, existem quatro tipos principais de argumentos a contrariar as vantagens da internet na educação: 1. Cognitivos, já que o uso (e abuso) de técnicas de hipermédia e multimédia conduz à fragmentação do raciocínio e à superficialidade do conhecimento, o que não sucedia (ou sucedia em bastante menor escala) nas estruturas lineares dos mecanismos tradicionais de transferência de conhecimento; 2. Educativos, uma vez que a educação tende a ser considerada como produto empacotado, publicitado e comercializado, o que pode produzir um efeito de exclusão, em vez de garantir o acesso e de se promoverem os valores da análise, discussão e avaliação; 3. Sociais, por contribuir para a quebra de relações comunitárias tradicionais, que são substituídas por comunidades virtuais; 4. Culturais, já

aos estudos de comunicação e de *media*. Mas o nosso país tem que ouvir os mais novos e tem, ainda, um longo caminho a desbravar. Importa pois aprofundar os estudos científicos e prosseguir os demais que foram apresentados de modo a atingir-se os objectivos enunciados no programa *Safer Internet Plus* e não só.

que reforça os perigos de uma cultura dominante e a imposição dos valores da chamada “Sociedade Ocidental”, convertendo os educadores globais numa nova geração de colonizadores.

IV PARTE
MEDIAÇÕES

MEDIAÇÕES DOS USOS DA INTERNET. RESULTADOS NACIONAIS DO INQUÉRITO *EU KIDS ONLINE*

José Alberto Simões

Introdução: o problema da mediação

Dos pais aos professores, passando pelos irmãos, familiares, amigos ou pelos próprios *media*, são várias as pessoas e as entidades que poderão ter influência na forma como se desenrolam os diversos usos da internet. Tendo em conta que estão ligadas a diferentes situações e contextos quotidianos, podemos facilmente perceber que a sua influência nos usos da internet por parte dos mais jovens poderá assumir um carácter mais ou menos directo e explícito. Seja como for, falamos de um efeito de mediação dos usos da internet sempre que alguém se interpõe (ou afecta de alguma forma) as decisões que outras pessoas tomam cada vez que usam este meio particular. Portanto, podemos conceber a mediação, em termos gerais, como qualquer prática que directa ou indirectamente procure exercer algum tipo de influência sobre o modo como os outros se relacionam com um meio de comunicação específico. No caso da internet, dadas as particularidades do meio e a multiplicidade de circunstâncias que envolvem o seu uso, a possibilidade de mediação assume uma complexidade variável de acordo com os cenários em causa.

Tendo em conta que falamos de mediação a respeito de crianças e jovens, é inevitável considerar o papel que os diversos agentes mediadores poderão ter na influência socializadora dos meios de comunicação, em geral, e da internet, em particular. Na verdade, quando referimos a importância formativa dos meios de comunicação e o papel que diferentes agentes poderão ter na mediação dos seus efeitos, estamos de certa forma a evidenciar a dimensão *normativa* presente na socialização com os *media*. Que benefícios (ou prejuízos) poderão advir do consumo e da utilização de determinados meios de comunicação e qual o papel que os diferentes actores envolvidos na mediação poderão (ou deverão) ter neste processo? Dito de outra forma: de que modos é que se poderão contrabalançar as oportunidades que poderão advir da utilização dos diversos meios de comunicação com os riscos que os mesmos comportam e quem tem a responsabilidade (e de que forma) de regular esta utilização?

Se a família se apresenta como o contexto primordial de consumo e utilização dos *media* (digitais e não digitais), os pais assumem o papel de principais mediadores da actividade levada a cabo pelos filhos, confrontando-se com dilemas práticos acerca da forma mais adequada de se envolverem nas

actividades dos filhos. Grande parte das discussões acerca da mediação parental tem como modelo os meios de comunicação tradicionais (particularmente a televisão) e a forma como em torno destes se podem desenvolver um conjunto de estratégias reguladoras⁵⁷. Os vários autores parecem estar de acordo acerca da ideia de que mediação implica algum tipo de intenção que se pode manifestar de forma *activa* através da partilha da mesma actividade ou da tentativa de envolvimento directo na mesma⁵⁸. Estas estratégias mediadoras incluem as conversas acerca dos conteúdos utilizados *online*, mas igualmente a utilização conjunta de alguns desses conteúdos. Este esforço de partilhar aquilo que, no essencial, é uma actividade individual não se encontra isento de problemas. Desde logo, e por contraste com meios como a televisão, onde a co-utilização é não só plausível como habitual, no caso da internet os usos partilhados são menos frequentes ou mesmo incomuns. Por outro lado, o desfasamento entre os usos dos pais e os dos filhos poderá contribuir para uma dificuldade acrescida da parte dos primeiros em estarem em sintonia com os segundos.

Neste complexo *puzzle* que envolve a mediação das actividades *online*, outros agentes e fontes de informação e aconselhamento merecem ser referidos, na medida em que podem assumir um papel determinante na definição de estratégias orientadas para prevenir riscos e potenciar oportunidades. Entre essas fontes, encontram-se a escola (sobretudo através dos professores), os *media* tradicionais, os *media* digitais, as fontes oficiais e as ONG, os técnicos especializados em cuidar de menores, os poderes locais, as relações interpessoais (não estritamente ligadas ao agregado familiar), entre outros agentes e recursos que compõem a panóplia de influências que se poderão envolver na relação entre as crianças e a internet.

Todavia, as particularidades dos contextos onde ocorre esta mediação, dada a sua própria heterogeneidade, não podem ser ignoradas. No caso concreto da escola, a especificidade deste contexto confere características particulares ao tipo de mediação que os professores poderão desempenhar. Ao contrário do contexto familiar, privado e informal, a escola representa um contexto institucional e público, composto por actores investidos de papéis formais, cuja possibilidade de intervenção se encontra fortemente condicionada por situações de aprendizagem formal, reguladas por programas e orientações

⁵⁷ Ver A. Nathanson, "Parents versus peers: Exploring the significance of peer mediation of antisocial television", *Communication Research*, 28(3), 2001, pp. 251-274 e P. Valkenburg *et al.*, "Developing a scale to assess three different styles of television mediation: 'Instructive mediation', 'restrictive mediation', and 'social coviewing'", *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, 43(1), 1999, pp. 52-66.

⁵⁸ Ver S. Livingstone, "Strategies of parental regulation in the media-rich home", *Computers in Human Behavior*, 2007, 23, pp. 920-941 e S. Livingstone & E. Helsper, "Parental mediation of children's internet use", *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 2008, 52(4), pp. 581-599.

oficiais e tendencialmente centralizadas. É por esta razão que a mediação que poderá resultar de relações onde não exista uma evidente assimetria de poder entre os participantes, como aquela que as crianças e os jovens mantêm com os seus pais e irmãos, deve ser considerada de forma autónoma. Com efeito, os amigos (e também até certo ponto os irmãos) tendem a desempenhar um papel distinto no que respeita aos usos da internet em geral e, especificamente, aos usos que se relacionam com situações que envolvem riscos e segurança *online*. Tal pode ser explicado pela referida proximidade de estatuto entre as crianças/jovens e os amigos (e irmãos) que, embora não sejam completamente isentas de tensão ou conflito, serão seguramente mais simétricas do que as que os primeiros poderão manter com os pais ou com os professores. Por outro lado, existe uma afinidade de interesses e uma experiência de consumo partilhada, que contribuem para uma espécie de *aproximação geracional* que explica igualmente o papel diferenciado que quer os amigos quer os irmãos poderão ter na mediação das actividades *online*.

Para além desta discussão preliminar em torno do problema da mediação, este capítulo encontra-se organizado de acordo com os diferentes agentes e fontes de mediação aqui aludidos. Em primeiro lugar os pais, dado o seu papel proeminente na socialização levada a cabo pelos *media* a nível familiar, ocuparão grande parte desta exposição. Em segundo lugar abordaremos a importância dos pais. Seguidamente, falaremos sobre o papel da escola e dos professores. E, finalmente, discutiremos a importância de um conjunto de outras fontes de mediação, como os *media*, os técnicos especializados ou a própria internet.

Usos familiares e mediação parental

Começamos esta análise por aquele que foi um dos focos principais deste inquérito: a comparação das percepções de pais e filhos relativamente aos seus usos de meios digitais. Neste ponto, trataremos do problema da mediação levada a cabo no contexto familiar pelos pais. Como dissemos acima, o ambiente familiar constitui o principal contexto de utilização dos *media* digitais e, como tal, as estratégias de mediação que ocorrem em diferentes actividades quotidianas devem ser destacadas. São vários, porém, os desafios que se colocam a uma análise das mediações levadas a cabo pelos pais (ou por outros adultos que assumam o papel de tutores dos menores) no ambiente familiar. Desde logo, a existência de diferentes tipos de “literacia digital” entre os utilizadores mais novos e os utilizadores mais velhos, responsáveis por diferenças notadas a nível geracional mas igualmente, e justamente por isso, por múltiplas estratégias de regulação das actividades *online* de crianças e jovens.

Outro aspecto relevante diz respeito a transformações ocorridas no contexto doméstico nos últimos anos e que apontam para uma maior privatização e individualização nos usos dos *media* em geral e dos meios digitais em particular. Tal deve-se, em grande medida, à generalização de equipamentos digitais nos lares com origens socioeconómicas mais variadas, com o conseqüente *enriquecimento*

mediático do espaço doméstico, particularmente dos quartos dos filhos⁵⁹. Este facto tem levado autores a falar na emergência de uma autêntica *cultura de quarto* entre as crianças e os adolescentes, como já vimos, responsável pela dupla privatização do consumo dentro do espaço doméstico. Isto tem levantado questões acerca das estratégias de regulação adoptadas pelos pais, levando autores a apontar um paradoxo nas relações familiares contemporâneas: por um lado, um número crescente de actividades parece decorrer predominantemente no espaço doméstico; por outro lado, tal não significa que os diferentes membros do mesmo agregado as partilhem, conduzindo ao paradoxo de se viver “em conjunto mas separadamente”⁶⁰. O que nos encaminha para um dilema do ponto de vista da possível regulação das actividades *online* dos filhos por parte dos pais: como é se consegue conciliar a crescente individualização e privatização do consumo no espaço doméstico com a importância que este deverá ter na socialização mediática das gerações mais jovens?

Finalmente, a um nível mais amplo, devemos aludir às transformações estruturais operadas nas sociedades contemporâneas nas últimas décadas e que poderão ser responsáveis pelas distintas estratégias de mediação adoptadas em diversos contextos familiares. Referimo-nos aqui, especificamente, a alterações ocorridas nas dinâmicas familiares, sobretudo nas relações de poder entre os diferentes membros da família, colocando as crianças e os jovens no centro de famílias caracterizadas por formas de relacionamento mais “democráticas”⁶¹. Tal facto, ainda que não explique em absoluto as respostas com que nos deparamos a propósito de diferentes estratégias de mediação adoptadas, ajuda-nos a situá-las num quadro estrutural mais amplo.

Feitos estes reparos, vejamos como se caracterizam as estratégias de mediação adoptadas pelos pais relativamente às actividades *online* dos filhos. Neste ponto examinaremos a mediação dos pais sob cinco pontos de vista:

a) *Mediação activa dos usos da internet em geral* – considera-se aqui as práticas que implicam a presença dos pais junto das crianças e jovens, quer seja através da simples proximidade física, quer seja através da partilha das mesmas actividades (co-utilizando o computador) ou da discussão acerca dos usos da internet;

b) *Mediação activa dos usos seguros da internet* – tem-se em conta a forma como (antes, durante ou depois) os pais tentam guiar os filhos através do uso seguro da internet, ajudando-os em caso de dificuldade ou discutindo o que estes devem fazer numa situação problemática particular;

⁵⁹ Ver Livingstone, Sonia (2002). *Young People and New Media: Children and the Changing Media Environment*, Londres, Sage.

⁶⁰ Ver P. Flichy, “New media history”, in L. Lievrouw & S. Livingstone (eds.), *Handbook of new media: social shaping and consequences of ICTs*, Londres, Sage, 2002, pp. 136-150.

⁶¹ Ver Almeida, A. N. (2009). *Para uma sociologia da infância*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais; e, igualmente, James, A. et al. (1998). *Theorizing Childhood*. Cambridge, Polity Press.

c) *Restrição activa* – implica definir regras explícitas que restrinjam os usos das crianças e jovens, designadamente relativas a aplicações (ou tipos de *software*) particulares, actividades ou sobre a forma como estes fornecem informação pessoal;

d) *Monitorização* – implica que os pais confirmem, *a posteriori*, a utilização que os seus filhos fizeram da internet, consultando para isso o histórico das actividades realizadas;

e) *Mediação técnica* – neste caso concreto os pais utilizam *software* de controlo, para filtrar, restringir ou monitorizar o uso da internet, em geral, e problemas relativos a segurança *online*, em particular, por parte dos filhos.

Em termos genéricos, e de acordo com os filhos, 90% dos pais portugueses encontram-se envolvidos em alguma das actividades de mediação descritas no Gráfico 4.1. A forma mais comum de mediação dos pais portugueses, de acordo com as respostas das crianças e jovens inquiridos, é falar com os seus filhos acerca daquilo que estes fazem *online* (83%). As restantes actividades de mediação encontram-se a uma distância considerável, com cerca de metade dos pais a envolverem-se em actividades que implicam estar lado a lado com os filhos enquanto estes usam a internet (57%) ou ficar perto destes (na mesma divisão) mesmo sem estarem directamente ao seu lado (53%). O incentivo à utilização da internet enquanto forma de aprendizagem também apresenta um valor próximo de metade (56%). Finalmente, a utilização conjunta apresenta o valor mais baixo, com cerca de 43% dos pais a fazerem-no. Ainda que esta ordem seja a mesma que encontramos a nível europeu, para a primeira actividade (falar com os pais) e para penúltima (ficar perto dos filhos), a média europeia apresenta-se um pouco mais baixa (respectivamente, 70% e 44%)⁶².

⁶² Importa notar que apesar da concordância generalizada entre as resposta dos pais e dos filhos, os primeiros tendem a achar que se envolvem mais em certas actividades de mediação do que aquilo que os segundos declaram (ou se apercebem), embora, inversamente, os filhos também reportem formas de mediação de que os pais parecem não se aperceber. Tal explica-se devido ao desejo dos pais de corresponderem a determinadas expectativas sociais, mostrando-se mais envolvidos nas actividades de mediação do que efectivamente estão. Do mesmo modo, os filhos tendem a sobrevalorizar o papel dos pais na mediação das suas actividades *online*.

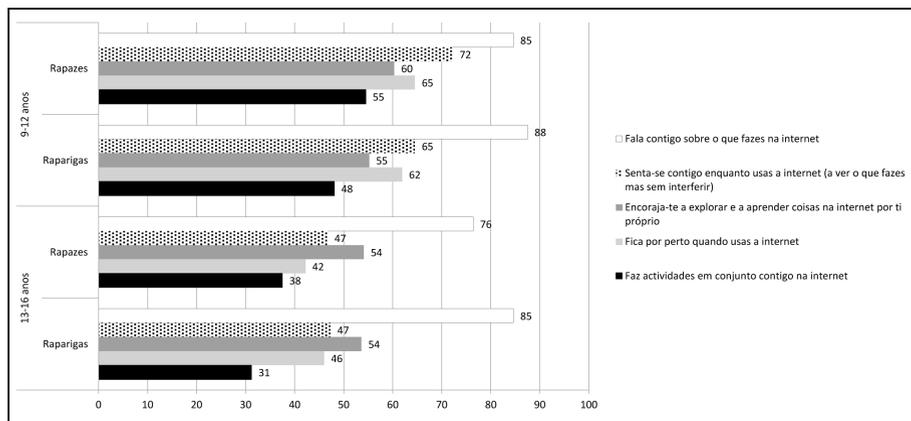


Gráfico 4.1 – Mediação activa dos pais nos usos da internet em geral por idade e género

Pergunta: *Os teus pais / algum dos teus pais às vezes...*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet

Olhando para as diferenças por idade e género (Gráfico 4.1), podemos detectar alguns padrões significativos. Em termos gerais, para todas as actividades consideradas, a mediação parece ser superior no caso dos mais novos do que no dos mais velhos, sendo esta diferença particularmente notória nos casos em que as actividades em questão implicam a co-presença dos pais enquanto os filhos se encontram *online* (“senta-se contigo...”, “fica por perto...”, “faz actividades em conjunto...”), revelando uma tendência para a autonomização relativa dos adolescentes em relação aos pais. Notam-se igualmente diferenças significativas por género. As raparigas afirmam falar mais frequentemente com os pais do que os rapazes (em ambos os grupos etários), os rapazes aparentam ser ligeiramente mais encorajados a explorar a internet. Por outro lado, sobretudo no caso dos mais novos, as actividades que implicam uma partilha directa ou a co-presença dos pais são, em termos genéricos, também mais acentuadas nos rapazes.

De um modo geral, as diferenças por estatuto socioeconómico (ESE) do agregado familiar seguem um padrão claro (Gráfico 4.2): quanto mais elevado o estatuto, maior parece ser o envolvimento dos pais em actividades de mediação. Estas diferenças são mais visíveis nalgumas actividades do que noutras. É, sobretudo, nas actividades que implicam uma utilização conjunta entre pais e filhos que os contrastes por origem social são mais evidentes: menos de um terço dos filhos cujos pais possuem um ESE baixo afirma realizar actividades *online* com os mesmos, ao passo que quase dois terços com um ESE elevado afirmam o mesmo. Embora com uma discrepância um pouco menos acentuada, a influência do ESE segue o mesmo padrão para as restantes actividades de mediação. A única excepção encontra-se na actividade mais frequente, falar com os filhos, onde as diferenças embora existentes são mais atenuadas. Na verdade, estes dados revelam

uma preocupação genérica da parte dos pais portugueses em se envolverem de forma “positiva” (*i.e.* através de uma mediação de tipo social) nos usos da internet dos seus filhos.

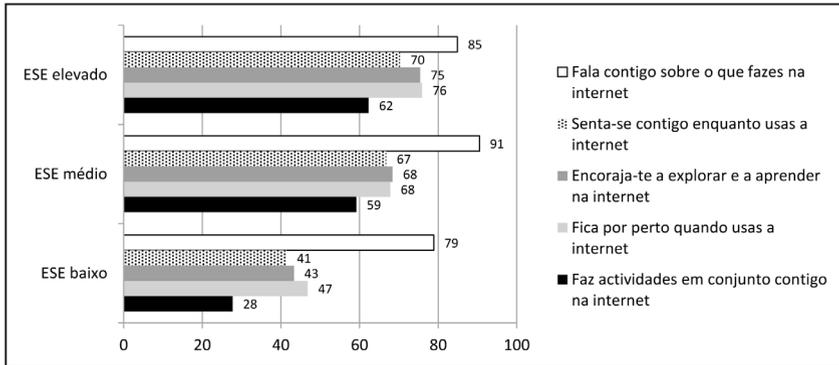


Gráfico 4.2 – Mediação activa dos usos da internet em geral por estatuto socioeconómico do agregado familiar (%)

Pergunta: *Os teus pais / algum dos teus pais às vezes...*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet

Também na mediação *activa* orientada para questões de *segurança online*, os pais portugueses se envolvem de forma significativa nos usos seguros da internet dos seus filhos. A actividade mais comum é, sem dúvida, explicar porque é que certos *sites* são bons ou maus, com cerca de 72% dos filhos a declarar que os seus pais já o fizeram. A ajuda específica perante dificuldades, sugestões precisas sobre usos seguros da internet ou, concretamente, acerca de como se comportar com outras pessoas *online*, são recomendações de segurança que surgem um pouco abaixo, todas elas com um valor de 61%. Sugestões orientadas para eventuais experiências negativas que tivessem ocorrido *online* são mencionadas por um pouco menos de metade de respostas (48%) e, menos ainda, quando está em causa a alusão a ajuda da parte dos pais decorrente de alguma experiência *online* que tivesse gerado incómodo (23%)⁶³. Portanto, a mediação relacionada com usos mais “arriscados” parece menor, em grande medida porque estas são práticas menos referidas (ver Capítulo 3 sobre riscos *online*).

⁶³ Mais uma vez, comparando as respostas dos pais e dos filhos, notam-se pequenas diferenças. As maiores disparidades encontram-se nas estratégias apontadas pelos pais mas não notadas pelos filhos, designadamente quando estão em causa sugestões explícitas sobre utilizações seguras da internet (como lidar com outras pessoas *online* ou sugestões sobre segurança em relação à internet). Não obstante, os filhos também declaram estar sujeitos a actividades de mediação de que os pais aparentemente não se apercebem. Isto é notório no apoio prestado pelos pais a propósito de alguma coisa que incomodou os filhos *online* ou no que diz respeito a algum tipo de ajuda específica sobre utilização da internet.

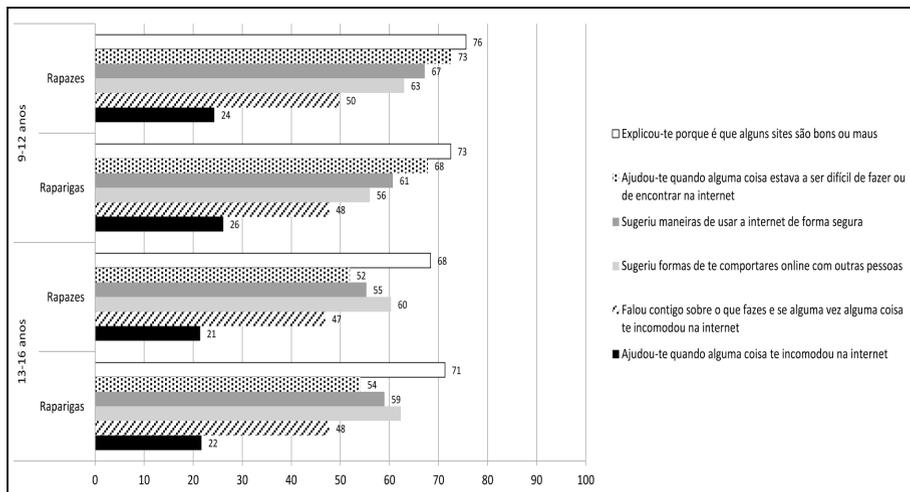


Gráfico 4.3 – Mediação activa dos pais por usos seguros da internet por idade e género (%)

Pergunta: *Os teus pais (ou algum dos teus pais) alguma vez fizeram alguma destas coisas?*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet

Observando as diferenças por género e idade (Gráfico 4.3), podemos retirar duas conclusões: por um lado, seguindo o que já tínhamos observado a respeito das estratégias de mediação sobre os usos da internet em geral, as actividades de mediação são sempre mais expressivas entre os mais novos; por outro lado, em termos de género, os rapazes mais novos são aparentemente, em quase todas as actividades, mais regulados por parte dos pais, ao passo que entre os mais velhos a mediação é exercida principalmente sobre as raparigas⁶⁴. As diferenças socioeconómicas são, de certa forma, mais eloquentes do que as anteriores: quanto maior o ESE dos pais, maior o envolvimento em actividades de mediação junto dos filhos, sendo que as diferenças entre ESE alto e ESE baixo correspondem a metade dos casos em diversas categorias (Gráfico 4.4).

⁶⁴ Contudo, este padrão apresenta, a nível europeu, um sentido inverso no caso do grupo mais jovem. Aqui é entre as raparigas que a mediação se exerce ligeiramente mais em todas as categorias consideradas (Livingstone *et al.*, *Risk and safety on the internet. The perspective of European children*. Londres: LSE, 2011, p. 112).

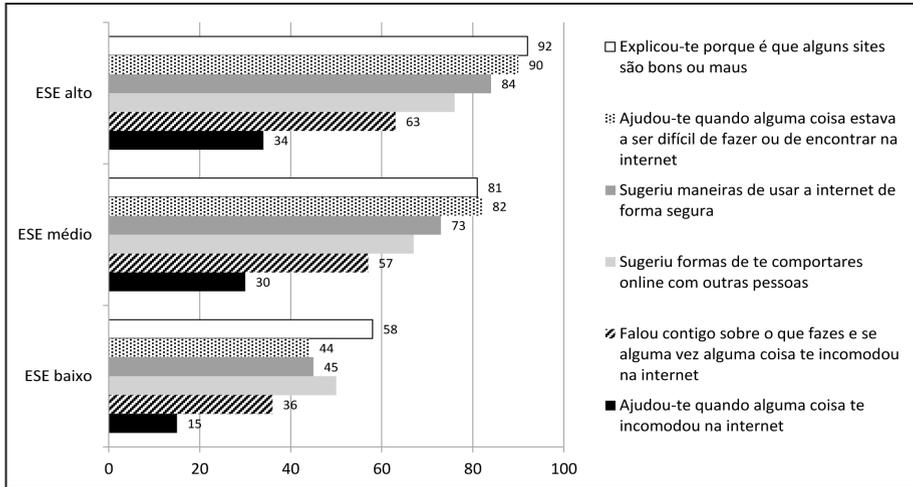


Gráfico 4.4 – Mediação activa dos usos seguros da internet por estatuto socioeconómico (%)

Pergunta: *Os teus pais (ou algum dos teus pais) alguma vez fizeram alguma destas coisas?*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet

A principal medida restritiva aplicada pelos pais às actividades *online* dos filhos prende-se com a disponibilização de informação pessoal *online* a outras pessoas, referida por 93% das crianças e jovens. Este valor encontra-se acima da média europeia (85%), colocando Portugal entre os países onde esta restrição é mais promovida⁶⁵. Colocar *online* fotos, vídeos ou músicas encontra-se em segundo lugar, com 71% dos pais a adoptarem esta restrição, mais uma vez acima da média europeia (63%). Ter um perfil numa rede social ou fazer *download* de música ou filmes são actividades reguladas por menos de metade dos pais. Cerca de um em três restringe o visionamento de *videoclips* e um em quatro restringe a utilização de programas de mensagens instantâneas. A aplicação de medidas restritivas traduz preocupações diversas acerca da segurança *online*. Os pais portugueses parecem estar preocupados com os contactos com estranhos, mas a apresentação de um perfil pessoal (mesmo que possa ser visto por estranhos) não constitui uma preocupação central, provavelmente devido ao aparente controlo sobre a informação fornecida e os potenciais destinatários. Do mesmo modo, colocar *online* imagens, vídeos ou músicas com o objectivo de partilha constitui uma preocupação dos pais, ao passo que fazer *download* música ou filmes ou, sobretudo, visionar *videoclips* são actividades menos reguladas, provavelmente por serem encaradas como menos arriscadas⁶⁶.

⁶⁵ Cf. S. Livingstone *et al.*, *Risk and safety on the internet. The perspective of European children*. Londres, LSE, 2011, pp. 114-115.

⁶⁶ Para algumas actividades, os filhos parecem notar menos a restrição dos pais (*downloads*

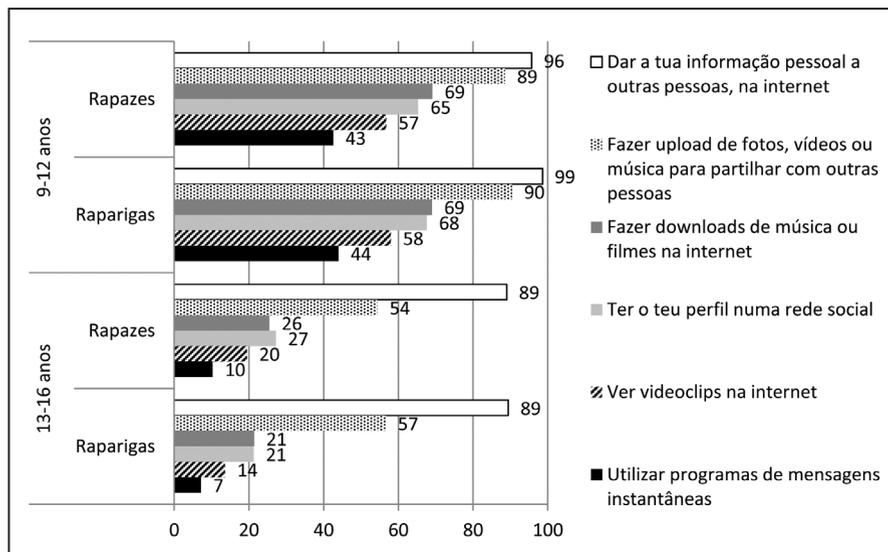


Gráfico 4.5 – Mediação restritiva dos pais sobre usos da internet por idade e género (%)

Pergunta: *Para cada uma destas coisas, diz-me por favor se actualmente os teus pais as deixam fazer sempre que queres, deixam-te fazer mas só quando te autorizam ou ficam a ver, ou nunca te deixam fazer (nota: as duas últimas opções foram combinadas na análise)*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet

Tal como em relação à mediação activa (em geral e orientada para questões de segurança), também no que se refere às medidas restritivas as diferenças etárias são acentuadas (Gráfico 4.5). As tentativas para implementar medidas de regulação com carácter restritivo parecem deparar-se com uma clivagem clara entre crianças e adolescentes: os primeiros encontram-se sujeitos a fortes medidas restritivas, ao passo que os segundos são nitidamente menos regulados. No caso do género, os resultados são praticamente idênticos entre rapazes e raparigas, com ligeiras variações. No que se refere às variações de acordo com o ESE das famílias, não encontramos variações significativas. Existe uma ligeira tendência para que os pais de ESE mais elevado assumam uma postura mais restritiva, embora tais diferenças sejam inferiores a 5% na maioria dos casos, revelando preocupações transversais a diferentes estratos sociais.

Ao contrário das actividades restritivas, as actividades de monitorização (Gráfico 4.6 e 4.7) poderão assumir um carácter menos explícito e, por isso, não ser percebidas enquanto tal (ou sequer conhecidas) por parte das crianças e jovens.

e *uploads*; ou ainda a possibilidade de criar um perfil numa rede social). No caso dos pais, há uma coincidência em relação a *fazer upload* de ficheiros para partilhar com outras pessoas e *ver videoclips* na internet, actividades aparentemente sujeitas a equívocos de ambas as partes.

Deste modo, algumas das estratégias adoptadas confrontam-nos com o problema da privacidade e da confiança na relação entre pais e filhos. Como assegurar o acompanhamento dos usos da internet e manter a vigilância relativamente a potenciais riscos sem se ultrapassar a fronteira do direito à privacidade? Como adoptar determinadas estratégias “invasivas” (algumas com um carácter “furtivo”) sem quebrar o laço de confiança entre pais e filhos, comprometendo deste modo a própria eficácia de algumas das medidas seguidas? Na verdade, vários estudos têm confirmado que diferentes estratégias de monitorização (tais como verificar o histórico do computador), têm desencadeado um *jogo táctico* entre pais e filhos, mediante o qual os primeiros procuram desvendar indícios de usos “menos próprios” e os segundos tentam ocultar o seu rasto⁶⁷.

A actividade de monitorização mais comum consiste em verificar os *sites* visitados, o que representa cerca de 35% dos casos, seguida de verificar o perfil numa rede social (27%), verificar os respectivos contactos e consultar as mensagens instantâneas ou de *e-mail* (ambas com 25%)⁶⁸. Como se disse acima, estas medidas não são pacíficas e talvez por isso se perceba que é sobretudo em relação aos mais jovens que as mesmas são aplicadas, principalmente no caso dos rapazes. Pelo contrário, no caso dos adolescentes não só os valores são mais baixos como as diferenças de género revelam-se praticamente inexistentes.

Por seu lado, as diferenças de estatuto socioeconómico da família seguem a tendência que temos vindo a apresentar. De acordo com as crianças, os pais com um ESE elevado tendem a acompanhar mais os seus filhos do que pais com ESE baixo, isto para todas as categorias consideradas. O que é compreensível se pensarmos que estas estratégias de monitorização implicam competências “digitais” que se encontram presentes sobretudo entre os pais com ESE mais elevado, com níveis de literacia mais elevados e a uma utilização da internet mais frequente.

⁶⁷ Ver S. Livingstone, “Strategies of parental regulation in the media-rich home”, *Computers in Human Behavior*, 2006, 23, pp. 920–941 e S. Livingstone & M. Bober, “Regulating the internet at home: Contrasting the perspectives of children and parents”, in D. Buckingham & R. Willett (eds.), *Digital Generations*, Mahwah (New Jersey), Lawrence Erlbaum Associates, 2007, pp. 93–113.

⁶⁸ Em termos globais, os pais tendem a dar conta de um nível de monitorização superior ao que é notado pelos filhos. Isto pode dever-se tanto a uma sobreavaliação das actividades de monitorização dos pais ou, verificando-se esta de facto, a um desconhecimento por parte dos filhos, o que se afigura plausível tendo em conta o carácter “furtivo” de algumas das estratégias referidas.

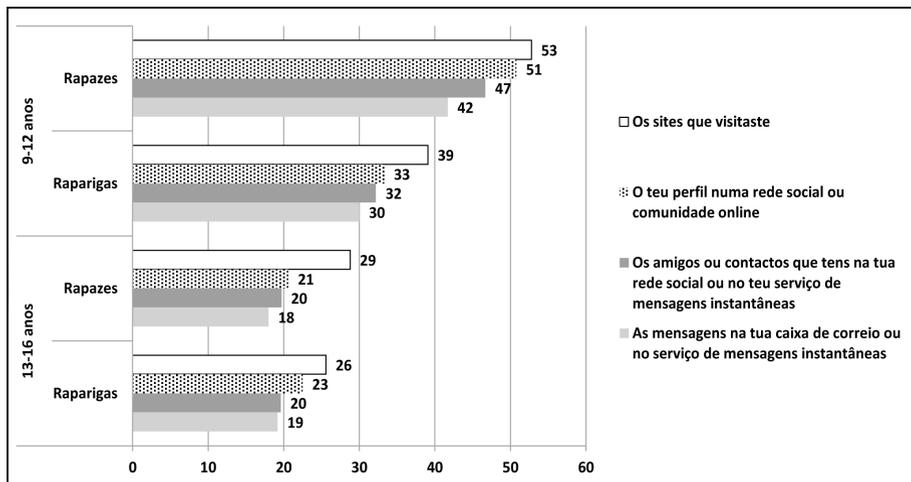


Gráfico 4.6 – Monitorização dos pais sobre usos da internet por idade e género (%)

Pergunta: *Quando usas a internet em casa, os teus pais / ou algum dos teus pais às vezes verifica alguma destas coisas?*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet em casa e um dos seus pais

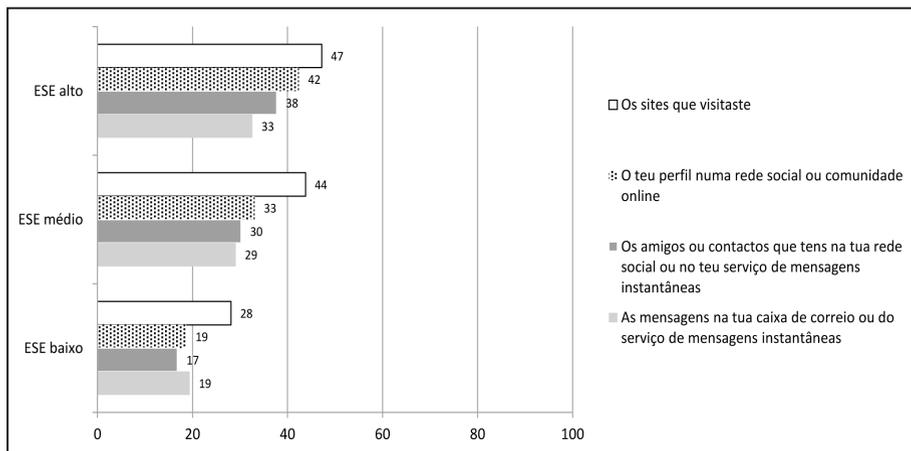


Gráfico 4.7 – Monitorização por parte dos pais dos usos da internet por ESE (%)

Pergunta: *Quando usas a internet em casa, os teus pais / ou algum dos teus pais às vezes verifica alguma destas coisas?*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet em casa e um dos seus pais

De acordo com os filhos, a solução técnica preferencialmente adoptada pelos pais portugueses consiste na instalação de *software* de prevenção de lixo electrónico ou de vírus (60%). Na verdade, dificilmente poderemos considerar

a instalação destes programas como uma actividade de “mediação”, atendendo a que a intervenção da parte dos pais é praticamente nula ou muito limitada. O mesmo pode ser dito a propósito da estratégia técnica que menor adesão apresenta, designadamente a adopção de um serviço ou contrato que limita o tempo passado *online* (15%). As únicas actividades de mediação técnica propriamente dita referem-se a *software* específico de controlo dos usos da internet (tais como programas de filtro ou bloqueio), referidas por um número restrito de crianças e jovens (28%), e a *software* orientado para indagar o rasto deixado *online* (24%). Confirma-se o padrão identificado atrás a respeito da variação por idade e género: salvo no caso de *software* para prevenir *spam* e vírus, verifica-se a tendência para a mediação ser mais acentuada entre os mais novos e, de um modo geral, também mais entre os rapazes. Finalmente, as diferenças socioeconómicas apenas são expressivas no que se refere à adopção de *software* (77% ESE alto, 63% ESE médio e 54% ESE baixo); as restantes categorias apenas são relevantes no que se refere ao bloqueio ou filtro de *sites* (26%, ESE alto contra 17%, ESE baixo) e à monitorização através de *software* específico (27%, ESE alto contra 11%, ESE baixo).

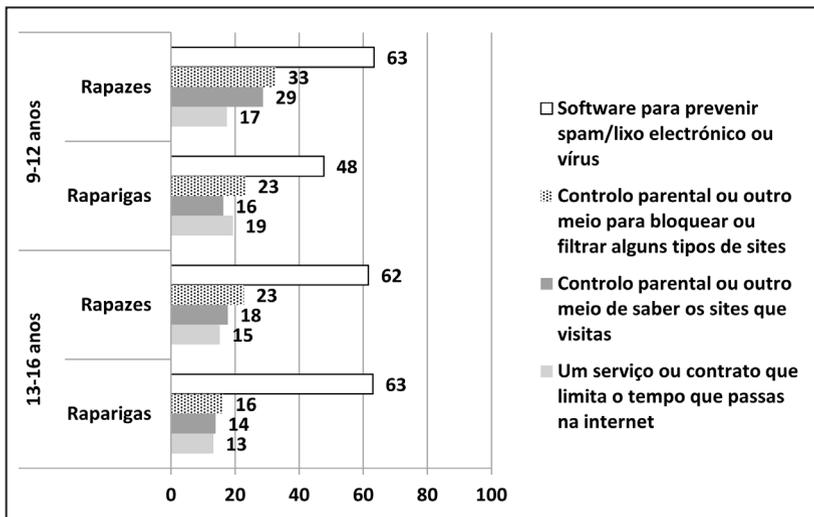


Gráfico 4.8 – Adopção pelos pais de mediação técnica dos usos da internet (%)

Pergunta: *Tanto quanto sabes, os teus pais / algum dos teus pais utilizam alguma destas coisas no computador que tu usas mais vezes em casa?*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet em casa

A mediação *activa* parece assim suplantar a *restritiva* e ambas superam tanto a *monitorização* como as *soluções técnicas*, revelando desta forma um esforço de envolvimento directo dos pais nas actividades dos seus filhos. Se essa mediação produz os efeitos desejados ou, mesmo, se é percebida pelos próprios filhos é

já um problema de outra natureza⁶⁹. Em todo o caso, como comprovámos, tal envolvimento varia significativamente em função da idade dos filhos e do ESE dos pais, renunciando, no primeiro caso, a autonomização progressiva dos filhos entre a infância e a adolescência e, no segundo caso, o efeito que diferentes “literacias formais” (subjacentes às diferenças socioeconómicas) possuem sobre “literacias digitais”.

A mediação dos amigos sobre usos seguros da internet

Como foi dito inicialmente, a mediação dos pares ou amigos assume contornos diversos da dos pais. Desde logo, por partilharem interesses e problemas idênticos, mas também por esta relação não se encontrar condicionada pela mesma assimetria que envolve a ligação aos adultos. Dadas as limitações de espaço, os itens analisados no presente inquérito a propósito dos amigos dizem respeito essencialmente a actividades de mediação orientadas para questões ligadas à segurança na internet e a possíveis riscos que podem decorrer de diferentes actividades *online*. Como tal, colocam a ênfase nos riscos e não tanto nas oportunidades que resultam da partilha dos mesmos interesses.

Assim, neste ponto, pretende-se saber em que medida os amigos ou pares desempenham um papel na mediação dos usos da internet e, principalmente, se constituem uma ajuda importante, alguém a quem as crianças e jovens recorrem quando se deparam com algum problema *online*.

Apesar de, em termos gerais, 70% das crianças e jovens obterem algum tipo de apoio ou ajuda da parte dos seus amigos a propósito de alguma actividade *online*, a mediação activa em relação a aspectos de segurança *online* é genericamente mais elevada da parte dos pais. Tal é ainda mais significativo se tivermos em conta que o principal apoio prestado pelos amigos não diz respeito directamente a um problema de segurança *online*, mas à ajuda para encontrar algo ou superar uma dificuldade prática (63%). Em todo o caso, cerca de metade declara que os amigos já lhes explicaram porque é que alguns *sites* são melhores do que outros (53%). Aspectos directamente relacionados com risco e segurança *online* encontram-se associados a um pouco menos de metade dos casos, seja através de maneiras de usar a internet de um modo seguro (45%), seja através de sugestões acerca de como se comportar perante os outros *online* (43%). Na verdade, apenas um número reduzido de crianças e jovens menciona os amigos enquanto apoio perante uma situação perturbadora *online* (19%), o que se pode dever, em grande medida, ao próprio facto de estas situações serem raras, como se viu.

⁶⁹ Com efeito, segundo apurámos, uma parte dos filhos nota mediação técnica embora os pais não a reconheçam (no caso de controlo parental para bloquear ou filtrar *sites* ou na limitação do tempo de acesso à internet). Do mesmo modo, os pais mencionam mediação técnica não notada pelos filhos (controlo parental sobre *sites* visitados, adopção de *software* de controlo parental ou bloqueio de *sites*).

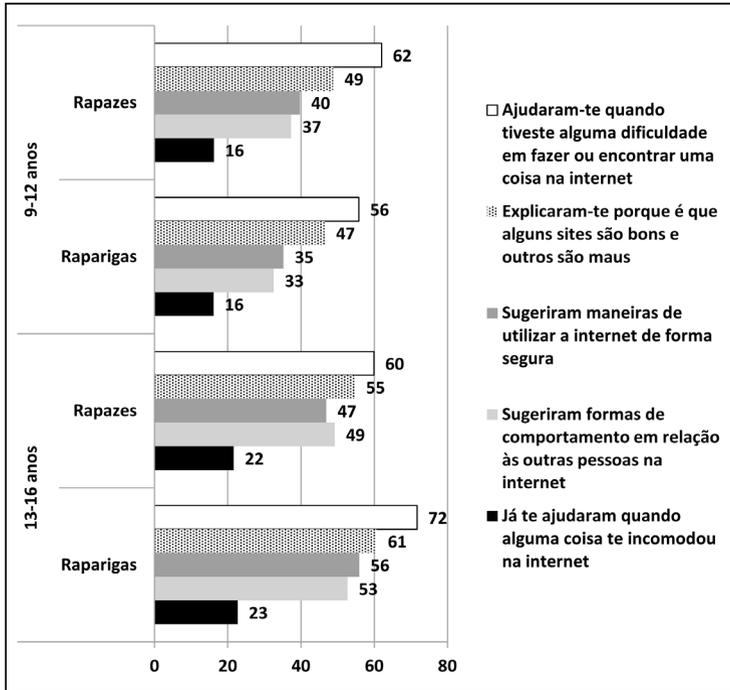


Gráfico 4.9 – Mediação activa dos pares sobre os usos da internet em geral, por idade e género (%)

Pergunta: *Alguma vez os teus amigos fizeram alguma destas coisas?*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet

Estes valores variam ligeiramente se considerarmos a idade e o género. As raparigas mais velhas afirmam, genericamente, ser mais apoiadas pelos amigos do que os rapazes do mesmo grupo etário. Em relação ao grupo mais jovem passa-se precisamente o inverso: são, de um modo geral, os rapazes a declarem um pouco mais que recebem ajuda habitualmente dos amigos. Se as diferenças de género são pouco expressivas, já as diferenças etárias apontam para uma nítida influência dos amigos à medida que a idade aumenta, indicando a importância do grupo de pares à medida que a adolescência avança. A variação com o ESE dos pais revelou-se pouco significativa, fazendo notar que, no caso dos pais, a diferenciação socioeconómica acaba por ser mitigada pela proximidade etária e geracional.

Apesar de constatararmos que os amigos parecem estar menos envolvidos do que os pais (e também do que os professores, como veremos) nas actividades de mediação mencionadas, a verdade é que, quando questionados sobre as pessoas a quem recorrem face a riscos *online* concretos, a esmagadora maioria das crianças e jovens refere os amigos. Com efeito, quando questionados sobre *com quem falaria* no caso de *verem imagens de cariz sexual, serem importunados, receberem mensagens de teor sexual* ou *ficarem perturbados por se encontrem offline*

com alguém que apenas conhecem online, as respostas apontam inequivocamente para os amigos (respectivamente, 57%, 58%, 60% e 50%)⁷⁰. Portanto, a função dos amigos parece situar-se ao nível do apoio fornecido perante uma situação problemática particular, desempenhando um papel aparentemente mais relevante do que os pais ou outros agentes nas estratégias desenvolvidas pelas crianças e jovens para lidarem com uma situação arriscada *online*.

Socialização escolar e usos da internet: a mediação dos professores

Para além do contexto doméstico, a escola surge como um dos locais centrais de acesso à internet em Portugal, como vimos na Primeira Parte. Este facto faz da socialização escolar uma peça fundamental para compreender (e implementar) os usos seguros da internet. No caso concreto, cabe aos professores, enquanto agentes investidos de uma responsabilidade socializadora formal, um dos principais papéis na mediação das actividades *online* das crianças e jovens no espaço escolar.

Neste ponto, examinaremos algumas das estratégias adoptadas no contexto escolar, tal como nos foram relatadas através das respostas das crianças e dos jovens inquiridos a questões sobre as diferentes actividades mediadoras: da *mediação activa* em geral à mediação sobre *segurança*, passando pela *mediação restritiva*.

Em termos globais, o envolvimento dos professores na mediação dos usos da internet por parte dos alunos é bastante elevado. Com efeito, 86% dos alunos afirmam que os professores se dedicaram pelo menos a uma das actividades de *mediação activa* mencionadas no Quadro 4.1, do mesmo modo que 90% referem que estes se envolvem em pelo menos uma *de todas* as actividades mencionadas. Este valor coloca Portugal entre os países onde a importância da escola na mediação da internet é das mais elevadas na Europa (para uma média europeia de 73%, para a mediação activa, e de 81% para qualquer forma de mediação).

Olhando para as diferentes categorias (Quadro 4.1), podemos constatar que, dentro da mediação que temos vindo a designar *activa*, a forma mais comum de envolvimento dos professores é fornecer ajuda perante algum tipo de dificuldade experimentada em fazer ou a encontrar algo na internet, remetendo-nos para uma situação típica do contexto escolar à volta de uma relação de ensino-aprendizagem. Em todo o caso, esta actividade é seguida de perto por indicações acerca da qualidade dos *sites* encontrados (73%) e sugestões mais específicas acerca de utilizações seguras da internet (68%). As sugestões acerca de como se relacionar com pessoas *online* ocupam cerca de 60% das respostas, sugerindo a preocupação com o contacto com desconhecidos. Conversas específicas sobre alguma situação que tivesse incomodado os alunos são notadas por metade

⁷⁰ Importa sublinhar que nos estamos a referir a valores muito baixos, com uma incidência inferior a 5% da amostra nacional.

destes. Todavia, a ajuda concreta numa situação em que especificamente tivessem sido incomodados na internet é apenas relatada por 18% das crianças e jovens, o que, de novo, pode ser explicado pelo peso minoritário que estes relatos têm no cômputo geral.

Quadro 4.1 – Mediação dos professores por idade e género (%)

Os professores na tua escola alguma vez...	9-12 anos		13-16 anos	
	Rapazes	Raparigas	Rapazes	Raparigas
Ajudaram-te quando tiveste alguma dificuldade em fazer ou encontrar uma coisa na internet	76	73	78	82
Explicaram-te porque é que alguns sites são bons e outros são maus	71	62	78	79
Sugeriram maneiras de utilizar a internet de forma segura	64	54	77	73
Sugeriram maneiras de te relacionares com outras pessoas na internet	57	47	69	69
Em geral, falaram contigo sobre o que deverias fazer se alguma coisa na internet te incomodasse	48	42	59	54
Já te ajudaram quando alguma coisa te incomodou na internet	18	14	20	20
Estabeleceram regras sobre o que podes fazer na internet na escola	62	58	71	67
Falaram contigo sobre o que fazes na internet	78	76	79	80

Pergunta: *Alguma vez os teus professores na escola fizeram alguma destas coisas?*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet

Do ponto de vista etário, verifica-se que são os mais velhos a mencionar a ajuda dos professores, facto que contrasta com a influência parental, que parece diminuir à medida que a idade aumenta, talvez porque a escola mantenha a sua influência ao longo do tempo enquanto instância socializadora, e a família perca essa proeminência com o desenrolar da adolescência. Se tivermos em conta o estabelecimento de regras na escola sobre os usos da internet, verificamos que as estratégias restritivas apresentam um peso globalmente elevado (64%), sendo superiores entre os mais velhos e entre os rapazes (sobretudo os que têm entre 13 e 16 anos). No caso das estratégias de mediação activa que envolvem conversar sobre aquilo que se faz *online*, as diferenças são pequenas a nível etário (embora um pouco mais acentuadas entre os mais velhos).

No que respeita ao género, as diferenças encontradas seguem um padrão mais difuso. Nos mais novos, a influência mediadora dos professores parece notar-se preferencialmente entre os rapazes; no grupo etário mais velho, existem diferentes tendências. As sugestões acerca de formas de utilizar a internet de modo seguro são ligeiramente maiores entre os rapazes, tal como conversas contendo sugestões sobre como lidar com alguma coisa *online* que os incomodasse. No

caso das raparigas apenas a ajuda mais técnica (sobre como utilizar a internet ou encontrar algo *online*) apresenta uma ligeira diferença favorável a estas.

Podemos notar, igualmente, que existe uma tendência para serem as crianças e jovens de ESE mais baixo a mencionar os professores como fonte de mediação, o que apenas é perceptível no caso da mediação activa para usos seguros (87%, ESE baixo, contra 80%, ESE elevado) mas que se dilui nos outros tipos de mediação. Esta diferença por origem socioeconómica é particularmente relevante na medida em que são justamente as crianças de origem socioeconómica mais baixa a obter menos mediação da parte dos pais quer no que se refere à internet em geral, quer no que respeita aos usos seguros, funcionando a escola, deste modo, como uma compensação para esta ausência.

Outras fontes de mediação para a segurança *online*: internet, *media* e técnicos especializados

Como começámos por referir, o pressuposto por detrás da ideia de mediação dos usos dos *media* é o de que, de alguma forma, o consumo não se esgota numa actividade individual e isolada, sem qualquer tipo de partilha ou influência possível. Pelo contrário, cada um dos *media* entra num contexto de recepção complexo, do qual fazem parte todos os outros *media*, aqueles com quem partilhamos esse consumo e as circunstâncias em que o mesmo ocorre. A actividade de mediação, neste sentido, tanto pode *envolver*, *anteceder*, como *suced*er um acto de consumo determinado e, deste modo, encontra-se aberta à possibilidade de participação de múltiplos intervenientes. Nos pontos precedentes tratámos de três destes intervenientes, dando particular destaque aos pais, dado que é no contexto familiar que uma parte significativa do uso ocorre, mas também porque estes possuem uma responsabilidade particular na tarefa de mediar os usos que os seus filhos fazem da internet. Neste último ponto, propomo-nos examinar brevemente o papel de várias outras fontes de aconselhamento sobre segurança na internet.

O Quadro 4.2 envolve múltiplos protagonistas, com papéis diferenciados na mediação das actividades *online*. Um primeiro dado que se destaca diz respeito ao número considerável de crianças e jovens que afirma não ter obtido qualquer aconselhamento de nenhuma destas fontes. Com efeito, cerca de quatro crianças em 10 notam esta ausência (42%), valor acima da média europeia (34%).

Considerando as restantes categorias, é dentro da família que encontramos a principal fonte de aconselhamento sobre segurança: 43% das crianças mencionam outros familiares (47% a nível europeu). Com 21% encontramos a referência aos *media* tradicionais, que juntamente com os familiares constituem as principais recursos utilizados pelas crianças em matéria de segurança *online*. Com valores pouco acima dos 10% encontram-se os técnicos de apoio especializado (como assistentes sociais, pessoas ligadas à igreja, etc.) e a própria internet. Não deixa de ser peculiar que o meio que motiva a necessidade de segurança não seja mencionado praticamente como fonte de aconselhamento pelas próprias crianças e jovens, por contraste com os *media* tradicionais que acabam por preencher de

certa forma este lugar. Embora com um valor um pouco mais baixo (9%), a referência aos bibliotecários é significativa, sobretudo se pensarmos que a média europeia é inferior (6%). Por último, com cerca de 5% cada, deparamo-nos com duas fontes de informação sobre segurança que à partida seriam as escolhas mais óbvias: alguém cuja função é dar conselhos através da internet e os fornecedores de acesso à internet (ISP). O que esta ordem parece revelar é que a escolha incide principalmente sobre o que está próximo (mesmo que esta proximidade seja a do ecrã de televisão ou a página de um jornal), sendo as restantes opções, mesmo que acessíveis ou existentes, consideradas em segundo plano. Como a questão foi colocada do ponto de vista da iniciativa das fontes de aconselhamento e não de quem as procura, ocorre-nos pensar se tal aconselhamento existe ou está vocacionado para este público em particular.

Quadro 4.2 – Fontes de aconselhamento sobre segurança na internet por idade e género (%)

Fontes de aconselhamento	9-12 anos		13-16 anos	
	Rapazes	Raparigas	Rapazes	Raparigas
Outros familiares	46	39	51	38
Televisão, rádio, jornais ou revistas	19	12	32	19
Pessoas que trabalham com jovens ou pessoas ligadas à igreja ou assistente social	12	7	12	16
Sites	6	6	18	15
Bibliotecário	6	4	12	12
Alguém cuja função é dar conselhos através da internet	6	4	8	4
Fornecedor de internet (ISP)	4	4	8	5
Não recebi conselhos de nenhuma destas pessoas	39	52	35	44

Pergunta: *Alguma vez foste aconselhado sobre como usar a internet de forma segura por alguma destas pessoas ou em algum destes locais?*

Base: todas as crianças portuguesas que usam a internet

O Quadro 4.2 revela-nos que a idade parece variar pouco de acordo com a escolha de outros familiares como fonte de informação. Já o género regista alguma diferenciação: são os rapazes (principalmente os mais velhos) a mencionar mais frequentemente outros familiares. Os *media* tradicionais também parecem ser preferidos pelos rapazes, particularmente os mais velhos. No caso das pessoas que trabalham especificamente com jovens ou outros técnicos, a principal referência é feita pelas raparigas entre os 13 e os 16 anos. Relativamente aos *sites*, verifica-se que são os mais velhos, tanto raparigas como rapazes (sobretudo estes), a mencionar mais frequentemente este recurso, o que provavelmente se deve à própria intensidade e diversificação dos usos da internet com a idade. A referência a bibliotecas segue o padrão dos *sites*, muito provavelmente porque o seu uso se

encontra associado à intensificação da actividade escolar e ao recurso crescente a este tipo de equipamentos com o nível de ensino. A alusão a aconselhamento através de serviços especializados *online* varia também com a idade e o género. O recurso a alguém cuja função é dar conselhos *online* é mais referido por rapazes, ligeiramente mais no caso dos mais velhos. No que se refere à referência ao ISP são apenas rapazes entre os 13 e os 16 anos que se destacam.

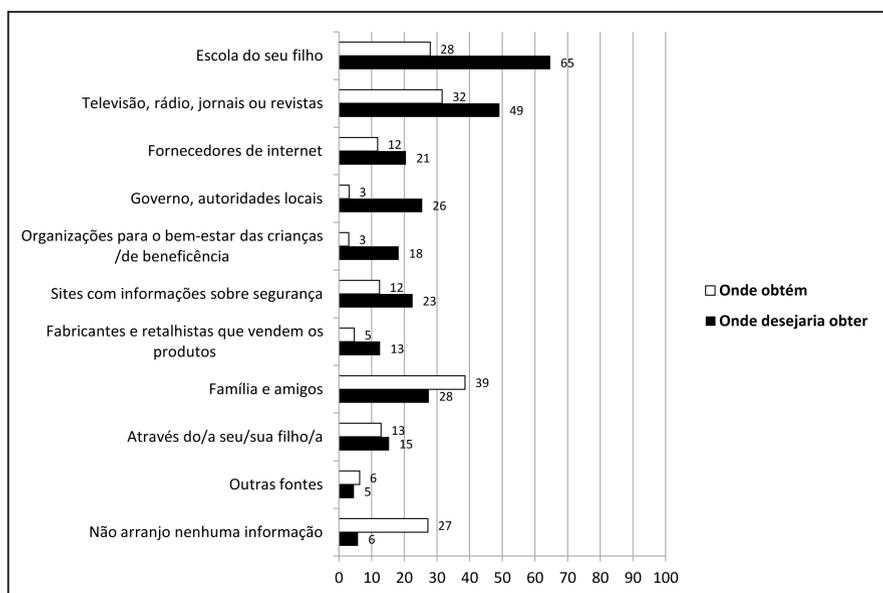


Gráfico 4.10 – Fontes de aconselhamento e informação dos pais sobre segurança efectivas e desejadas (%)

Perguntas: *De uma forma geral, onde é que arranja informação e aconselhamento sobre ferramentas de segurança e sobre utilização segura da internet? / E onde é que gostaria de encontrar informação e aconselhamento no futuro?*

Base: pais cujos filhos usam a internet

Para além das fontes de aconselhamento e informação relatadas pelos filhos, questionou-se igualmente quais as fontes procuradas e desejadas pelos pais. No Gráfico 4.10 podemos observar a comparação das fontes de informação e aconselhamento obtidas pelos pais e aquelas que desejariam obter no futuro. A principal evidência do Gráfico é o facto de os pais olharem para a escola como fonte mais desejável de informação sobre segurança na internet: 2/3 dos pais referem-no, embora cerca de 1/4 o faça actualmente. Este desejo coloca sobre a escola uma responsabilidade ampliada, a que podemos acrescentar, como vimos, o próprio facto de serem os alunos provenientes de meios socioeconómicos mais baixos a recorrerem preferencialmente à ajuda e aconselhamento dos professores. À semelhança dos filhos, também os pais recorrem frequentemente

à família e aos amigos, embora tenham manifestado o desejo de o fazer menos e apontam os *media* tradicionais como uma das principais fontes de informação e aconselhamento, desejando inclusive neste caso aumentar esta procura. Fontes oficiais (tais como o governo e as autoridades locais) também parecem encontrar-se entre as fontes ambicionadas pelos pais, mesmo que apenas um número muito restrito (3%) refira recorrer às mesmas. Discrepância idêntica encontramos em relação às organizações para o bem-estar das crianças, que registam um valor muito baixo mas um desejo de procura considerável. Outro dado relevante diz respeito ao interesse manifestado em recorrer a apoio técnico quer de fornecedores de internet, quer de *sites* com informações sobre segurança, ainda que, em ambos os casos, a utilização efectiva destas fontes seja pouco superior a 10%. Um último dado que merece atenção diz respeito ao número considerável de pais que nunca obteve informação de qualquer das fontes mencionadas (cerca de 1/4) e, mais do que isso, aqueles que não desejam vir a obter mais informação (cerca de 1/3).

Considerações finais

Antes de concluirmos este circuito, importa fazer algumas considerações finais que servem igualmente como notas de reflexão para futuras análises. Como se procurou sublinhar, aquilo a que podemos chamar mediação constitui uma actividade complexa e multifacetada, podendo assumir diferentes configurações e envolver vários agentes e recursos em simultâneo. Na presente discussão procurámos privilegiar alguns, sem ignorar completamente os restantes. A importância concedida à mediação parental tem dois motivos principais. O primeiro, de ordem prática, prende-se com o próprio objectivo e organização do inquérito realizado, que contemplou um questionário aos pais, permitindo, desta forma, dados comparáveis acerca das perspectivas de pais e filhos sobre as mesmas práticas; o segundo, de ordem teórica, prende-se com a relevância de considerar o papel dos pais na mediação das actividades dos filhos, sobretudo quando estes são mais novos e as actividades em causa têm como palco privilegiado o espaço doméstico, mas igualmente pelo comprometimento dos pais na socialização dos seus filhos com os *media*. Em todo o caso, o consumo e a utilização dos diferentes *media* fazem-se num contexto de recepção amplo, que extravasa o próprio espaço doméstico, ele próprio aberto ao exterior, em virtude dos próprios meios de comunicação que acolhe e dos vários contextos de consumo (alguns deles móveis) que se encontram localizados para lá dos seus limites. Neste sentido, outros contextos e agentes de socialização primordiais afiguraram-se como centrais nesta análise, nomeadamente a escola e, em concreto, os professores enquanto intervenientes directos na educação para os *media*.

Procurou-se definir de forma ampla a mediação, incluindo diferentes acepções do termo, que permitissem contemplar diferentes actividades. Da mediação *activa* da internet em geral à mediação *restritiva*, passando por estratégias de *monitorização* e a adopção de soluções *técnicas* pensadas para resolver problemas de segurança, foram várias as facetas da mediação que procurámos

retratar. Gostaríamos, todavia, que não ficasse a ideia de que *mediação* tem apenas um sentido “negativo”, isto é, atento apenas aos potenciais perigos que a internet encerra. Na verdade, a mediação contempla igualmente oportunidades para explorar as potencialidades que os conteúdos *online* compreendem. Se, de certa forma, sobressai um retrato mais “sombrio” desta abordagem da mediação, é também porque se pretenderam identificar potenciais pontos problemáticos, para melhor podermos endereçá-los em futuras investigações ou em eventuais recomendações para políticas públicas.

Algumas conclusões parecem impor-se. Em primeiro lugar, há um número não completamente negligenciável de crianças e jovens que declaram não ser alvo de qualquer actividade mediadora, quer pelos pais, quer pela escola, quer ainda por outras entidades directa ou indirectamente implicadas na sua socialização. Como vimos, estes dados revelam discrepâncias socioeconómicas que não podem ser ignoradas. Para todos os indicadores considerados (e desde logo na própria ausência de mediação), verificou-se uma tendência recorrente para as crianças cujos agregados possuem um ESE mais baixo serem igualmente as que se encontram menos envolvidas em actividades de mediação, sobretudo aquela que depende directamente do próprio agregado familiar. Como notámos, é sobretudo neste estrato que encontramos as maiores solicitações junto da escola e dos professores, que adquirem por esta via uma responsabilidade acrescida nesta questão.

Segunda conclusão: há claramente um efeito etário, que é transversal aos diferentes indicadores estudados e, como tal, reforça a sua relevância. Trata-se da relativa menor mediação dos adolescentes comparativamente com a das crianças, algo que varia com as próprias actividades de mediação consideradas. Na mediação restritiva ou nas medidas de monitorização, fortemente reguladoras ou mesmo invasivas, a clivagem entre as várias idades vem nitidamente ao de cima. É sobretudo a partir dos 11-12 anos que as tentativas de regulação por parte dos pais tendem a atenuar-se, acompanhando o próprio desenvolvimento e autonomização dos adolescentes. O desafio que os pais parecem enfrentar é justamente o de tentar contrabalançar esta necessidade de autonomização com medidas reguladoras mais ou menos consequentes do ponto de vista do que entendem ser a socialização adequada com os *media* em geral e a internet em particular. Há obviamente que considerar diferentes níveis de envolvimento da parte dos pais nas actividades dos filhos, conhecimentos diferenciados acerca dos usos das tecnologias e principalmente sobre questões relacionadas com segurança *online*.

Como vimos, muitos pais continuam a olhar para as instâncias de socialização formal, como a escola, como principal fonte de informação e aconselhamento sobre o que fazer quando os seus filhos estão *online*. Este facto coloca uma pressão suplementar sobre a escola e, especialmente, sobre a figura do professor, cuja importância mediadora nos usos da internet foi igualmente valorizada pelas crianças e os jovens nas suas respostas.

A importância mediadora dos pais ou amigos foi restringida a sugestões sobre os usos seguros da internet e, desta forma, deixou de fora actividades de mediação que decorrem da partilha dos mesmos interesses, actividades e preocupações. Em todo o caso, pudemos comprovar a importância dos amigos também ao nível de questões de segurança *online*.

A análise de outros agentes e fontes de informação sobre segurança *online* comprovou que a mediação não se esgota nos pais, nos amigos ou na escola, mas que inclui uma multiplicidade de outros agentes com os quais, de resto, todos interagem. Desta análise ressaltou a importância de outros membros da família e dos *media* tradicionais, enquanto fontes de informação próximas e acessíveis. Notou-se, igualmente, da parte dos pais um desejo em obter informação preferencialmente através da escola e de outros canais oficiais. Importa notar a fraca relevância que quer os ISP, quer os suportes existentes *online*, parecem ter tanto para os pais como para as crianças.

Voltando à metáfora que esboçámos atrás: a questão da mediação deve ser entendida como um *puzzle* intrincado, onde se jogam diversas peças, que nem sempre encaixam da melhor maneira. Cabe-nos, por isso, tanto do ponto de vista teórico – quando pesquisamos –, como do ponto de vista prático – quando decidimos ou influenciámos decisões políticas –, pensar em formas de encaixar (ou compreender como se encaixam) as peças deste *puzzle*. O problema que se coloca na mediação – e por isso não é possível forçar demasiado esta metáfora – é que as peças aqui em jogo não têm uma imagem fixa por detrás que possamos utilizar como referência acabada e imutável para as nossas acções.

O *SEGURANET* NA ESCOLA

José Pedroso

Introdução

Para contextualizar o que fica dito a propósito das mediações dos usos da internet por crianças e jovens é importante referir que o *SeguraNet* é um projecto do Ministério da Educação, que integra o consórcio público-privado Internet Segura. O *SeguraNet* actua na comunidade educativa, com o enfoque nas crianças e jovens, do 1.º Ciclo ao ensino secundário, não esquecendo o papel dos educadores, professores e pais/encarregados de educação, em todo o processo. Visa a promoção da utilização segura, esclarecida e crítica da tecnologia e da internet pelas crianças e jovens. É, portanto, este o terreno em que alicerço a minha intervenção.

A mediação: a importância dos educadores

Os resultados agora tornados públicos pelo projecto europeu *EU Kids Online*, no que respeita aos riscos e segurança *online* de crianças e jovens europeus, são positivos para o nosso país. Contudo, e também atendendo aos resultados, estamos cientes de que muito há por fazer.

Ontem como hoje, a palavra-chave para que crianças e jovens usem bem a internet, significando isto ser capaz de *per si* retirar dela as mais-valias possíveis para a sua formação em sentido amplo, passa, em grande medida, pela *mediação*. Porque a geração dos chamados nativos digitais usa com facilidade todos os artefactos tecnológicos, o problema coloca-se a nível de ser capaz de retirar desse uso os respectivos benefícios. Mas são poucas as crianças ou jovens que o conseguem sem a mediação apropriada e também é aqui que o papel dos educadores é incontornável e de importância crescente. O domínio de novos saberes e de novas competências impõe-se, desta forma, aos educadores. Quando falamos de mediação na escola, falamos de educadores (professores e encarregados de educação), deixando deliberadamente em segundo plano a mediação pelos pares, pelos colegas e pelos *media* em geral, incluindo a internet. Até porque consideramos que a acção de encarregados de educação, secundada pela dos professores – ou vice-versa – age, ou pode agir, invariavelmente sobre a relação de crianças e jovens com os *media* e com a acção dos pares.

Assim sendo, urge dotar encarregados de educação e professores de saberes, de competências que lhes permitam regular e otimizar a utilização dos *media* pelos seus educandos. Os primeiros porque são os primeiros responsáveis pela

educação dos filhos; os segundos, porque na escola são quem medeia ou pode mediar o uso da tecnologia e da internet. O trabalho de uns tem que ser secundado pelo dos outros. Esta situação ressalta bem clara do estudo.

Crianças e jovens entre os nove e os 16 anos, em Portugal, frequentam um estabelecimento de ensino. Aqui sabemos que há – genericamente falando – vários tipos de controlo de uso da internet: limitação de tempo de utilização, limitação de equipamentos propriamente ditos, pessoas à volta, regras. O problema coloca-se, ou pode colocar-se de forma mais viva, quando o aluno usa a internet em casa. Aí e em demasiados casos o computador é utilizado no quarto e/ou é usado sem que se verifique qualquer tipo de mediação. Daqui decorre que para potenciar o uso da internet e minimizar riscos urge poder contar com mediadores esclarecidos e sensibilizados para esta problemática.

É neste cenário, e para responder da melhor maneira a estas questões, que o *SeguraNet* pauta a sua acção.

A qualidade da mediação afigura-se-nos como fundamental em todo o processo de uso da internet pelos mais novos. É fundamental que a saibam usar bem no quotidiano, seja na escola, em casa ou em outro qualquer lugar, em segurança, conscientemente, desenvolvendo o sentido crítico: só assim serão capazes de a usar em seu benefício, independentemente da sua condição social. Só assim ganharão autonomia e capacidade de decidir, conscientemente e bem.

Os parceiros

Ciente da importância da segurança na internet na sociedade contemporânea, o *SeguraNet* tem procurado rodear-se de parceiros que o ajudem na sua missão. Assim, dispõe de dois elementos (Representantes Regionais *SeguraNet*) em cada uma das cinco Direcções Regionais de Educação que, com celeridade e competência, respondem às solicitações das escolas da sua área de influência.

Os técnicos da Fundação para o Desenvolvimento da Tecnologia (FDTI) e do Instituto de Apoio à Criança (IAC) foram alvo de formação por parte do *SeguraNet* de forma a unificar a mensagem e a respeitar a filosofia do projecto. São parceiros de vulto que, quer na escola quer na sociedade, em todas as acções de formação ministrando a mesma mensagem, potenciam os resultados da nossa acção.

Também os coordenadores das bibliotecas escolares e um grande número de professores bibliotecários foram alvo da mesma formação.

A filosofia que nos norteia passa por falarmos sempre pela positiva, sem alarmismos de qualquer espécie, não falarmos de perigos, mas sim de riscos e... “o maior risco é não navegar!” Isto é, não saber utilizar a internet em segurança, de forma esclarecida e com sentido crítico. Tudo sintetizado no lema: *Tu decides por onde vais.*

A acção na escola

a) A Formação de professores

Na escola, e ao nível da sala de aula e da biblioteca, são os professores quem permite ou não a utilização do computador e da internet e quem decide as abordagens metodológicas dos conteúdos. Está nas mãos dos professores a educação para e com os *media*, nomeadamente com a internet. Para facilitar e “provocar” esta abordagem na escola, o *SeguraNet*, entre outras acções, promoveu a formação formal de 360 formadores de professores em segurança na internet. Esta acção tornou possível a inclusão de um módulo sobre segurança na internet, obrigatório no primeiro dos três níveis que compõem hoje a formação de professores. Visa dotar os professores de conhecimentos e de competências para que transversalmente (em todas as áreas do currículo) e em contexto tratem destes temas com os alunos.

Mais recentemente, a segurança na internet foi consagrada no currículo, do pré-escolar ao nono ano de escolaridade, por via da publicação das Metas de Aprendizagem.

Do estudo *EU Kids Online* decorre que o envolvimento dos professores na mediação dos usos da internet por parte dos alunos é bastante elevado: 85,6% dos alunos afirma que os professores se dedicaram pelo menos a uma actividade de mediação activa. Este valor coloca Portugal entre os países onde a importância da escola na mediação é das mais elevadas.

b) O Painel de Jovens

O *SeguraNet* dispõe de um painel de jovens, constituído por 40 alunos, de quatro escolas/agrupamentos. Funciona como se de um conselho consultivo se tratasse. Em três reuniões presenciais e anuais, permite através da auscultação dos alunos saber com que meios (PC, telemóvel, *smartphone*, *tablet*...) acedem à internet, o que fazem e como fazem. Quais os problemas com que se deparam, como os enfrentam e que sugestões apresentam em termos de acções a desenvolver tendentes a melhorar a utilização da internet pelos seus pares. São ouvidos também no que respeita à elaboração e apresentação física e ou virtual de recursos de sensibilização e formação a distribuir pelo público-alvo.

Para além destes encontros presenciais, a sua acção é permanente ao longo do ano por via de uma área de trabalho na plataforma Moodle da Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC).

c) As Actividades *SeguraNet*

As Actividades *SeguraNet* fixas, anuais, são denominadas de *Desafios*. Decorrem em www.seguranet.pt durante o ano lectivo e abrangem professores, alunos e encarregados de educação. São mensais para professores e alunos, e trimestrais para encarregados de educação. Nos últimos três anos têm vindo, de ano para ano, a duplicar o número de alunos participantes. Em 2010-2011 envolvem 295 escolas, 1857 professores, 33509 alunos e 1051 pais/encarregados

de educação. É necessário fazer notar que a participação é voluntária. São um modo de levar a reflexão sobre as questões da segurança à escola e à família. Consideramos que o mais difícil é chegar aos encarregados de educação, como aliás resulta claro dos números apresentados pelo projecto *EU Kids Online*. No fim do ano as escolas são convidadas a participar num evento regional, com especialistas, que promove a segurança na internet.

Paralelamente aos *Desafios*, mas sem periodicidade fixa desenrolam-se os concursos. O último passou pela criação de vídeos alusivos, como não podia deixar de ser, à segurança na internet.

d) A Certificação de Escolas

Está concluído o modelo de certificação de escolas, CertiNet, construído em colaboração com a Universidade Católica Portuguesa. Contámos para a construção do modelo com a participação de diversas entidades e de escolas/agrupamentos. Com a aplicação do modelo pretende-se que as escolas e/ou agrupamentos, implementem e se apropriem de um conjunto de procedimentos e de processos considerados fundamentais para a utilização segura e correcta da *web*, dos equipamentos e da Rede. Pretende-se que a comunidade educativa, no seu todo, use correctamente este conjunto de meios para que possa cumprir melhor a sua missão: educar, formar, ensinar. Pensamos com esta certificação conseguir mobilizar, reforçar o papel de mediação dos pais e encarregados de educação, no que respeita ao uso seguro da internet.

Seguir-se-ão no próximo ano lectivo a apresentação pública e a implementação.

e) Estudo de casos

Decorre a nível nacional, Madeira e Açores incluídos, um estudo que visa avaliar o grau de conhecimento do *SeguraNet* nas escolas (professores e alunos) e o impacto que tem a sua acção. Vai-nos permitir definir melhor os processos e as metas. Contamos para este estudo com o apoio da Universidade de Évora e dos Centros de Competência e com as Secretarias Regionais de Educação das Regiões Autónomas.

Segurança na internet: uma questão de educação

À questão dos filtros e das proibições, contrapomos educação e regras. É evidente que os computadores para os mais novos poderão ter filtros, apesar de os sabermos falíveis, mas entendemos que idealmente as crianças devem, em casa, usar o computador com e debaixo da vigilância atenta de pais ou encarregados de educação. Gradualmente devem ir sendo estipuladas regras de utilização para que a criança as vá interiorizando, apropriando-se delas. Curiosamente os valores para Portugal, no que respeita à utilização conjunta, são superiores aos da média europeia.

Não excluindo o uso lúdico da tecnologia, a tónica deve continuar a ser colocada no uso com um objectivo. Com regras, prevalecendo sempre o bom

senso. Só assim se promove o uso educativo da tecnologia, só assim se melhoram os resultados dos alunos e só assim vale a pena a aposta na tecnologia na escola. Também esta é a missão do projecto *SeguraNet*.

MIÚDOS NA *NET*, NO QUOTIDIANO DE ESCOLAS E FAMILIAS

Daniel Sampaio

Tenho todo o gosto em comentar o estudo realizado, em Portugal, por uma equipa liderada por Cristina Ponte, porque se trata de um trabalho que merece toda a atenção e apoio. Dada a importância da internet no quotidiano da família e da escola, é bom que Portugal não fique excluído da reflexão em curso a nível europeu, para que possamos emitir opiniões capazes de ultrapassar o casuísmo habitual.

Destaco alguns dados apresentados pela equipa portuguesa. O inquérito incidiu em 1000 crianças e jovens dos 9 aos 16 anos (e seus pais), numa amostra representativa das várias regiões e estatutos socioeconómicos (ESE) das famílias. Em primeiro lugar, importa referir que ressalta uma opinião muito positiva sobre o uso da internet: a frequência diária de utilização atinge 52% a 57% (menos frequente no ESE baixo) dos jovens; a internet é utilizada sobretudo para estudar e não parece excessiva na maioria dos casos; também é muito usada na escola (72%), percentagem superior à média europeia; cerca de metade dos pais (57,2%) tem actividades que implicam estar lado a lado com os filhos enquanto estes utilizam a internet.

Este estudo confirma como as novas tecnologias de comunicação têm contribuído para a democratização do conhecimento, tornando-o acessível a todos, quando dantes só lá chegava quem tinha dinheiro para livros; e lança hipóteses para a compreensão dos novos aspectos da socialização dos jovens: em trinta anos, as crianças deixaram de brincar na rua e os pais já não estão sossegados mesmo com os filhos em casa, porque não podem controlar tudo o que eles fazem à distância, com a simples utilização de um teclado de computador.

Embora o estudo demonstre que os riscos de utilização da internet não parecem ser inquietantes, importa não os negligenciar. Por exemplo, o número de utilizadores que acede à internet no seu quarto é de 67%, um número muito superior à média europeia; 49% relataram a ocorrência de pelo menos um comportamento de dependência (ficar sem comer ou dormir, sentir-se incomodado por não estar na net, tentar e não conseguir estar menos tempo, etc.), sendo que 73% dos jovens com comportamento de dependência são utilizadores que acedem no quarto. Também merece atenção a pouca frequência do pedido de ajuda aos pais, quando os jovens utilizadores sentem ‘incómodo’ com uma situação surgida na internet.

Sobressai nesta investigação a autonomia de utilização da internet a partir dos 11 anos, provável início da puberdade e momento importante na trajectória do desenvolvimento. Os pais interessam-se, mas a sua capacidade de intervenção parece diminuta: com o computador tanto tempo fora das suas vistas, é difícil que os mais velhos possam influenciar. O recurso a filtros e outros dispositivos electrónicos de controlo não será o melhor caminho, porque os jovens sabem ladear as dificuldades: os pais conseguirão melhores resultados se conseguirem criar um clima de confiança partilhada e se souberem, desde o início da utilização da internet, dosear algum controlo necessário com a flexibilidade que garanta o direito à privacidade dos mais novos.

Os dependentes merecem especial atenção, pois quase sempre surgem outros factores de risco (álcool, drogas, sexo precoce e sem segurança, etc.), o que se pode traduzir por dificuldades no desenvolvimento. Sabemos como existe o chamado efeito cumulativo de vários factores de risco e a sua importância como factor perturbador do desenvolvimento.

Em última análise, fiquei com a noção de que se deve intervir cedo, na família e na escola: se as crianças sentirem sempre um adulto por perto e se habituarem a falar, é provável que se ganhe muito mais com a internet, do que aquilo que se poderá perder com um eventual risco. Parece também decisivo que a intervenção não se centre só nas crianças e nos jovens, mas possa integrar todo o agregado familiar, redefinindo o papel do uso do computador no âmbito da socialização dos mais novos.

V PARTE
PERSPECTIVAS

SOBRE O RÁPIDO CRESCIMENTO DAS REDES SOCIAIS: RESULTADOS E IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS⁷¹

Sonia Livingstone e David Brake

Introdução

Por toda a parte, jovens, adolescentes e crianças têm aderido com grande entusiasmo às redes sociais, tirando partido de novas oportunidades para a sua apresentação pessoal, aprendizagem, construção de um círculo alargado de relações e gestão da sua privacidade e intimidade. Por outro lado, esse movimento suscita também preocupações de que as redes sociais possam trazer novos riscos pessoais, como a perda de privacidade, o bullying, contactos danosos e outros. Este artigo revê resultados recentes de práticas de crianças e jovens nas redes sociais, identificando implicações para a pesquisa futura e para políticas públicas. Essas implicações têm como foco as interdependências entre oportunidades e riscos, a necessidade de educar para uma literacia mediática e digital, a importância de basear as considerações sobre segurança no desenho e na gestão dos sites das redes sociais, o imperativo de uma maior atenção, em particular, a “crianças em risco”, e ainda a importância de ter presente os direitos das crianças no desenvolvimento de políticas sustentadas em factos, nesta área.

Redes sociais entre crianças e jovens britânicos

Com curtos intervalos de tempo, governos, opinião pública e as próprias indústrias de tecnologias são surpreendidos pelas adesões inesperadas de jovens às suas inovações: *e-mail*, *chats*, SMS e serviços de mensagens instantâneas, blogs e mais recentemente as redes sociais. As aspirações de políticas públicas depressa capitalizam sobre estes entusiasmos juvenis, procurando revitalizar as agendas de educação informal, aconselhamento em saúde e estilos de vida e participação cívica. Ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas trazem novas possibilidades para o mundo comercial, de marketing orientado e incorporado, enquanto as políticas públicas são interpeladas também a lidar com novos riscos na rede que ameaçam o bem-estar das crianças. Este artigo revê resultados recentes no que se refere a práticas de crianças e adolescentes em redes sociais a fim de identificar recomendações chave para a pesquisa futura e para políticas públicas.

⁷¹ *On the rapid rise of social networking sites: new findings and policy implications.* Artigo publicado no jornal *Children & Society*, Volume 24 (2010): 75-83. Tradução de Cristina Ponte. Permissão dos autores e da editora para publicar em língua portuguesa.

A maioria das redes sociais foi pensada para jovens e adultos, embora algumas não tenham limites mínimos de idade e outras se destinem a crianças mais novas. Em 2007, 42% de crianças e jovens britânicos entre oito e 17 anos tinha um perfil numa rede social, com 27% entre os oito e os 12 anos e 55% entre os 13 e os 17⁷². Eram valores idênticos aos de outros países, e o uso continuou a crescer, embora possa já ter atingido o pico nos Estados Unidos e no Reino Unido entre os mais novos (comScore, 2008). Um inquérito da Ofcom (2008) identificou que a maioria dos utilizadores visitava diariamente ou quase todos os dias os *sites* de redes sociais, com restrições parentais ao seu uso a serem reportadas por 62% de crianças e jovens de classe média (74% com menos de 13 anos), para menos de metade em agregados com menos recursos, de qualquer idade; além disso, crianças e jovens de classe média apresentavam mais o seu perfil como “privado” (*i.e.* só acessível a amigos e família) - 61% dos utilizadores de redes sociais tinham um perfil de acesso restrito no Reino Unido e o mesmo acontecia nos Estados Unidos⁷³.

As redes sociais, como outros aspectos da internet, são como um alvo sempre em movimento para investigadores e para decisores de políticas. Recentemente chegadas ao mercado de massas, continuam a desenvolver-se com o crescimento do acesso por banda larga e a maior disponibilidade das tecnologias digitais de todos os tipos, incluindo a localização por GPS nas plataformas móveis. Muitas redes sociais dantes “fechadas” permitem agora a quem as utiliza incorporar traços criados por terceiros e entrar em espaços de terceiros usando a sua informação de perfil, reduzindo assim potencialmente a responsabilidade da empresa em proteger a privacidade dos utilizadores.

Novas oportunidades para expressão pessoal, aprendizagens, comunicação e trabalho em rede?

Uma vez que as identidades são construídas pelo discurso, e não fora dele, precisamos de as compreender enquanto produzidas em espaços históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias enunciativas também específicas [e ainda] e no interior do desempenho de modalidades específicas de poder (Hall, 1996, p. 4).

As identidades são construídas pela interação com outros. Cada vez mais, os espaços onde os jovens exercitam e exploram a sua identidade incluem o mundo digital. A evolução da tecnologia e dos seus usos reconfigura as possibilidades da construção da identidade social por formas que ainda não estão totalmente compreendidas. O que permanece constante, a orientar a comunicação digital e

⁷² Estes valores, provenientes da Ofcom (2008), foram aplicados a todos os jovens britânicos entre os oito e os 17 anos e recalculados por idade para este artigo.

⁷³ Um inquérito do Pew Internet sobre jovens norte-americanos de 12-17 anos revelou que dois terços tinham o seu perfil total ou parcialmente privado e que muita da informação que estava pública era falsa ou não-comprometedora (Lenhart & Madden, 2007).

móvel, é o fortíssimo desejo dos mais novos em se ligarem aos amigos em todo o lado e a toda a hora – estar em contacto, expressar-se e partilhar experiências. Ao contrário das ansiedades comuns sobre solitários isolados em casa a falarem com estranhos na rede, tão diferentes de miúdos sociáveis a conviverem uns com os outros face-a-face, a pesquisa empírica tem vindo a apagar a linha de separação entre o mundo *online* e o *offline*, entre o contacto virtual e o face-a-face. Em vez disso, as práticas dos jovens definem-se melhor como uma combinação flexível de múltiplas formas de comunicação, com a comunicação *online* a ser usada sobretudo para manter amizades locais já estabelecidas *offline*, e não tanto para estabelecer novos contactos com desconhecidos de outros lugares (Boneva, Quinn, Kraut, Kiesler, & Shklovski, 2006; Gross, 2004; Mesch & Talmud, 2007). Isto acontece também nas redes sociais (Ellison, Steinfield, & Lampe, 2007; Valkenburg & Peter, 2007a, b).

No centro da explosão da comunicação *online* está o desejo de construir uma representação valorizada de um *eu* que se afirme e seja reconhecido entre pares. Observações de práticas de adolescentes em redes sociais revelam o prazer que sentem em criar aí “projectos do eu” (Giddens, 1991). Um perfil típico de uma adolescente no *MySpace* apresentava um enorme ecrã de boas-vindas em rosa choque, com música, fotos, um teste sobre relações amorosas, livro de visitas, e páginas de dedicatórias, personalizadas junto das barras de deslocamento, o cursor com riscas rosa reluzente, brilhantes, anjos, borboletas, corações, etc. Como dizia, ‘podemos estar sempre a mudar e [assim] mostrar diferentes lados de nós próprios’ (Danielle, 13, citada por Livingstone, 2008a). As respostas dos amigos são muitas vezes de forte apoio, proporcionando reconhecimento mútuo na rede social de contactos (Valkenburg, Peter & Schouten, 2006).

Há muito que os adolescentes decoram as paredes dos seus quartos com imagens expressivas da sua identidade, têm diários ou álbuns de fotos pessoais, enviam bilhetinhos e conversam com amigos. Em que é que isso se diferencia das redes sociais? Poucos consideram que as redes sociais mudaram de um modo dramático as vidas das crianças e dos jovens, mas os seus traços específicos parecem facilitar realmente mudanças na quantidade, e possivelmente na qualidade, da comunicação: aqui se incluem a facilidade, a velocidade e a conveniência do acesso em larga escala e a distribuição de conteúdos, a conexão numa rede quase global, a permanência de conteúdos no tempo e o poderem ser localizados, a facilidade em reproduzir, reorganizar e manipular conteúdos, e as definições para gerir as condições de privacidade, anonimato e permuta (boyd & Ellison, 2007; Ito *et al.*, 2008).

Uma das consequências é o amplo círculo de amigos (ou “amigos de amigos”) mantido pelas redes sociais dos adolescentes: um inquérito entre jovens norte-americanos, de 13-18 anos, identificou 75 como o número médio de contactos (Harris Interactive, 2006). Contudo, estes métodos de auto-reporte podem distorcer a imagem – uma análise de contactos sobre uma selecção aleatória de perfis públicos de utilizadores com mais de 16 anos, no *MySpace*,

encontrou como número médio apenas 27 contactos (Thelwall, 2008), ainda que aparecessem alguns perfis com centenas de contactos (Salaway, Caruso, Nelson, & Ellison 2008), permitindo fazer pontes com o capital social – a criação e manutenção de redes sociais alargadas de laços fracos (Ellison *et al.*, 2007). Uma segunda consequência, importante para adolescentes, é que as redes sociais os ajudam a ultrapassar o embaraço da comunicação face-a-face, porque lhes permitem interações assíncronicas, evasivas e divertidas onde é mais controlável a gestão da ‘face’ e a negociação de seduções, equívocos e insinuações (Livingstone, 2008a). Em terceiro lugar, as redes sociais libertam a comunicação da sua amarra tradicional à situação face-a-face num dado local, onde se conhecem as convenções da confiança, autenticidade e reciprocidade, reintroduzindo-a em redes mais flexíveis, complexas e ambíguas, onde parece que as crianças partilham entre si conselhos e apoios (Heverly, 2008).

É possível que quem não se envolve em redes sociais perca mais do que apenas comunicação. O grupo de reflexão Demos desafia o sector público a manter-se a par da ‘actual geração de jovens [que] irá reinventar o mundo do trabalho e a sociedade’ e a capacitá-la para tal (Green & Hannon, 2007: 62). Educadores e defensores das novas literacias digitais acreditam que as redes sociais estimulam o desenvolvimento de técnicas de transferência e de capacidades sociais valiosas para aprendizagens formais e informais (Crook & Harrison, 2008; Ito *et al.*, 2008). Muitas organizações do sector público e não-governamentais, de professores e profissionais de serviços sociais que trabalham com crianças a movimentos de activistas, esperam conseguir dirigir-se aos mais novos através das redes sociais, recorrendo aos seus próprios termos e fazendo um uso positivo do potencial do marketing viral⁷⁴. Contudo, é necessária pesquisa empírica para verificar e dar conta destes imensos benefícios.

Novos riscos de invasão da privacidade, do *bullying* e de contactos perigosos?

Novas oportunidades tendem a estar associadas a novos riscos (Livingstone e Helsper, 2010). Em 2008, o Ministério do Interior britânico identificou um conjunto de riscos para a segurança das crianças associados às redes sociais – *bullying*, assédio, exposição a conteúdos danosos, roubo de informação pessoal, sedução sexual, comportamento violento, estímulo à auto-mutilação e mensagens racistas. Títulos inquietantes de imprensa – ‘Esfagueou um colega no *Facebook*’ (Clench, 2008), ‘*Facebook* acaba com amizades duradouras, diz especialista’

⁷⁴ Reunindo organizações como British Youth Council, Children’s Rights Alliance for England, National Children’s Bureau, National Council for Voluntary Youth Services, National Youth Agency e Save the Children England, a Participation Works (<http://www.participationworks.org.uk/>) usa as redes sociais para dar voz às crianças; ver também Digizen.org, um projecto ‘concebido para investigar como as redes sociais podem e estão a ser usadas para apoiar a aprendizagem de estudantes, personalizadas, formais e informais’ (<http://www.digizen.org/socialnetworking/>).

(Smith, 2008), 'A invasão do *MySpace*: o mal espreita em *sites* de adolescentes' (Webster & Edwards, 2007) – sobrevalorizam certamente o problema, mas há base para preocupações genuínas. Resultados de pesquisas revelam laços entre as redes sociais e um leque de riscos associados a conteúdos, contactos e condutas de crianças e jovens, incluindo alguns perpetrados pelas próprias crianças.

O inquérito *UK Children Go Online*, que auscultou jovens entre nove e 19 anos, revelou que, entre os que usavam a internet pelo menos uma vez por semana, 57% já tinham visto pornografia, 31% tinham visto conteúdos violentos e 11% tinham visto conteúdos racistas. Além disso, 31% tinha recebido comentários sexuais e 28% tinha recebido material sexual não solicitado. Um terço tinha recebido comentários agressivos, de *bullying*, e 8% tinha ido a encontros com estranhos conhecidos na internet (Livingstone & Bober, 2005). Duas práticas de adolescentes parecem fazer aumentar os riscos *online* – a exposição de informação pessoal e a natureza experimental da comunicação entre pares. De facto, os adolescentes não tendem a ser totalmente cuidadosos na sua comunicação *online*. Uma análise de conteúdo de uma amostra aleatória de 2423 perfis públicos no *MySpace* produzidos por menores de 18 anos encontrou que muitos apresentavam fotos pessoais (57%), enquanto um pequeno número discutia o consumo de álcool (18%), mostrava imagens de amigos em fato de banho ou em roupa interior (16%), fornecia o seu nome (9%), discutia o hábito de fumar (8%), mostrava imagens suas em traje de banho ou em roupa interior (5%) ou discutia o uso da marijuana (2%) (Hinduja & Patchin, 2008). Um inquérito norte-americano mostrou que enquanto rapazes e os jovens de pouco mais de dez anos tendiam a apresentar falsa informação, adolescentes mais velhos (sobretudo raparigas) pareciam mais dispostos a revelar detalhes da sua informação pessoal: acima de tudo, 49% incluíam a sua escola e 29% o seu *e-mail* (Lenhart & Madden, 2007). Um inquérito irlandês dos 10-20 anos revelou que, enquanto 49% apresentava a data de nascimento, apenas 12% dava o seu número de telemóvel e 8%, a morada de casa (Anchor, 2007). Estas revelações pessoais não surpreendem, uma vez que as redes sociais são desenhadas para os adolescentes fornecerem, pelo menos, o seu nome, dia de anos e fotografia.

Há provas crescentes de que a revelação de dados pessoais facilita os riscos da comunicação. Enquanto problemas moderados entre pares podem incluir adolescentes a provocarem-se uns aos outros, pondo na rede imagens "constrangedoras", as preocupações têm crescido no *cyberbullying* (Patchin & Hinduja, 2006): um inquérito de 2006 revelou que, embora 69% dos estudantes tivessem sido alvo de *bullying* no ano anterior, apenas 7% declarou ter recebido *e-mails* e mensagens instantâneas de teor desagradável ou de *bullying* (Bullying UK, 2006), enquanto outro inquérito apontou 20% de estudantes alvo de *bullying* (NCH/Tesco, 2006). Os Estados Unidos apresentam valores mais elevados de *cyberbullying*: segundo um inquérito *online*, 72% dos jovens com 12 a 17 anos tinham sido alvo de *bullying* na internet no ano anterior, e 85% tinham também sido alvo de *bullying* na escola. Ainda que estes resultados provenham

de uma amostra não representativa, mostram como o *bullying* fora da internet e através dela estão interligados (Juvonen & Gross, 2008). Resultados de Hinduja e Patchin (2009) mostraram que 82% dos que foram alvo de *bullying online* conheciam os seus perpetradores e que 42% dos que tinham declarado ter sido alvo de *cyberbullying* também tinham sido alvo de *bullying* na escola.

Muita pesquisa tende a não distinguir modos de comunicação – *e-mail*, mensagens SMS, salas de conversação, mensagens instantâneas ou redes sociais. Nos Estados Unidos, em 2007, cerca de um terço dos jovens entre 10-15 anos reportava ter sido assediado na internet, mais através de mensagens instantâneas ou nas salas de conversação do que por via das redes sociais (Ybarra & Mitchell, 2008). Ybarra *et al.* (2007) consideram que os adolescentes que comunicam por múltiplas vias correm mais risco de vitimização *online*, uma vez que são os que procuram mais oportunidades para falar sobre sexo com pessoas desconhecidas e são os que têm mais pessoas desconhecidas nas suas listas de contactos (ver também Internet Safety Technical Task Force, 2009). Depois de identificarem que baixos níveis de auto-estima e de bem-estar são comuns entre os adolescentes que mais procuram oportunidades para falar com estranhos na rede, Valkenburg e Peter (2007a) consideram que as salas de conversação favorecem mais essa interação com estranhos do que as mensagens instantâneas. Um factor-chave para as redes sociais pode ser o de o perfil do adolescente estar definido como público ou privado, ou ele/ela ter cuidado ou não na aceitação de contactos desconhecidos. A pesquisa ainda não foi suficientemente capaz de analisar o impacto diferenciado destes factores como as formas de comunicação *online*, condições de uso, características dos jovens utilizadores e possíveis consequências adversas.

Implicações para políticas: equilibrar oportunidades e riscos nas redes sociais

Por todo o lado, crianças e jovens têm adoptado as redes sociais de um modo entusiasta, em parte devido à erosão da sua liberdade no mundo físico (Gill, 2008). Contudo, a agência das crianças não deve ser sobrevalorizada, uma vez que as suas práticas são afectadas pelo seu grau de literacia digital, que não é tão elevada como se pensa (Livingstone, 2008b), e pelos aspectos técnicos das redes sociais (que dificultam um fácil manejo das definições de privacidade e a transparência no que se refere ao uso comercial de informação pessoal). Nesta secção, identificam-se cinco questões relevantes para investigadores e decisores.

Em primeiro lugar, as oportunidades e os riscos estão ligados. A experiência de adolescentes num leque de oportunidades está correlacionada positivamente com as suas experiências de risco *online*: quanto mais oportunidades procurarem, mais riscos encontrarão; quanto mais as políticas procurarem limitar riscos, mais limitam oportunidades (Livingstone & Helsper, 2010). Além disso, quanto mais capacitados estiverem os adolescentes no seu uso da internet, mais experimentarão oportunidades e riscos (e não estarão mais capacitados para evitar riscos, como

muitas vezes se supõe). As interdependências entre riscos e oportunidades devem-se em parte às práticas juvenis de exploração e de correr riscos – que fazem parte da ultrapassagem de limites na adolescência e de procurar novas oportunidades, mesmo que sejam transgressivas (Hope, 2007). E é também uma questão do desenho do *interface* – por exemplo, conteúdos pornográficos e de aconselhamento sexual podem resultar da mesma pesquisa na internet, enquanto filtros podem bloquear ambos; controlos de privacidade deficientemente desenhados podem baralhar utilizadores que desejam partilhar informação íntima com amigos.

Em segundo lugar, tal como se desenvolvem os ambientes de comunicação, também crescem as necessidades de literacia digital ou mediática por parte dos utilizadores. Uma vez que as definições de literacia mediática continuam a divergir e as escolas continuam relutantes em incorporar a educação para os *media* na formação de professores e nos currículos escolares, o conhecimento das crianças vai ficar atrás das rápidas mudanças de práticas de marketing incorporado, do uso de dados pessoais, do histórico do utilizador e outros aspectos, que são na maioria desconhecidos para os mais novos, que navegam pelas opções que têm pela frente. Além disso, limitações e desigualdades nas literacias digitais significam que nem todos os jovens beneficiam das novas oportunidades que se oferecem; de facto, providenciar recursos *online* pode aumentar em vez de reduzir a desigualdade, com as oportunidades a serem aproveitadas de um modo desproporcional por parte dos já privilegiados (Hargittai, 2007).

Em terceiro lugar, lidar com os riscos não pode ser uma tarefa deixada apenas aos pais e às crianças, que não só não sabem como gerir este mundo virtual como não têm recursos suficientes para o fazer. A dar conta da confusão de pais, crianças e de quem trabalha na protecção de crianças relativamente aos riscos das redes sociais, a organização britânica *Child Exploitation and Online Protection Centre* (2006) apelou a uma “segurança pelo design” de modo a construir a protecção no próprio *interface* em vez de assentar na consciencialização da segurança e nas capacidades de literacia digital de crianças e pais. No Reino Unido, o Relatório Byron (2008) levou à criação de um novo Conselho britânico sobre segurança das crianças na internet (*UK Council for Child Internet Safety*), concebido para assegurar uma visão independente e rigorosa das práticas comerciais de auto-regulação. A um nível europeu, o Programa *Safer Internet Plus*, da Comissão Europeia, tem apoiado orientações para a auto-regulação de serviços das redes sociais (*EC Social Networking Task Force*, 2009). Uma questão fundamental é assegurar a protecção adequada da privacidade das crianças⁷⁵ que leve a Agência

⁷⁵ Noutro estudo, um em cada seis estudantes universitários revelava preocupação que alguém desconhecido ficasse a conhecer os seus dados académicos e endereços, mas esses mesmos estudantes tinham posto essa mesma informação no seu perfil do Facebook, não compreendendo as políticas de privacidade desta rede (Acquisti & Gross, 2006; Tufekci, 2008). Os meios que estão a aparecer e que permitem aos utilizadores difundir a sua localização e actividades online constituem automaticamente uma nova ameaça.

Europeia para a Sociedade da Informação a considerar meios para lidar com ameaças à privacidade e com questões de identidade e riscos sociais, que vão do aumento da consciencialização à melhoria da transparência das práticas de manejo de dados, e de processos de autenticação e de consentimento às definições de *software* por defeito e filtros automáticos (Hogben, 2007; ver também Kesan & Shah, 2006).

Em quarto lugar, é necessária uma atenção específica para as crianças “em risco”, dado os crescentes indicadores de que as têm uma baixa auto-estima, falta de amizades satisfatórias ou relações menos boas com os pais estão também em risco na comunicação pelas redes sociais (Livingstone & Helsper, 2007; Valkenburg & Peter, 2007a; Ybarra & Mitchell, 2004), além de poderem ser também perpetradores de danos sobre outros. Apreciações equilibradas de risco fazem também notar que, ainda que sejam perigosos, os riscos para as crianças por parte de predadores sexuais adultos nas redes sociais são bastante raros (*Internet Safety Technical Task Force*, 2009), sendo riscos mais comuns o uso indevido de informação pessoal por via do *spam* e de fraudes (Jagatic, Johnson, Jakobsson, & Menczer, 2007) e a circulação inadvertida de informação pessoal, prejudicial para a reputação dos jovens e procura de emprego (YouGov, 2007).

Por último, os direitos das crianças não devem ser esquecidos na definição de políticas para reduzir riscos. A Convenção sobre os Direitos da Criança, das Nações Unidas, inclui o direito à liberdade de reunião e de expressão, bem como de não ser alvo de danos nem ter a sua privacidade violada, seja pelo Estado, o comércio ou outros meios. A defesa da privacidade por parte de crianças em relação aos pais põe em causa conselhos simplistas de que os pais devem verificar as actividades dos filhos nas redes sociais, com ou sem a sua permissão. O equilíbrio entre oportunidades e riscos deve ser traçado, note-se, de modo diferente para “crianças em risco”, onde se pode justificar um maior acompanhamento ou restrições – além disso, sobretudo para estas crianças entregar esse papel aos pais pode ser desadequado.

Acima de tudo, os resultados da pesquisa sugerem que, para a maior parte das crianças, as redes sociais proporcionam benefícios consideráveis em termos de comunicação e de relações, benefícios menos provados no que se refere a aprendizagens e a participação, e alguma transferência do *bullying* e de outros riscos sociais do domínio *offline* para o *online*. Sendo assim, se há muito a fazer por parte dos decisores de políticas para que as crianças possam usufruir dos benefícios substanciais das redes sociais, há também muito a fazer por parte dos investigadores. Ao escrever este artigo, batalhámos por encontrar pesquisa empírica suficiente para sustentar as nossas considerações. A pesquisa deve continuar a ir ao encontro das práticas sociais de crianças e jovens na rede, uma vez que o seu entusiasmo pelas redes sociais é inegável e que os seus futuros usos desta tecnologia podem ainda surpreender-nos, como já aconteceu tantas vezes.

Referências

- Acquisti, A., & Gross, E. F. (2006). *Imagined Communities Awareness, Information Sharing, and Privacy on the Facebook*. Comunicação no workshop the Privacy Enhancing Technologies, Cambridge, UK.
- Anchor. (2007) *The Anchor WATCH_YOUR_SPACE Survey: Survey of Irish Teenagers Use Of Social Networking Websites*. Dublin: Anchor Youth Centre.
- Boneva, B., Quinn, A., Kraut, R., Kiesler, S., & Shklovski, I. (2006). Teenage Communication in the Instant Messaging Era. In R. Kraut, M. Brynin & S. Kiesler (Eds.), *Computers, Phones, and the Internet: Domesticating Information Technology*. Oxford: Oxford University Press.
- boyd, d., & Ellison, N. (2007). Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1).
- Bullying UK. (2006). *National Bullying Survey*. London: Bullying UK.
- Byron, T. (2008). *Safer Children in a Digital World: the report of the Byron Review*. London: Department for Children, Schools and Families, and the Department for Culture, Media and Sport.
- CEOP. (2006). *Understanding Online Social Network Services and Risks to Youth: Stakeholder perspectives*. London: Child Exploitation and Online Protection Centre.
- Clench, J. (28 July 2008) Knife a Pal on Facebook. *The Sun*, p. 1
- comScore. (2008). Social Networking Explodes Worldwide as Sites Increase their Focus on Cultural Relevance. Retrieved 15/09/08, from <http://www.comscore.com/press/release.asp?press=2396>
- Crook, C., & Harrison, C. (2008). *Web 2.0 Technologies for Learning at Key Stages 3 and 4*. Coventry: Becta.
- EC Social Networking Task Force (2009) *Safer Social Networking Principles for the EU*. Luxembourg: European Commission.
- Ellison, N., Steinfield, C., & Lampe, C. (2007). The Benefits of Facebook “Friends:” Social Capital and College Students’ Use of Online Social Network Sites. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 12(4).
- Giddens, A. (1991). *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press.
- Gill, T. (2008). Space-oriented children’s policy: creating child-friendly communities to improve children’s well-being. *Children and Society*, 22, 136-142.
- Green, H., & Hannon, C. (2007). *Their Space: Education for a digital generation*. London: Demos.
- Gross, E., F. (2004). Adolescent Internet Use: What We Expect, What Teens Report. *Applied Developmental Psychology*, 25(6), 633-649.
- Hall, S. (1996). Introduction: Who needs identity. In S. Hall & P. du Gay (Eds.), *Questions of Cultural Identity* (pp. 1-17). London: Sage.
- Hargittai, E. (2007). Whose Space? Differences Among Users and Non-Users of Social Network Sites *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1).
- Harris Interactive. (2006). Friendships in the Age of Social Networking Websites [Electronic Version]. *Trends & Tudes*, 5. Retrieved 05 August, 2008 from http://www.harrisinteractive.com/news/newsletters_k12.asp
- Heverly, R. A. (2008). Growing Up Digital: Control and the Pieces of a Digital Life. In T. McPherson

- (Ed.), *Digital Youth, Innovations, and the Unexpected* (Vol. 4: 199–218). Cambridge: The MIT Press.
- Hinduja, S., & Patchin, J. (2009) *Bullying Beyond the Schoolyard: Preventing and Responding to Cyberbullying* Thousand Oaks, CA: Corwin Press
- Hinduja, S., & Patchin, J. (2008). Personal Information of Adolescents on the Internet: A Quantitative Content Analysis of MySpace. *Journal of Adolescence*, 31(1), 125-146.
- Hogben, G. (2007). *Security Issues and Recommendations for Online Social Networks*. European Network and Information Security Agency (ENISA). Retrieved from http://www.enisa.europa.eu/pages/05_01.htm
- Home Office Task Force on Child Protection on the Internet. (2008). *Good practice guidance for the providers of social networking and other user interactive services*. London: Home Office.
- Hope, A. (2007). Risk Taking, Boundary Performance and Intentional School Internet “Misuse”. *Discourse*, 28(1), 87-99.
- Internet Safety Technical Task Force (2009) *Enhancing Child Safety & Online Technologies: Final Report of the Internet Safety Technical Task Force to the Multi-State Working Group on Social Networking of State Attorneys General of the United States*. Internet Safety Technical Task Force. Retrieved from <http://cyber.law.harvard.edu/pubrelease/isttf/>
- Ito, M., Horst, H. A., Bittanti, M., boyd, d., Herr-Stephenson, B., Lange, P. G., et al. (2008). *Living and Learning with New Media: Summary of Findings from the Digital Youth Project*. Chicago: The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation.
- Jagatic, T.N., Johnson, N. A., Jakobsson, M., & Menczer, F. (2007). Social phishing. *Communications of the ACM*, 50(10), 94-100.
- Juvonen, J., & Gross, E. F. (2008). Extending the school grounds? Bullying experiences in cyberspace. *Journal of School Health*, 78(9):496-505.
- Kesan, J. P., & Shah, R. C. (2006). Establishing Software Defaults: Perspectives from Law, Computer Science and Behavioral Economics. *Notre Dame Law Review*, 82, 583-634.
- Lenhart, A., & Madden, M. (2007). *Teens, Privacy & Online Social Networks: How teens manage their online identities and personal information in the age of MySpace*. Washington, DC: Pew Internet & American Life Project.